



SEGUROS VIDA

Aegon Santander Portugal Vida

**Relatório sobre a Solvência e Situação
Financeira**

2025

Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Rua da Mesquita, n.º 6, 1070-238 Lisboa

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	7
A. ATIVIDADE E DESEMPENHO.....	10
A.1. ATIVIDADE.....	10
A.2. DESEMPENHO DA SUBSCRIÇÃO	13
A.3. DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS.....	14
A.4. DESEMPENHO DE OUTRAS ATIVIDADES	15
A.5. EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS	16
B. SISTEMA DE GOVERNAÇÃO	17
B.1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O SISTEMA DE GOVERNAÇÃO.....	17
B.2. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO E IDONEIDADE	27
B.3. SISTEMA DE GESTÃO DE RISCOS COM INCLUSÃO DA AUTOAVALIAÇÃO DO RISCO E DA SOLVÊNCIA	29
B.4. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	37
B.5. FUNÇÃO DE AUDITORIA INTERNA.....	43
B.6. FUNÇÃO ATUARIAL	45
B.7. SUBCONTRATAÇÃO.....	46
B.8. EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS	48
C. PERFIL DE RISCO	49
C.1. RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS	52
C.2. RISCO DE MERCADO.....	57
C.3. RISCO DE CRÉDITO.....	62
C.4. RISCO DE LIQUIDEZ	66
C.5. RISCO OPERACIONAL.....	70
C.6. OUTROS RISCOS MATERIAIS	73
C.7. EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS	76
D. AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA	77
D.1. ATIVOS	78

D.2.	PROVISÕES TÉCNICAS	83
D.3.	OUTRAS RESPONSABILIDADES	92
D.4.	MÉTODOS ALTERNATIVOS DE AVALIAÇÃO	94
D.5.	EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS	94
E.	GESTÃO DE CAPITAL	95
E.1.	FUNDOS PRÓPRIOS	95
E.2.	REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA E REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO	99
E.3.	UTILIZAÇÃO DO SUBMÓDULO DE RISCO ACIONISTA BASEADO NA DURAÇÃO PARA CALCULAR O REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA.....	104
E.4.	DIFERENÇA ENTRE A FÓRMULA-PADRÃO E QUALQUER MODELO INTERNO UTILIZADO	104
E.5.	INCUMPRIMENTO DO REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO E INCUMPRIMENTO DO REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA	105
E.6.	EVENTUAIS INFORMAÇÕES ADICIONAIS	105
ANEXO A – TEMPLATES DE REPORTES QUANTITATIVOS		106
S.02.01.02	– BALANCE SHEET	106
S.05.01.02	– PREMIUMS, CLAIMS AND EXPENSES BY LINE OF BUSINESS	109
S.12.01.02	– LIFE AND HEALTH SLT TECHNICAL PROVISIONS.....	110
S.17.01.02	– NON-LIFE TECHNICAL PROVISIONS	111
S.19.01.21	– NON-LIFE INSURANCE CLAIMS INFORMATION	112
S.23.01.02	– OWN FUNDS.....	113
S.25.01.21	– SOLVENCY CAPITAL REQUIREMENT – FOR UNDERTAKING ON STANDARD FORMULA	115
S.28.01.01	– MINIMUM CAPITAL REQUIREMENT – ONLY LIFE OR ONLY NON-LIFE INSURANCE OR REINSURANCE ACTIVITY	118
ANEXO B – RELATÓRIO DE CERTIFICAÇÃO ATUARIAL.....		121
ANEXO C – RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS		125

Índice de quadros

Quadro 1– Principais indicadores de atividade	11
Quadro 2 – Produtos em carteira	12
Quadro 3 – Resultados líquido do exercício	13
Quadro 4 – Principais indicadores técnicos.....	13
Quadro 5 – Estrutura da carteira de investimentos e ganhos e perdas por categoria de ativos	15
Quadro 6 – Custos de gestão de ativos	15
Quadro 7 – Prestadores de serviços externos.....	47
Quadro 8 – Valorização dos riscos específicos de seguros.....	53
Quadro 9 – Tratados de resseguro	55
Quadro 10 – Avaliação dos riscos específicos de seguros	56
Quadro 11 – Composição da carteira de obrigações por tipo de taxa	58
Quadro 12 – Composição da carteira de ativos por setor de atividade	59
Quadro 13 – Valorização dos riscos de mercado	60
Quadro 14 – Avaliação dos riscos de mercado.....	62
Quadro 15 – Valorização do risco de incumprimento pelas contrapartes	63
Quadro 16 – Exposição ao risco de crédito por rating	64
Quadro 17 – Rating das contrapartes de resseguro.....	65
Quadro 18 – Participação dos resseguradores por tratado	65
Quadro 19 – Exposição à dívida pública	66
Quadro 20 – Avaliação do risco de incumprimento	66
Quadro 21 – Valorização do risco de liquidez	67
Quadro 22 – Análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros	68
Quadro 23 – Projeção da posição de liquidez a 6 e 12 meses.....	70
Quadro 24 – Valorização do risco operacional.....	71
Quadro 25 – Avaliação do risco operacional.....	72
Quadro 26 – Composição do balanço económico e estatutário	77
Quadro 27 – Ativos por impostos diferidos.....	80

Quadro 28 – Taxas de depreciação anuais	81
Quadro 29 – Provisões técnicas das responsabilidades de natureza vida	88
Quadro 30 – Provisões técnicas das responsabilidades de natureza não vida	89
Quadro 31 – Comparação entre as provisões técnicas estatutárias e económicas	90
Quadro 32 – Comparação entre resseguro cedido e recuperáveis de resseguro	91
Quadro 33 – Passivos por impostos diferidos	93
Quadro 34 – Níveis de capitalização com base no rácio do SCR	95
Quadro 35 – Níveis de capitalização com base no rácio do SCR	96
Quadro 36 – Fundos próprios.....	97
Quadro 37 – Reserva de reavaliação	97
Quadro 38 – Excesso dos ativos sobre os passivos: atribuição das diferenças de avaliação	99
Quadro 39 – Requisito de capital de solvência	100
Quadro 40 – Cenários relativos ao nível de reconhecimento do LAC DT	102
Quadro 41 – Componentes do MCR.....	103

Índice de figuras

Figura 1 – Estrutura de governação.....	17
Figura 2 – Modelo das três linhas de defesa	24
Figura 3 – Processo de gestão de risco.....	30
Figura 4 – Integração do ORSA na estratégia de negócio.....	35
Figura 5 – Definição da preferência ao risco	50
Figura 6 – Exposição aos riscos da fórmula-padrão	51
Figura 7 – Perfil de risco atual	51
Figura 8 – Sensibilidades risco específico de seguros de vida	57
Figura 9 – Sensibilidades risco de mercado.....	62
Figura 10 – Sensibilidades risco operacional.....	72
Figura 11 – Sistema de classificação dos riscos ESG.....	75
Figura 12– Classificação global ESG da carteira de investimentos	76
Figura 13– Detalhe da classificação ESG da carteira de investimentos.....	76
Figura 14– Composição do SCR	100
Figura 15– Evolução do requisito de capital de solvência	103
Figura 16– Evolução do requisito de capital mínimo	104

Sumário executivo

O presente relatório tem como objetivo a apresentação da situação de solvência e financeira da Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A. (doravante designada por ASP Vida ou Companhia) tendo por base o exercício de 2025.

Em 2025, a Companhia registou onze anos de crescimento, inovação e compromisso com a excelência.

Tratando-se do décimo ano desde a entrada em vigor do regime de Solvência II, é possível constatar uma maior estabilidade nos processos de certificação anual e da articulação entre o Revisor Oficial de Contas e o Atuário Responsável, quer ao nível do cumprimento dos requisitos de reporte, quer ao nível da qualidade da informação reportada. A entrada em vigor da IFRS17 em janeiro de 2023 revelou-se mais um desafio que a Companhia ultrapassou com sucesso.

A contínua aposta em inovação e digitalização tem permitido melhorar a experiência de cliente, aumentar a eficiência dos processos e preparar a Companhia para os desafios do futuro. Esta evolução tecnológica obriga a um foco particular nos riscos tecnológicos e de CiberSegurança. Neste sentido, a Companhia implementou relevantes medidas que permitem a identificação e gestão destes riscos, bem como a conformidade com os requisitos do regulamento DORA (*Digital Resilience Operational Act*).

Também a evolução para uma economia mais sustentável implica um aumento da importância e criticidade da análise dos riscos ambientais, sociais e de governo societário da Companhia. A ASP Vida está neste momento a desenvolver um projeto com o objetivo de definir e dar seguimento à sua estratégia de sustentabilidade, bem como dar cumprimento aos requisitos regulamentares. Adicionalmente, foi efetuada uma análise de cenários que funcionam como fatores de *stress* à carteira de investimentos, identificando pontos de risco face a alterações climáticas (riscos de transição e riscos físicos). Considerando as características da carteira de investimentos, não são expectáveis alterações ao perfil de risco decorrentes de cenários de alterações climáticas.

No ano de 2025, a ASP Vida apresentou um desempenho comercial sólido e consistente, demonstrando resiliência e adaptabilidade num ambiente económico desafiante. A Companhia obteve, em 2025, um resultado líquido, para 18,6 milhões de Euros (19,1 milhões de Euros em 2024), mantendo uma posição de capital robusta.

No que respeita ao sistema de governação, um dos temas basilares do regime de Solvência II, a Companhia continuou focada em manter uma estrutura que promove uma gestão sã e prudente.

Durante o 4.º trimestre de 2025, a ASP Vida realizou o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) com data de referência de 30 de setembro de 2025, de modo a efetuar uma avaliação atual e prospetiva do seu rácio de solvência. O horizonte temporal considerado contempla o período entre 2025 e 2028. Verificou-se que, após a distribuição de dividendos prevista, no cenário base a Companhia apresenta um nível de capitalização sempre superior ao objetivo de 135% do *Solvency Capital Requirement* (SCR). Nos cenários de stress, o nível de capitalização é sempre superior a 100%.

As projeções de negócio e de rácio de solvência são relevantes ao nível da gestão de capital, em particular na definição de distribuição de dividendos. A este respeito, a ASP Vida procedeu em 2025 ao pagamento de dividendos referentes ao exercício de 2024, no valor de 20,6 M€. Não obstante esta distribuição, a Companhia continuou a apresentar rácios de solvência robustos.

Relativamente ao perfil de risco, comparativamente ao exercício anterior, não foram registadas alterações significativas. O risco específico de vida continua a ser o risco com maior relevância no perfil de risco da Companhia.

A Companhia avaliou os seus ativos e passivos de acordo com as regras e critérios de Solvência II. Analisou e apresentou as principais diferenças face aos valores estatutários decorrentes da aplicação do regime de IFRS17, que se verificaram principalmente nas rubricas de ativos intangíveis, recuperáveis de resseguro, provisões técnicas e impostos diferidos.

Refira-se que a Companhia não utilizou medidas transitórias nem de longo prazo na avaliação das suas responsabilidades de seguros.

Relativamente à gestão de capital, a ASP Vida considera uma política de gestão de capital com diversos níveis de capitalização que são determinados em função do rácio de solvência, situando-se o nível objetivo nos 135% do SCR.

O valor dos fundos próprios elegíveis face ao requisito de capital regulamentar permitiu determinar um rácio de solvência de 212,3% no final de 2025, verificando-se um acréscimo de 13,5 pontos percentuais face ao ano anterior (198,8% em 2024), refletindo a possibilidade de distribuição de dividendos referente à atividade de 2025, no montante de 19,07 M€. Se não fosse considerada esta distribuição de dividendos, o rácio situar-se-ia em 322%.

Os resultados consideram a utilização da totalidade dos impostos diferidos resultantes da perda igual ao valor do requisito de capital, uma vez que se demonstrou que a Companhia conseguirá, num período de três anos, gerar lucros futuros tributáveis em montantes suficientes contra os quais estes ativos possam ser utilizados.

Durante o ano de 2026, a Companhia continuará focada em implementar o seu plano estratégico de transformação. Inovar, expandir e fortalecer a posição no mercado, sempre com o mesmo compromisso com a excelência.

O presente relatório, bem como os *quantitative reporting templates* (QRT), foram analisados e aprovados pelo Conselho de Administração no dia 7 de abril de 2026.

Lisboa, 7 de abril de 2026



Tiago do Couto Venâncio
(Administrador Delegado)

A. Atividade e desempenho

A.1. Atividade

No final de 2014, a ASP Vida foi constituída em resultado de uma *joint venture* entre a Aegon Spain Holding B.V. (atualmente denominada Aegon Iberia Holding B.V.), com uma participação de 51% do capital, e a Santander Totta Seguros, S.A. (STS), com os restantes 49%. Como tal, as suas operações e transações são influenciadas pelos grupos financeiros em que se insere, nomeadamente pelo Grupo Aegon e pelo Grupo Santander.

Em adição, foi celebrado entre a Companhia e o Banco Santander Totta, S.A. (BST) um acordo de distribuição mediante o qual o banco irá comercializar os produtos da Companhia em regime de exclusividade, por um período de 25 anos. Como tal, a ASP Vida apenas exerce atividade em território português.

Note-se que com a constituição da ASP Vida foi também criada a Aegon Santander Portugal Não Vida, Companhia de Seguros, S.A., que partilham acionistas, órgãos sociais, estrutura interna e alguns processos. O início de exploração da atividade de ambas as Companhias ocorreu em janeiro de 2015.

A Companhia está sujeita à supervisão da ASF, sediada na Av. da República, 76, 1600-205 Lisboa, cujo contacto telefónico é o número +351 217 903 100.

Ao nível do Grupo em que se insere, o Grupo Aegon, a entidade de supervisão é a *Bermuda Monetary Authority (BMA)*, P.O. Box 2447, Hamilton HM JX, Bermuda.

Por sua vez, o auditor externo é a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A., representada pelo seu sócio Ricardo Nuno Lopes Pinto, cujo contacto telefónico é o número +351 919 648 033.

Ao longo dos primeiros onze anos de atividade, a ASP Vida tem vindo a atingir os objetivos definidos aquando da sua constituição, mantendo uma estratégia que aposta no foco nos clientes aliado a uma oferta de produtos inovadores, comercializados através de um adequado modelo de distribuição, que aposta na multicanalidade para chegar de forma mais flexível e cómoda aos clientes.

Em concordância com as necessidades dos clientes BST, a Companhia comercializa uma vasta gama de soluções de proteção de riscos de morte e invalidez, associados a um conjunto alargado de coberturas e serviços complementares.

A segmentação dos clientes é uma das principais características a ter em consideração na definição e desenvolvimento dos produtos. Neste sentido, a Companhia tem uma clara gama destinada a clientes particulares e outra a empresas. É também considerado o facto de se tratar de produtos que protegem capitais em dívida concedidos através de operações de crédito celebradas com o BST ou de produtos autónomos.

A carteira de produtos comercializados pela Companhia insere-se nas classes de negócio relativas a *Seguros com participação nos resultados* e *Outras responsabilidades de natureza vida*. As coberturas complementares de natureza não vida relativas a desemprego e doenças graves inserem-se nas classes de negócio de *Outros diversos* e *Seguro de despesas médicas*, respetivamente.

Nos quadros seguintes apresenta-se um resumo dos principais indicadores de atividade da Companhia para os anos de 2024 e 2025, bem como a listagem dos produtos em carteira no final de 2025:

Quadro 1– Principais indicadores de atividade

	2025	2024
Apólices	482 964	481 433
<i>das quais migradas da Eurovida</i>	<i>9 131</i>	<i>10 689</i>
Pessoas seguras	400 858	560 786
Capitais Seguros (Milhares de euros)	17 126 223	15 578 626

Quadro 2 – Produtos em carteira

Grupo de produtos ¹	Produto	Tipo de contrato	Coberturas	Número de Apólices
PU VV	Seguro Vida Crédito Habitação Prémio Único 5 anos	Temporário (PU 5 anos)	Morte IDPAC 66% Desemprego	50 692
TAR VV	Seguro Vida Crédito Habitação - Vida Mensal Mais	TAR	Morte IAD Desemprego	44 486
TAR VV	Seguro Vida Crédito Habitação - Vida Habitação Plus	TAR	Morte IDPAC 75% Desemprego	21 472
PU VV	Seguro Vida Crédito ao Consumo	Temporário (PU)	Morte IAD Desemprego	164 737
TAR NV	Safecare	TAR	Morte Serv. de Assist. Médica	66 955
TAR NV	Viva Mais	TAR	Morte Doenças Graves 2ª opinião médica	8 129
TAR NV	LifeCorporate	TAR	Morte IDPAC 66% Morte acidente	6 869
TAR NV	Plano Proteção Família	TAR	Morte IDPAC 66% Doenças Graves (ind) Serv. Complementares	15 332
TAR NV	Plano Proteção Select	TAR	Morte (c/ Proteção Dupla) IDPAC 66% Serv. Complementares	2 191
TAR NV	Pack Proteção Advance	TAR	Morte Doenças Graves 2ª opinião médica Serv. de Assist. Médica	1 511
TAR NV	Pack Proteção Select	TAR	Morte (c/ Proteção Dupla) IDPAC 66% Doenças Graves 2ª opinião médica Serv. de Assist. Médica	173
TAR NV	Proteção Vida	TAR	Morte (c/ Proteção Dupla) IDPAC 66% Serv. Complementares	31 247
TAR NV	Related Empresas	TAR	Morte IDPAC 66%	46 247
PU NV	Plano Proteção Ordenado	Temporário (PU 5 anos)	Morte ITA Desemprego	13 792
Carteira migrada da Eurovida				9 131

¹ PU VV: Prémio único vinculado; PU NV: Prémio único não vinculado; TAR VV: TAR vinculado; TAR NV: TAR não vinculad

Em 2025, o resultado da atividade comercial da Companhia materializou-se num aumento do número de apólices em vigor em 0,3%, para 482 964, bem como do número de pessoas seguras, para 400 858 (398 664 no ano transato). Refere-se que, do volume total de apólices em vigor, 9 131 proveem da carteira migrada da Eurovida em outubro de 2019, produtos estes que se

encontram em *run-off*, e que, por isso, apresentam uma materialidade diminuta no global da carteira.

O volume de capitais seguros também registou um aumento face ao observado no exercício anterior, i.e., cresceu 9,9%, para 17 126 M€.

Quadro 3 – Resultados líquido do exercício

	Milhares de euros	
	2025	2024
Resultado líquido do exercício	18 634	19 133

Já o resultado líquido da Companhia ascendeu 18,6M€ no final de 2025, traduzindo-se num decréscimo de 2,6% face apurado no ano anterior.

A.2. Desempenho da subscrição

No ano de 2025, a Companhia obteve um desempenho comercial sólido e consistente, demonstrando resiliência e adaptabilidade num ambiente económico desafiante, tendo o ano sido marcado pelo desenvolvimento do *mix* estratégico de negócio da Companhia, que visa responder às necessidades dos clientes e um foco na fidelização de clientes, através da entrega de um serviço de excelência.

No quadro que se segue são apresentados os principais indicadores de atividade:

Quadro 4 – Principais indicadores técnicos

Principais indicadores técnicos	Milhões de euros	
	2025	2024
Réditos de contratos de seguro	110,8	99,9
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis e alterações a serviços passados	-22,7	-19,4
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	-53,4	-44,6
Réditos e gastos de contratos de resseguro	-5,4	-5,2

Em 2025, O volume de capitais seguros é superior a 17 126 milhões de Euros, tendo-se obtido réditos de contratos de seguro no montante de 110,8 milhões de Euros (2024: 99,9 milhões de Euros). Os sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis e alterações relativas a serviços passados, situaram-se nos 22,7 milhões de Euros (2024: 19,4 milhões de Euros).

Os seguros de vida associados a operações de crédito permanecem como maioritários no portefólio global da Companhia. Em particular, o seguro de vida associado ao crédito à habitação afigura-se o mais representativo, com 41,2% do total da produção da companhia, tendo inclusivamente registado um reforço adicional de 10,6% dos respetivos prémios face ao não transato. Por sua vez, o seguro de vida associado ao crédito ao consumo, cuja produção aumentou face a 2024 em 25,7%, representa 22% do total da produção.

No que concerne aos produtos Viva+ e SafeCare, e atendendo a que os mesmos foram descontinuados, verificou-se a manutenção da tendência de decréscimo dos respetivos prémios, com quebras de 7,7% e 4,2%, respetivamente, face a 2024. Não obstante, importa realçar que ASP Não Vida dispõe de Seguro de Saúde na sua oferta de produtos, assegurando, assim, as necessidades dos clientes.

Em paralelo, a carteira migrada da Eurovida viu o seu volume de prémios descer 11,2% por comparação a 2024, o que também é justificado pela mesma se encontrar em *run-off*, conforme descrito na secção anterior.

De salientar ainda o crescimento de 5,6% dos produtos Related Empresas, em virtude da aposta na oferta de linhas de crédito a empresas pelo BST.

Da análise do segmento onde a Companhia opera (vida risco distribuído através da rede bancária) verifica-se que, no final de 2025, a Companhia detinha uma quota de mercado de 16,1%, o que corresponde a um aumento de 0,5 pontos percentuais face ao ano transato (15,6% em 2024).

Refira-se que a Companhia apenas exerce a sua atividade em território português. Como tal, todos os dados apresentados dizem respeito à atividade realizada em Portugal.

No que respeita às classes de negócio, mencionadas no ponto A.1 do presente relatório, importa referir que aquela que apresenta uma maior expressividade é a classe de negócio *Outras responsabilidades de natureza vida*, onde se incluem as coberturas de morte e invalidez.

A.3. Desempenho dos investimentos

A atividade de gestão de investimentos é efetuada com base no princípio do gestor prudente, que promove a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia.

Tal como no ano anterior e, seguindo a sua política de investimentos, durante o ano de 2025, a Companhia não possuiu qualquer instrumento financeiro derivado ou teve exposição significativa a instrumentos de capital. Nesta base, os investimentos da Companhia correspondem, essencialmente, a títulos de rendimento fixo.

A estrutura da carteira de investimentos e os ganhos e perdas por categoria de ativos relativos aos anos de 2025 e 2024 são apresentados no quadro que se segue:

Quadro 5 – Estrutura da carteira de investimentos e ganhos e perdas por categoria de ativos

2025		Milhares de euros				
Categoria de ativos	Valor de mercado total	Rendimentos		Ganhos e perdas realizados	Ganhos e perdas não realizados	
		Dividendos	Juros			
Obrigações governamentais	48 434	0	682	0	78	
Obrigações privadas	60 442	0	500	0	532	
Ações	0	0	0	0	0	
Investimentos em titularizações	0	0	0	0	0	
Caixa e equivalentes	2 138	0	0	0	0	
Total	111 014	0	1 182	0	610	

2024		Milhares de euros				
Categoria de ativos	Valor de mercado total	Rendimentos		Ganhos e perdas realizados	Ganhos e perdas não realizados	
		Dividendos	Juros			
Obrigações governamentais	49 589	0	541	0	660	
Obrigações privadas	51 358	0	513	0	1 362	
Ações	0	0	0	0	0	
Investimentos em titularizações	0	0	0	0	0	
Caixa e equivalentes	2 665	0	0	0	0	
Total	103 612	0	1 054	0	2 021	

Por último, no que se refere aos custos de gestão dos investimentos a comparação com o ano transato é apresentada no seguinte quadro:

Quadro 6 – Custos de gestão de ativos

	Milhares de euros	
	2025	2024
Custos de gestão de investimentos	21,4	21,0

A.4. Desempenho de outras atividades

A Companhia presta serviços à Santander Totta Seguros, relativamente aos quais contabilizou um proveito de 111 mil euros, o mesmo valor que em 2024.

A.5. Eventuais informações adicionais

Em Portugal, o início de 2026 foi marcado por eventos climáticos severos, com impacto particularmente acentuado na Região Centro, cujo efeito económico e operacional resultou num aumento significativo da sinistralidade e numa maior pressão sobre os custos do setor segurador.

Apesar deste contexto de elevada volatilidade decorrente dos eventos extremos, o Conselho de Administração mantém uma posição de confiança na capacidade da Companhia para absorver o volume acrescido de sinistros e preservar a sua solidez financeira.

B. Sistema de governação

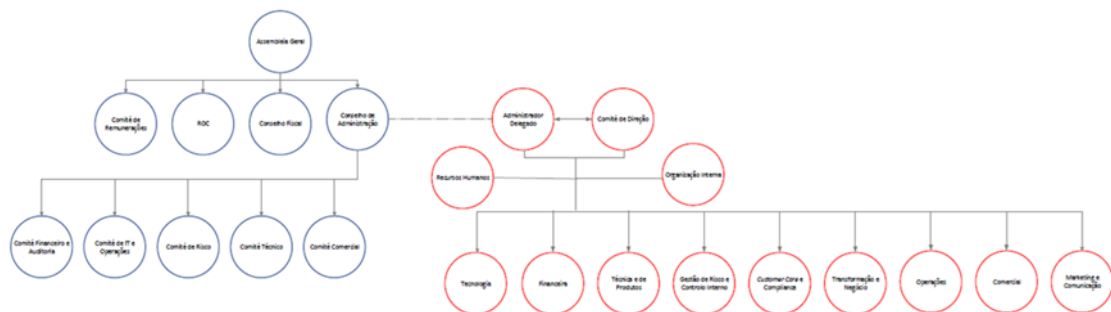
B.1. Informações gerais sobre o sistema de governação

Para assegurar decisões conscientes de rentabilidade *versus* risco e limitar a magnitude de perdas potenciais para níveis de confiança definidos, a Companhia apresenta um forte sistema de governação e gestão de risco, com uma estrutura organizacional bem definida, adequada à dimensão e complexidade da atividade desenvolvida.

A Companhia dispõe de uma política denominada “Governação e Gestão de Risco”, que reflete detalhadamente o seu sistema de governação e gestão de risco. Para além de descrever o funcionamento ao nível de governação, é também descrita a metodologia de identificação, quantificação e gestão de risco utilizada na definição do apetite e tolerância ao risco, que permite construir e rever anualmente o seu perfil de risco.

A estrutura de governação encontra-se sintetizada na figura seguinte:

Figura 1 – Estrutura de governação



Os acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente, através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou por qualquer acionista titular de mais de 5% do capital.

A Assembleia Geral de acionistas, que reúne ordinariamente pelo menos uma vez por ano no prazo de três meses a contar da data de encerramento do exercício, tem como principais competências deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício anterior, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração da Companhia e proceder às eleições que legal e estatutariamente lhe sejam atribuídas ou aquelas que eventualmente se tornem necessárias.

A administração de todos os negócios e interesses da Companhia é assegurada por um Conselho de Administração composto por oito membros, entre os quais um Administrador-Delegado com a responsabilidade pela gestão corrente da Companhia. O mandato dos membros que o constituem é de quatro anos. O Conselho de Administração reúne pelo menos uma vez por trimestre ou sempre que o interesse da Companhia o exija. As suas deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate.

Sem prejuízo do ponto anterior, existem matérias que requerem a aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores em funções (não havendo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: a aprovação do plano estratégico, do plano de negócios e do orçamento anual; a concessão ou obtenção de garantias, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade; a modificação dos princípios e práticas contabilísticas; e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

A fiscalização da Companhia compete a um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e um suplente, eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos. Compete-lhe verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

O Revisor Oficial de Contas é designado em Assembleia Geral por um período de três anos, mediante proposta do Conselho Fiscal. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem a responsabilidade de conferir se todas as contas estão em conformidade com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, uma certificação legal das mesmas, documentando a sua opinião sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

Os Comitês apresentados no organograma funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre acionistas e ao processo de tomada de decisão. Compete-lhes analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Conselho de Administração. Os

Comités são constituídos por cinco membros, designadamente, o Administrador-Delegado da Companhia e dois representantes de cada acionista. As suas principais responsabilidades são:

Comité Técnico:

- Política de desenvolvimentos de produtos e *pricing*: assegurar a aplicação da referida política; monitorizar, de forma contínua, a conformidade com a política; apresentar ao Comité de Risco eventuais sugestões de alterações à política; avaliar exceções à política e, se necessário, remetê-las ao Comité de Risco;
- Subscrição e sinistros: propor limites para a política de subscrição (pessoa segura / risco); aprovar os manuais de subscrição e sinistros; monitorizar a conformidade com os limites definidos nos documentos referentes à tolerância ao risco e, se necessário, propor medidas para manter a conformidade com os mesmos;
- Controlos ao nível atuarial: analisar a performance do negócio através da análise das contas técnicas; monitorizar o resultado do processo de subscrição e de sinistros, de modo a verificar a sua situação face ao orçamento e aos pressupostos de *pricing*, e propor ações corretivas; rever a suficiência ao nível de provisões técnicas; monitorizar a conformidade com as regras atuariais e com o definido no desenvolvimento de produtos;
- Controlo do *Business Plan* e processo de valorização da Companhia: rever o desenvolvimento do VNB e os valores do *Embedded Value* face aos planos; analisar a contribuição por produto e o motivo dos desvios e coordenar o trabalho de terceiros, no que respeita a avaliações periódicas da Companhia;
- Estratégia de resseguro: propor a estratégia de resseguro (novos resseguradores, alteração ao programa existente ou novo programa); estabelecer regras para negociação e definição dos contratos e reportar ao Comité de Risco e ao Conselho de Administração as exceções à política de resseguro, bem como o resumo do programa de resseguro.

Comité de Risco:

- Avaliação e supervisão ao nível da gestão de risco, assegurando que os riscos assumidos se encontram alinhados com os níveis de tolerância ao risco definidos e aprovados, bem

como propor ações de mitigação que permitam ajustar os riscos para esses níveis ou mantê-los quando se encontram adequados;

- Análise das necessidades de capital e dos níveis de Solvência das Companhias, propondo limites máximos para distribuição de dividendos ou, se for o caso, para contribuições de capital adicional por parte dos acionistas;
- Propor ao Conselho de Administração a aprovação de diversas políticas de risco da Companhia (investimentos, resseguro, subscrição, reservas, entre outras);
- Supervisão, controlo e reporte sobre o cumprimento das diversas políticas, reportando incumprimentos e propondo planos de ação para corrigi-los;
- Verificar que a estratégia de resseguro proposta pelo Comité Técnico está alinhada com a definição de apetite e tolerância ao risco da entidade; monitorizar de forma trimestral o cumprimento com os limites de exposição ao risco de crédito (contraparte) dos resseguradores e aprovar a Lista de resseguradores Pré-Aprovados e posterior monitorização do seu cumprimento.

Comité Comercial:

- Apresentar ao Conselho de Administração o Business Plan para os próximos cinco anos, bem como os planos estratégicos e comerciais;
- Analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão e monitorização da evolução dos objetivos comerciais integrados no Business Plan da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais;
- Analisar informação que permita efetuar um acompanhamento referente aos resultados da atividade das Companhias, ao nível de cumprimento do ERI e do VNB, ao nível de persistência/anulações da carteira, ao nível da evolução das taxas de penetração e das campanhas e ações comerciais (em curso e previstas).

Comité de Auditoria e Financeiro:

- Informação económico-financeiro, destacando-se os princípios e critérios contabilísticos a utilizar na elaboração das contas anuais, assegurando a sua correção, fiabilidade e suficiência;
- Informação sobre o cumprimento dos requisitos legais em vigor no apuramento de resultados e nas demonstrações financeiras, considerando também as recomendações emitidas por organismos de supervisão ou regulação;
- Toda a informação financeira, quer decorrente da atividade em curso, quer referente ao plano para os anos seguintes;
- Informação sobre dados e reportes, referentes à informação económico-financeira a prestar ao Supervisor;
- Sistema de Controlo Interno, destacando-se a avaliação efetuada pela auditoria interna relativamente à eficácia e eficiência dos mecanismos de controlo interno;
- Plano de Auditoria Interna e supervisão e análise de resultados dos trabalhos de Auditoria Interna;
- Atividade de auditores externos, propondo ao Conselho de Administração a nomeação de auditores externos e garantindo a sua independência; apresentação da informação relevante sobre os trabalhos dos auditores externos e monitorização do cumprimento do contrato, funcionando como canal de comunicação entre o Conselho de Administração e os auditores externos e solicitando aos auditores externos (anualmente) uma avaliação da qualidade e dos procedimentos de controlo interno da Companhia;
- Supervisão e reporte do cumprimento das regras de governação, propondo ações de melhoria sempre que se justifique;
- Implementação e revisão do cumprimento das ações e medidas que sejam consequência de inspeções do Supervisor, da auditoria externa e da auditoria interna.

- Analisar relatórios e propostas relativamente a temas de gestão operacional, prestadores de serviços externos, acordos de níveis de serviços e investimentos em tecnologia;
- Apresentar ao Conselho de Administração os relatórios e propostas relativas às operações e à gestão de tecnologia;
- Efetuar o seguimento dos SLA's operativos e tecnológicos, de incidências com clientes e rede de balcões e verificar a qualidade de serviço;
- Aprovar os modelos operativos das companhias;
- Coordenação e seguimento dos planos de gestão que pressupõem impacto operativo e tecnológico;
- Propor planos de gasto e investimento em tecnologia, em coordenação com outros comités e com a área financeira;
- Propor planos de gastos operativos das Companhias em coordenação com a área financeira;
- Colaborar com os outros comités em temas que tenham interação com a área de operações e tecnologia;
- Elaborar propostas de melhorias operativas e tecnológicas.

Comité Remunerações:

- Prestar apoio ao órgão de administração na definição da política de remunerações da Companhia;
- Preparar decisões e recomendações sobre remuneração;
- Rever anualmente a política de remunerações e a sua implementação e funcionamento, de modo a assegurar que: (i) existe uma efetiva aplicação da política; (ii) no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, é possível a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e no capital da Companhia; (iii) a política está de acordo com a legislação nacional e internacional em vigor.

- Prestar informação adequada ao órgão de administração relativamente à política de remuneração da Companhia;
- O Comité avaliará anualmente a política de remunerações que for aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e elaborará um relatório com o resultado de tal avaliação, que será apresentado ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral da Companhia e deve ainda ser objeto de apreciação por um revisor oficial de contas, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 4 do Artigo 90º da Norma Regulamentar da Autoridade nº 4/2022-R.

Na sua gestão regular, para além do Administrador-Delegado, a estrutura da Companhia integra as seguintes Direções:

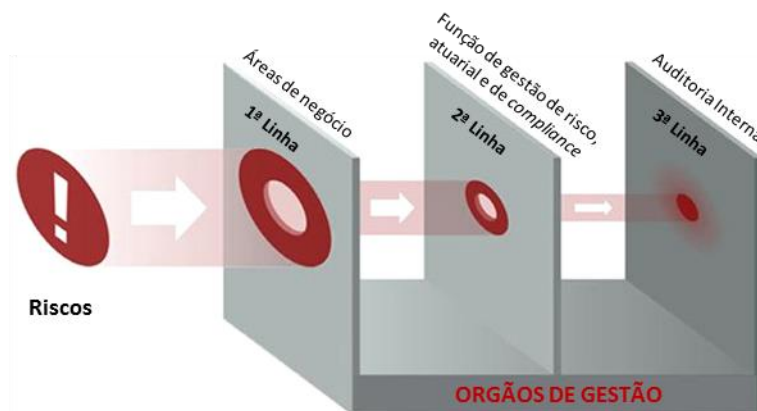
- Direção de Tecnologia;
- Direção de Operações;
- Direção Técnica e de Produtos;
- Direção Financeira;
- Direção de *Customer Care* e *Compliance*;
- Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno;
- Direção de Transformação e Negócio;
- Direção Comercial;

Consoante a matéria/pelouro em questão, intervêm sempre como membros de decisão o Administrador-Delegado e os diretores da Direção inerente à matéria em questão. Assim, os diretores de cada uma das Direções, em conjunto com o Administrador-Delegado, correspondem às pessoas que dirigem efetivamente a Companhia, respeitando deste modo o “princípio dos quatro-olhos”.

Modelo das três linhas de defesa

Por forma a implementar uma adequada, eficiente e eficaz gestão de riscos, a Companhia definiu e adotou o modelo das três linhas de defesa, promovendo assim o envolvimento de todas as áreas e estruturas na concretização deste objetivo.

Figura 2 – Modelo das três linhas de defesa



A identificação clara destas linhas, a descrição das suas responsabilidades e âmbitos de atuação, a definição de um processo adequado de comunicação e a implementação com base numa clara segregação de funções, evitando conflitos de interesses, traduzem-se num sistema eficaz ao nível do controlo da Companhia e da sua gestão em geral.

Na primeira linha de defesa são consideradas as áreas de negócio e operacionais da Companhia, pois, em primeira instância, são responsáveis pela identificação do risco e pela implementação de controlos para mitigar todos os riscos materiais na sua área de atividade que excedam o apetite ao risco definido pelo Conselho de Administração.

Na segunda linha de defesa surgem as três funções, designadas como funções-chave (atuarial, de gestão de riscos e de verificação do cumprimento). O processo de definição e implementação destas funções obedeceu a requisitos específicos de segregação de funções e de independência, bem como ao princípio da proporcionalidade previsto no regime de Solvência II.

A função atuarial contribui para a implementação e monitorização de políticas, fundamentalmente, relacionadas com a coordenação e revisão do cálculo de provisões e outras funções de controlo relativas a subscrição, resseguro, novos produtos e tarifação. A função de gestão de risco tem como principal responsabilidade a implementação e administração do sistema de gestão de risco e controlo interno. A função de verificação do cumprimento contribui para práticas de negócio responsáveis e sólidas, para a integridade dos produtos e serviços prestados.

Estas funções-chave foram implementadas tendo em consideração o necessário nível de autoridade e de independência operacional e definindo linhas de comunicação simples e diretas com o Órgão de Administração.

Esta linha de defesa apresenta uma dupla funcionalidade. Por um lado, tem como responsabilidade dar suporte, assessoria, ferramentas e apoio à primeira linha de defesa, de modo a facilitar o cumprimento das responsabilidades por parte das áreas de negócio e da organização em geral. Por outro lado, têm como responsabilidade a supervisão do cumprimento deste modelo de funcionamento e prevenir a aceitação de risco discordante com o apetite e tolerância ao risco.

Finalmente, na terceira linha de defesa, encontra-se a função de auditoria interna, cuja principal responsabilidade consiste em aferir a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e dos elementos do sistema de governação.

O sistema de governação implementado encontra-se adequado à dimensão, complexidade e natureza da atividade e dos riscos, permitindo assegurar que as decisões significativas da Companhia são tomadas pelo menos por duas pessoas ou órgãos que dirigem efetivamente a empresa e garantindo um adequado nível de independência e segregação de funções e responsabilidades. Este sistema de governação é revisto periodicamente, sendo um dos pontos de agenda nas reuniões do Conselho de Administração.

Política de remunerações

A política de remuneração tem como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

No ano de 2025 a Companhia procedeu à revisão e aprovação (pelo Conselho de Administração) da sua Política de Remunerações. A mesma foi aprovada pela Assembleia Geral no primeiro trimestre de 2026.

Nesta, encontra-se estabelecido conjunto dos princípios e dos procedimentos destinados a fixar os critérios, a periodicidade e os responsáveis pela avaliação do desempenho dos colaboradores da empresa, bem como a forma, a estrutura e as condições de pagamento da remuneração devida a esses colaboradores, incluindo a decorrente do processo de avaliação de desempenho.

A revisão efetuada em 2023 veio dar cumprimento aos Artigos 258.º, 275.º, 294.º e 308.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão de 10 de outubro de 2014, ao Artigo 64.º, n.º 4 Regime Jurídico De Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR),

aprovado pela Lei nº 147/2015, de 9 de setembro e às novas indicações que, relativamente a essa matéria, constam da Norma Regulamentar N.º 4/2022-R, de 31 de maio (NR 4/2022-R), da Autoridade de Supervisão dos Seguros e Fundos de Pensões (ASF), que revogou parcialmente a Norma Regulamentar N.º 5/2010-R no que respeita ao setor segurador.

Foram também tomadas em consideração elementos da Secção 2 das “Orientações da EIOPA relativas ao sistema de governação - EIOPA-BoS-14/253 PT”, refletidas pela ASF na Norma Regulamentar n.º 4/2022-R e da “Opinion on the supervision of remuneration principles in the insurance and reinsurance sector (EIOPA-BoS-20/040), de 7 de abril de 2020”.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- ✓ Simplicidade, clareza e transparência, alinhados com a cultura da Sociedade;
- ✓ Consistência com uma gestão de risco e controlo eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- ✓ Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- ✓ Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável;
- ✓ Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.

A política, bem como a declaração de cumprimento nos termos previstos no Artigo 92º da Norma 4/2022 R, de 26 de abril, da ASF, encontram-se publicadas no sítio da internet da Companhia.

Regime complementar de pensões

Em 2 de dezembro 2020, a ASP Vida aderiu ao acordo coletivo de trabalho (ACT), atualmente em vigor, e que foi assinado entre as diversas seguradoras a operar no mercado nacional e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP), a 6 de abril de 2020. De acordo com o n.º 1 da cláusula 52ª do ACT, “Todos os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, com contratos de trabalho sem termo, beneficiam de um Plano Individual de Reforma (PIR) em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à empresa”.

O plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

Tendo em conta o disposto no n.º 1 do Anexo VII do novo ACT, a Companhia efetuará anualmente contribuições para o PIR de valor correspondente a 3,25% do ordenado anual do trabalhador.

O PIR prevê a garantia de capital investido.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efetuadas.

Transações materiais

No que respeita a transações materiais com acionistas, pessoas que exerçam uma influência significativa na empresa e membros do órgão de direção, administração ou supervisão, importa referir o pagamento de dividendos que ocorreu em 2025, tendo sido distribuído aos acionistas 20,6 M€, relativo ao exercício de 2024.

B.2. Requisitos de qualificação e idoneidade

No sentido de garantir um sistema de governação constituído por recursos com competência e idoneidade que promovam uma gestão baseada em decisões coerentes e bem suportadas e de

modo a dar cumprimento ao definido na Lei nº 147/2015, de 9 de setembro, a Companhia definiu e aprovou a política de competência e idoneidade, que tem como principais objetivos:

- Definir os princípios gerais aplicáveis às pessoas que dirijam efetivamente a Companhia ou nela sejam responsáveis por outras funções-chave;
- Estabelecer a metodologia para a identificação das funções abrangidas pela política;
- Definir a metodologia e os procedimentos para avaliação do nível de competência e idoneidade;
- Determinar os princípios que possam desencadear o processo de reavaliação do cumprimento dos requisitos de competência e idoneidade.

Os critérios de competência e idoneidade a serem considerados na análise relativa às pessoas que dirigem efetivamente a Companhia ou desempenham outras funções-chave encontram-se definidos na Lei, sendo estes critérios incorporados no seu modelo de governação.

Neste sentido, estes Colaboradores devem preencher cumulativamente, as seguintes condições:

- Deterem qualificações profissionais, conhecimentos e experiência suficientes para uma gestão sã e prudente (competência);
- Possuírem boa reputação e integridade (idoneidade).

O primeiro critério refere-se à aptidão individual, que é entendida como a existência de qualificações suficientes ou experiência profissional. Presume-se que os Colaboradores tenham obtido um grau e área de ensino adequados à função e responsabilidade assumida e, ainda, que tenham experiência profissional relevante e adequada ao exercício das funções, garantindo que tal experiência será uma mais-valia para uma gestão sã e prudente da atividade.

No que toca à idoneidade, deverá ser analisada a existência de indícios de desrespeito pela legislação e regulamentos, comportamentos éticos desadequados, envolvimento em processos disciplinares, conflito ou má reputação junto do Supervisor.

Adicionalmente, na sequência das orientações relativas ao sistema de governação emitidas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA)*, a Companhia deve assegurar que os Órgãos de Direção e Administração possuem coletivamente qualificação, experiência e conhecimento apropriados, pelo menos nos seguintes domínios:

- Mercados de seguros e financeiros;
- Estratégia de negócio e modelo de negócio;

- Sistema de governação;
- Análise financeira e atuarial;
- Enquadramento regulamentar e requisitos aplicáveis.

Na prática, a metodologia para aferir a qualificação e idoneidade segue as seguintes fases:

- Identificação: são identificadas as funções e os responsáveis abrangidos pelas políticas e respetivas matrizes de avaliação ao nível da competência, idoneidade, independência, disponibilidade e capacidade;
- Documentação: são recolhidos os elementos (nomeadamente *curriculum vitae*) necessários à avaliação das matrizes *supra* descritas;
- Avaliação: o responsável pelos Recursos Humanos analisa toda a informação recolhida e procede ao preenchimento das respetivas matrizes de avaliação. Posteriormente, remete o resultado da avaliação ao Conselho de Administração;
- Monitorização: é exigido aos membros que integram os órgãos, que comuniquem eventuais inibições ou indícios que possam indicar constrangimentos e limitações às matrizes de avaliação;
- Reporte: o responsável pelos Recursos Humanos emite, anualmente, um relatório de monitorização a ser remetido ao Conselho de Administração.

No cumprimento da Norma Regulamentar N.º 3/2017, de 18 de maio, emitida pela ASF, a Companhia implementou os requisitos e normativos legais, quer no que respeita ao registo dos Órgãos de Administração junto desta entidade, recolhendo a informação e emitindo a documentação necessária ao processo, quer no que se refere às pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave e ao atuário responsável. De referir que, neste último caso, o registo foi efetuado durante o segundo semestre de 2017, tendo sido obtido o acordo por parte da ASF.

B.3. Sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência

O sistema de gestão de risco implementado na Companhia abrange, entre outros, a operacionalização de um adequado sistema de governação, a definição de políticas, a

identificação, quantificação e gestão dos diversos riscos a que a Companhia se encontra exposta e um sistema de comunicação e reporte adequado.

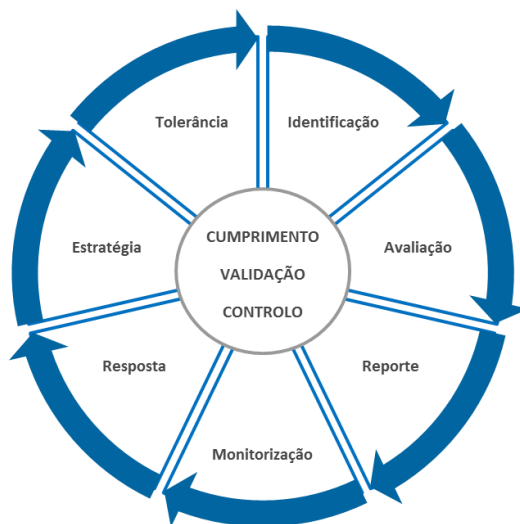
A função de gestão de risco tem um papel fundamental na implementação de um sistema de gestão de risco eficiente e eficaz. Esta função faz parte da segunda linha de defesa do modelo implementado na Companhia, que integra as três linhas de defesa descritas no presente relatório, encontrando-se a mesma alocada à Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno.

Um processo de tomada de decisão adequadamente fundamentado requer que se avaliem e considerem os riscos a que a Companhia se encontra exposta. Neste sentido é essencial que o processo de gestão de riscos faça parte deste processo de tomada de decisão.

Processos de gestão de risco

O processo de gestão de risco, que pode ser desagregado em várias componentes ou fases, é um processo cíclico, contínuo e iterativo, que deve incluir ajustes periódicos e pontuais da estratégia e tolerância ao risco baseados em nova informação de risco ou alterações de negócio. Este pode ser representado da seguinte forma:

Figura 3 – Processo de gestão de risco



Os riscos a que a Companhia se encontra exposta são identificados e apresentados com o suporte da descrição do universo de riscos, apresentados e descritos no documento de “Governança e Gestão de Risco”. Adicionalmente, a identificação dos riscos emergentes assegura que o universo de riscos contemplado é dinâmico e antecipa as tendências de mudança.

A estratégia de risco estabelece a base para definir a tolerância e o apetite ao risco, os quais são considerados na definição dos níveis de capitalização, na determinação dos cenários de continuidade de negócio e na implementação da cultura risco. A política de “Governança e Gestão de Risco” apresenta esta informação de forma detalhada.

A Companhia utiliza metodologias próprias na avaliação e medição dos riscos por forma a poder formalizar uma resposta apropriada ao risco, no sentido de aceitação ou não e, no último caso, de definição de planos de ação.

Por último, refira-se que este ciclo deve estar integrado nas decisões chave da Companhia, nomeadamente, nos processos de definição de planos de negócio e de capital, de políticas de tarifação e de desenvolvimento de produtos e de modelos de suporte às decisões, proporcionando um sistema de governação com uma forte cultura de risco.

Estratégia e tolerância ao risco

A estratégia de risco da Companhia define-se com base no apetite ao risco que se traduz em níveis de tolerância específicos para cada tipo de risco.

A Companhia definiu e formalizou este processo num documento específico designado “Governança e Gestão de Risco”, que foi aprovado pelo Conselho de Administração. O referido documento estabelece os conceitos e metodologia de definição de níveis de capitalização, que visam aumentar a transparência e a responsabilidade sobre a gestão do capital.

A Companhia desenvolve um plano de gestão do capital como parte do seu plano de negócio. Este plano contempla a utilização, necessidades e distribuição do capital. As conclusões do exercício ORSA são integradas no referido plano de capital.

Por sua vez, a seleção dos riscos é definida em função dos seguintes fatores:

- A estratégia de negócio;
- As necessidades dos clientes;
- A capacidade de gestão dos diferentes riscos e a possibilidade de os mitigar;
- A rentabilidade associada à sua assunção e à rapidez com que se podem materializar.

A estratégia de risco complementa-se com declarações de tolerância que são fundamentais para enquadrar o apetite ao risco da Companhia, de modo a que os seus objetivos e estratégia sejam cumpridos.

Em 2020, a Companhia formalizou a sua política de aceitação de risco, que visa delinear o processo pelo qual os riscos que excedam os limites de tolerância definidos pela Companhia e/ou onde ações de mitigação adicionais não sejam possíveis, úteis ou financeiramente viáveis de implementar, são aceites pela mesma.

No ponto C do presente documento apresenta-se com maior detalhe a metodologia adotada ao nível da gestão de risco que permite definir o perfil de risco da Companhia.

Processos e procedimentos

No que respeita aos processos para identificar, quantificar e gerir os riscos destacam-se a implementação de diversas políticas de risco, bem como a definição e operacionalização de mecanismos que permitem monitorizar o cumprimento das regras e limites definidos nas políticas.

Ao nível dos riscos de mercado, destaca-se a política de investimentos em vigor, a sua monitorização e reporte regular, bem como o acompanhamento que é efetuado pela Direção Financeira e pela Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno. O Comité de Risco é também um fórum relevante na monitorização e aconselhamento relativamente aos riscos de mercado.

De salientar que, na Política de Investimentos, foram definidos limites de exposição por critério ESG (*Sustainability*), no âmbito da Sustentabilidade.

No que respeita aos riscos específicos de vida, de não vida, de acidentes e doença e também ao risco de contraparte, destacam-se as políticas de subscrição, de tarifação e desenvolvimento de produtos, de resseguro e de provisões técnicas, que definem, entre outros, as regras de aceitação de risco, de valorização de reservas e de seleção de resseguradores e características dos tratados.

A Companhia dispõe de uma política de controlo interno, que foi aprovada pelo Conselho de Administração e revista em 2025. Este documento define os objetivos, fases, componentes e princípios do Sistema de Controlo Interno da Companhia, bem como as funções e responsabilidades dos intervenientes na sua implementação e monitorização.

Estas melhorias na definição e formalização dos processos e procedimentos permitiram também que a Companhia se adequasse aos requisitos emanados na Diretiva (UE) 2016/97 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de janeiro de 2016 sobre a distribuição de seguros.

Em síntese, a monitorização e análise dos processos relacionados com estes riscos efetuada regularmente pela Direção Técnica e de Produtos é um fator relevante na sua gestão. O Comité Técnico, o Comité Comercial e sempre que se justifique, o Comité de Risco, funcionam como fóruns de acompanhamento e aconselhamento relacionados com estes temas.

Relativamente ao risco operacional destaca-se o sistema que integra controlos regulares, com destaque para os executados pelas áreas operacionais, que permite identificar incidências, melhorar processos, avaliar o nível de risco residual e identificar riscos emergentes. Neste reporte incluem-se os riscos de conformidade e legais. Este sistema tem particular importância na relação com o canal de distribuição e com os clientes, uma vez que abrangem vários subprocessos, destacando-se a subscrição, a gestão de sinistros, a análise de risco, a gestão de documentação e a comunicação com os clientes através da linha telefónica de apoio ao cliente.

Ao nível de interrupção dos sistemas ou dos processos de negócio, a Companhia dispõe de uma política e procedimentos de gestão de continuidade de negócio, efetuando testes de operacionalização de planos de *disaster recover* e de recuperação de negócio em instalações alternativas. O ano de 2025 continuou a demonstrar o adequado funcionamento das políticas de gestão de continuidade de negócio, uma vez que se manteve a possibilidade dos colaboradores exercerem as suas tarefas em regime de teletrabalho sem qualquer repercussão negativa na atividade e na prestação dos serviços.

No que respeita aos riscos reputacionais e legais, a Companhia dispõe também de diversas políticas que permitem mitigar a exposição a estes riscos. Estas políticas referem-se, essencialmente, aos temas de conformidade e verificação do cumprimento, tratamento de clientes, proteção de dados, gestão reputacional, branqueamento de capitais e mecanismos anti-fraude. A Companhia detém um código de conduta que se encontra publicado no *website*.

A Direção de *Customer Care* e *Compliance* efetua também um acompanhamento de todos os requisitos legais e regulamentares no sentido de assegurar que são adequadamente implementados na Companhia mecanismos que permitam cumprir esses requisitos e mitigar riscos legais.

Todas as políticas são aprovadas pelo Conselho de Administração e divulgadas aos Colaboradores da Companhia.

Desde 2018 que a Companhia integra no seu sistema de gestão de risco a figura de um *Data Protection Officer* (DPO), com o objetivo de mitigar riscos que podem resultar em penalizações financeiras impactantes, para além poderem representar riscos reputacionais. Neste âmbito da

proteção de dados, foram formalizadas algumas políticas e implementados alguns procedimentos, de modo a que, em qualquer iniciativa ou processo, o tema da análise de dados e circuitos de informação seja considerado.

Comunicação e reporte

Um adequado sistema de gestão de risco requer um processo de comunicação eficiente e eficaz, que permita por um lado, que o Órgão de Administração tenha conhecimento dos riscos identificados ao nível da primeira e segunda linha de defesa e do seu processo de gestão e, por outro, que os diversos níveis de defesa conheçam o apetite ao risco definido, as tolerâncias e limites aprovados pelo Conselho de Administração.

Neste sentido, existem processos de comunicação *bottom-up*, ou seja, das Direções para o Conselho de Administração, e *top-down*, o inverso.

Na abordagem *bottom-up*, as atividades e os resultados são analisados e discutidos em reuniões de Direção, com a presença dos responsáveis das diversas áreas e do Administrador-Delegado. Nestas reuniões, que ocorrem no mínimo uma vez por mês, são definidos e acompanhados os planos de ação.

Existem ainda, os Fóruns, nomeadamente o Fórum Interno de Auditoria e o Fórum de Resiliência Operacional Digital, que se reúnem mensalmente, para analisar as atividades e iniciativas executadas ou a executar no âmbito das auditorias ou da segurança da informação, bem como da resiliência operacional digital e riscos TIC da Companhia. Estes Fóruns contam sempre com a participação dos responsáveis das diversas áreas e do Administrador-Delegado.

Os temas relevantes com maior impacto na atividade ou que carecem de uma análise de âmbito mais estratégico são, posteriormente, apresentados nos Comitês. Desta forma estes são também analisados pelos representantes dos acionistas. Por sua vez, os Comitês emitem pareceres e recomendações ao Conselho de Administração.

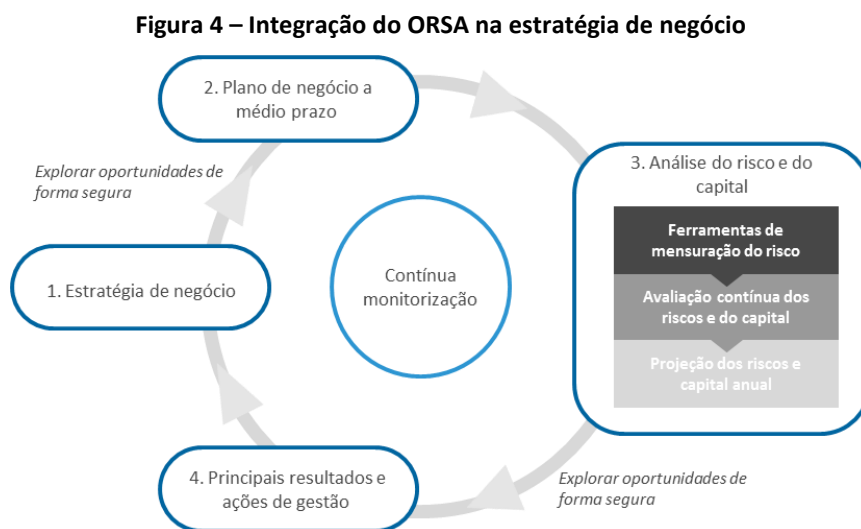
Na abordagem *top-down*, as decisões estratégicas são definidas ao nível do Conselho de Administração, sendo apresentadas em primeira instância ao Administrador-Delegado, uma vez que é o responsável pela gestão regular da Companhia. Este promove fóruns de discussão e análise com diversos interlocutores de modo a garantir que estas decisões são exequíveis e possíveis de representar em planos de ação concretos. O nível de apetite ao risco, tolerância e limites fazem parte das decisões do Conselho de Administração.

Integração dos resultados do exercício ORSA

O exercício ORSA tem como principal objetivo efetuar uma avaliação da adequação de três fatores chave da gestão da atividade: o perfil de risco da Companhia, o capital disponível e a sua estratégia de negócio.

Este é um processo essencial na definição de uma estratégia com sustentabilidade, exequível, que garanta a continuidade da atividade e que produza o retorno adequado aos acionistas.

Na figura seguinte ilustra-se a integração do exercício ORSA no processo de gestão e decisão da Companhia:



A primeira e a segunda fases dizem respeito à definição da estratégia de negócio e do plano de negócio. Assim, no contexto de planificação estratégica, as tolerâncias ao risco são alvo de um processo de revisão. Esta análise contempla uma avaliação da preferência aos diversos riscos a que a Companhia se encontra exposta ou a que poderá vir a estar no curto e médio prazo, analisando tanto a estratégia como a sua capacidade para os gerir.

As preferências são depois traduzidas em tolerâncias que são monitorizados periodicamente em comparação com a exposição real. Caso sejam detetados incumprimentos, estes são discutidos nos fóruns de governação apropriados, por forma a definir as ações de gestão necessárias.

Na terceira fase, a análise do risco e do capital deve incluir a identificação, mensuração, gestão e monitorização dos riscos. O nível de solvência do negócio deve ser também determinado,

tanto para a situação atual como para o futuro, sendo neste caso definido com base em projeções. A quantificação dos riscos é realizada com base na fórmula-padrão do regime de SII.

Salientamos que, é ainda nesta fase, que se obtêm os resultados dos cenários de stress (choques), que foram definidos e avaliados previamente. O objetivo final é avaliar a resiliência financeira da Companhia, face a eventos extremos, mas plausíveis.

Por último, o resultado obtido da conjugação da estratégia de negócio com o plano de negócio e as análises de risco e capital deve ser utilizado nos processos de decisão e nas ações de gestão futuras.

Em especial, caso o excesso de capital seja suficiente para suportar as condições de mercado extremas, mantendo o nível de solvência regulamentar exigido, este deve ser considerado para assegurar estabilidade no pagamento de dividendos aos acionistas. Por outro lado, caso a posição de capital seja inferior ao nível objetivo, serão consideradas ações de gestão para recuperar os níveis de capital. As posições atuais são monitorizadas trimestralmente como parte do processo de reporte de risco.

Trata-se, assim, de um processo iterativo, no qual cada uma das etapas influencia diretamente a seguinte e poderá implicar a redefinição da anterior.

Para a definição de uma estratégia adequada e bem suportada é relevante considerar o nível de exposição ao risco numa ótica prospetiva, tendo em conta limites regulamentares, bem como a análise da relação entre os requisitos de capital e o capital disponível previsto para os anos seguintes. Estes fatores integram os principais resultados do processo ORSA, que permite avaliar se a Companhia detém capital suficiente para fazer face aos riscos que enfrenta ou se são necessários ajustamentos para que se atinjam níveis aceitáveis de exposição.

Caso o resultado do exercício permita identificar possíveis períodos em que se preveja uma insuficiência de capital disponível para fazer face à exposição ao risco, os Órgãos de Gestão deverão analisar estes resultados e definir um plano de ação que poderá contemplar, entre outros, um reforço de capital, uma alteração da constituição de fundos próprios (volume ou composição) ou alterações na alocação de capital.

Por outro lado, caso o excesso de capital seja suficiente para suportar as condições de mercado extremas, mantendo o nível de solvência regulamentar exigido, este deve ser considerado para assegurar estabilidade no pagamento de dividendos aos acionistas.

Este exercício é efetuado anualmente, submetido à aprovação do Conselho de Administração e apresentado ao Supervisor.

B.4. Sistema de controlo interno

Um sistema de controlo interno forte promove a mitigação do risco, o bom desempenho, a melhoria de processos e procedimentos e consequentemente bons resultados.

Neste sentido, durante o ano de 2025, a Companhia deu continuidade a um processo de análise e definição de diversas medidas que permitem evitar a ocorrência de situações que coloquem a atividade, a *performance*, os resultados e a sua sustentabilidade em risco.

Este trabalho tem por finalidade obter um grau de segurança razoável na execução dos processos, planos e objetivos, de modo a atingir as suas metas, em particular no respeitante a:

- Eficácia e eficiência das operações;
- Construção de informação financeira e não financeira rigorosa e completa;
- Conformidade com as leis e regulamentação, bem como com as políticas e procedimentos internos.

Algumas medidas incidem sobre a mitigação do risco operacional, implementação de mecanismos de controlo e monitorização, definição e implementação de planos específicos de controlo adequados às atividades executadas em cada área operacional.

Nos pontos seguintes destacam-se os principais processos que fazem parte do sistema de controlo interno, nomeadamente, o reporte trimestral de controlo operacional e a implementação de uma base de dados de perdas e de um plano de continuidade de negócio. Por fim, apresenta-se também informação referente às atividades desenvolvidas pela função de verificação do cumprimento.

Identificação e gestão do risco operacional

O funcionamento do sistema de controlo interno envolve praticamente todas as áreas da Companhia, em especial, as áreas operacionais (que identificam os riscos que resultam do exercício da atividade e os respetivos mecanismos de controlo), a área de gestão de risco e controlo interno (que assegura essencialmente a monitorização do sistema e promove a sua

melhoria contínua) e a área de auditoria interna (que verifica o adequado funcionamento de todo o sistema de controlo interno).

A identificação, documentação e implementação de controlos deve ser um processo revisto e atualizado regularmente em resultado da própria dinâmica e evolução das atividades, permitindo identificar e mitigar novos riscos ou riscos emergentes.

Assim, em 2025, a Companhia continuou a otimização do seu sistema de controlo interno, com a revisão dos processos de negócio, a identificação de riscos e de controlos com o objetivo de os integrar numa ferramenta específica de controlo utilizada por todo o Grupo Aegon. Nesta ferramenta são incorporadas, com uma periodicidade definida, as evidências de cada um dos controlos identificados, assim como, a avaliação do risco inerente, nível de mitigação dos controlos e avaliação do risco residual.

Por outro lado, a Companhia continuou a executar e a monitorizar os controlos automáticos implementados, que permitem mais facilmente e rapidamente identificar incidências operativas ou tendências atípicas em indicadores de controlo e *performance*. Estes automatismos relacionam-se essencialmente com os processos de contratação, gestão de carteira e gestão de cobranças.

Sempre que são identificadas incidências ou pontos de melhoria, a Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno elabora um plano de ação que é partilhado no Comité de Risco. Caso se verifique a existência de risco moderado ou significativo, esta Direção poderá emitir recomendações de implementação de novos controlos ou melhoria dos existentes, definindo um plano de ação em conjunto com o responsável pelo processo em análise e monitorizando o cumprimento deste plano de ação.

A Direção de Gestão de Riscos e Controlo Interno possui ainda um procedimento interno de *Testing* que consiste na verificação periódica e documentada de que os controlos internos definidos estão:

1. Implementados conforme o desenho aprovado;
2. A funcionar de forma eficaz e consistente ao longo do tempo;
3. Capazes de mitigar os riscos operacionais identificados.

Os principais objetivos do processo são:

- Validar a eficácia operacional dos controlos internos;

- Detetar deficiências ou falhas nos controlos (ineficácia, ausência, ou execução incorreta);
- Suportar a avaliação do risco residual;
- Promover a melhoria contínua do sistema de controlo interno.

Ainda ao nível do risco operacional importa destacar a crescente preocupação com os CiberRiscos e a necessidade de reforçar a proteção face a estes riscos. Nesta base, e tendo em conta o regulamento DORA (*Digital Operational Resilience Act*) a Companhia continua a implementar os controlos necessários para mitigar riscos operacionais, tanto os identificados como os emergentes, assegurando a capacidade de resistir, responder e recuperar de perturbações tecnológicas.

Relativamente ao cumprimento dos requisitos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), procedeu-se à otimização dos controlos operacionais que permitem avaliar e assegurar a conformidade com o referido regulamento, evitando principalmente riscos financeiros e reputacionais.

Base de dados de perdas

Os eventos de risco operacional estão sujeitos à análise de quatro tipos de impactos se forem eventos de negócio: impacto financeiro, impacto no reporte financeiro, impacto nos clientes ou impacto Reputacional. Para eventos TIC's definem-se três tipos de impacto: impacto na disponibilidade, impacto na integridade ou impacto na confidencialidade.

O seguimento destes eventos é um elemento-chave para a gestão do risco operacional. Assim, a metodologia de gestão de risco operacional implementada inclui a construção de uma base de dados de eventos.

A base de dados de perdas permite compilar estes eventos com o objetivo de quantificar os impactos das perdas decorrentes de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas. Neste sentido, a Companhia implementou um processo de registo em *excel* destes eventos.

A Companhia definiu 9 tipologias de eventos operacionais:

- Assumidos ASP;
- Coimas;

- Contencioso;
- Fraude;
- IT;
- Operacional;
- Prestadores;
- Reclamações;
- RGPD.

Cada evento reportado é analisado, e poderá haver a necessidade de elaborar um plano de ação para mitigação do risco identificado.

A utilização da ferramenta de controlo interno do Grupo Aegon, já referida anteriormente, permitirá melhorar este processo de registo.

Plano de Continuidade de Negócio

O plano de continuidade de negócio faz parte dos mecanismos de controlo interno implementados na Companhia que alinhado com as exigências de mitigação de risco operacional do Regulamento DORA (*Digital Operational Resilience Act*), que se foca na resiliência tecnológica e física, permite dar resposta, em caso de desastre, aos processos de negócio que são constituídos por pessoas, sistemas e prestadores.

Assim, no Plano de continuidade de negócio, foram identificados, pelo menos, cinco cenários de desastre, os quais podem ser analisados como segue:

➤ 1. Perda total ou parcial de Instalações (Danos Físicos)

Identifica-se neste cenário o plano para responder a uma perda total ou parcial dos edifícios operacionais (como impossibilidade de acesso, encerramento forçado, evacuação ou danos estruturais), a interrupção de condições essenciais de operação (como energia elétrica, climatização crítica, segurança física) e a indisponibilidade de espaços técnicos ou salas críticas (como centros de atendimento ou locais com servidores locais), que impossibilite os Colaboradores de exercerem a atividade nas instalações corporativas.

➤ 2. Indisponibilidade de Funções Essencial

Neste cenário o plano tem de responder à ausência simultânea ou prolongada de colaboradores essenciais, à rotatividade inesperada de perfis especializados, à ausência de perfis substitutos preparados ou treinados, às dificuldades organizacionais que impeçam a reorganização funcional e à falta de resposta por parte de áreas de suporte críticas (ex.: IT, RH, Segurança), podendo levar à quebra de resposta dos processos suportados por estes elementos.

➤ 3. Deterioração da qualidade ou falha dos prestadores de serviço

Nestas circunstâncias o plano tem de responder à deterioração da qualidade ou falha de serviços prestados por fornecedores responsáveis por aplicações críticas, infraestruturas tecnológicas, serviços de suporte técnico, *cloud*, cibersegurança, backup ou monitorização de sistemas, a situações de risco externo que coloquem em causa a prestação do serviço, incluindo, insolvência ou encerramento do fornecedor, instabilidade política, social ou económica na jurisdição do fornecedor que afete a continuidade das operações, situações de incumprimento de SLA, falhas repetidas, interrupções não programadas ou respostas inadequadas por parte do fornecedor e a casos em que a falha não resulta de fatores técnicos isolados, mas de uma deficiência ou rutura na gestão do serviço prestado, que poderão impactar ou criar completa disrupção de processo suportados por estes.

➤ 4. Falha substancial de Ativos TIC ou de Infraestruturas de Comunicação

Neste contexto a resposta é à falha total ou parcial de servidores, sistemas de armazenamento, plataformas *cloud* ou ambientes de virtualização, à interrupção dos serviços de rede interna, ligações VPN, internet corporativa, voz sobre IP (VoIP) ou telefonia convencional, à perda de acesso ou funcionamento limitado de aplicações por falhas técnicas na infraestrutura subjacente e a incidentes relacionados com quebras de energia que afetem os ativos TIC, quando estes não são automaticamente resolvidos por *Uninterruptible Power Supply* (UPS) ou sistemas redundantes, criando desta forma disrupção nos processos suportados ou executados por estes.

Salientamos ainda, que em 2025 foi efetuado um teste de *disaster recover*, que permitiu verificar a continuidade das operações no caso de um evento adverso.

➤ **5. Incidentes de Cibersegurança**

Identifica-se neste cenário o plano para responder a incidentes de cibersegurança que afetem diretamente sistemas, aplicações, redes, acessos ou dispositivos da organização, e que coloque em risco dados pessoais, confidenciais ou regulados, podendo resultar em interrupção ou degradação de serviços essenciais ao normal funcionamento das Companhias.

Todas as atividades, críticas e menos críticas, têm sido asseguradas de modo a dar continuidade às atividades do canal de distribuição, responder atempadamente e adequadamente a acionistas e Autoridade de Supervisão e promover um serviço de excelência junto dos clientes.

Função de verificação do cumprimento

A função de verificação do cumprimento é uma das funções-chave integradas na segunda linha de defesa do modelo de governação da Companhia. Está atribuída ao responsável da Direção de *Customer Care* e *Compliance*, que efetua um acompanhamento de todos os requisitos legais e regulamentares no sentido de assegurar que são adequadamente implementados na Companhia mecanismos que permitam cumprir esses requisitos e mitigar riscos legais.

A implementação da função obedeceu aos requisitos de independência e objetividade que se espera face aos temas que fazem parte do seu âmbito de atuação.

Destacam-se também nas suas funções e responsabilidades, a monitorização da prevenção da fraude interna e externa e do branqueamento de capitais. O responsável pela Direção é também interlocutor junto da ASF no que respeita ao processo de gestão de reclamações. Compete à função identificar os riscos de incumprimento, sendo os resultados deste trabalho reportados e analisados no Comité de Risco.

Anualmente, esta função analisa a aplicabilidade de novos requisitos regulamentares ou corporativos, define planos de ação de modo a garantir a sua implementação e analisa o seu grau de cumprimento. Destacam-se as seguintes ações relacionadas com os temas em análise:

- Comunicação das novidades legislativas e regulamentares, diligenciando, sempre que se justifique, pelo acompanhamento da implementação de medidas e alteração de procedimentos junto das áreas operacionais para assegurar o cumprimento normativo;

- Monitorização de temas relacionados com a prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo;
- Acompanhamento e monitorização contínua do projeto inerente ao RGPD, nomeadamente através de formação aos colaboradores e parceiros essenciais em matéria de dados pessoais. Adicionalmente, enviámos inquéritos aos prestadores essenciais para aferir do grau de cumprimento com o RGPD;
- Acompanhamento e monitorização contínua do projeto inerente à Distribuição de Seguros;
- Análise e monitorização de casos suspeitos de fraude;
- Elaboração e apresentação ao Órgão de Administração do relatório anual de *Compliance*, que sintetiza todas as ações efetuadas a este nível.

B.5. Função de auditoria interna

A função de auditoria interna faz parte da terceira linha de defesa do modelo de governação da ASP Vida. A sua principal responsabilidade consiste em aferir a adequação e a eficácia do sistema de controlo interno e dos restantes elementos do sistema de governação.

A Companhia implementou esta função no final de 2016. O modelo de funcionamento teve em consideração o princípio da proporcionalidade previsto no regime regulamentar de Solvência II.

A operacionalização da função de auditoria interna da Companhia encontra-se subcontratada à *Aegon Administracion y Servicios AIE* (Aegon AIE), um agrupamento complementar de empresas, do qual a Companhia faz parte, bem como o seu acionista maioritário. Porém, em cumprimento do normativo referente às funções-chave, encontra-se nomeado e registado junto da ASF um responsável interno pela função que assegura a relação entre esta entidade e as diversas áreas operacionais, bem como a relação com o Supervisor e auditores externos.

Destaque-se a independência da área de auditoria interna da Aegon AIE face às restantes áreas que prestam outros serviços à Companhia e que podem ser incluídos em âmbitos de auditorias. Na estrutura interna da Aegon AIE, a área de auditoria interna reflete uma completa segregação de funções e independência face a outras áreas, garantindo que os trabalhos de auditoria são executados com rigor e isenção e que os resultados são exatos e fiáveis.

A Companhia dispõe de uma política de auditoria interna, que foi aprovada pelo Conselho de Administração. O documento define as responsabilidades, funções, dependência, princípios orientadores e metodológicos, organização e estrutura relacional da função. A política estabelece ainda as diretrizes operacionais e processuais básicas de auditoria, de forma a garantir que os trabalhos de auditoria interna são adequados aos processos e metodologias utilizadas na Companhia.

A principal missão desta função é a planificação e realização dos processos de auditoria de acordo com o regime legal em vigor e as diretrizes do Órgão de Administração da Companhia, de modo a assegurar a veracidade da informação, minimizar riscos e melhorar a eficácia da gestão. Destacam-se as principais funções específicas que permitem concretizar esta missão:

- Desenvolver e propor o estabelecimento de normas e procedimentos de auditoria para a Companhia;
- Garantir o cumprimento das normas e procedimentos de auditoria;
- Planificar e realizar as auditorias e investigações específicas necessárias para prevenir e detetar os riscos económicos, operacionais, reputacionais e de alteração da informação contabilística;
- Supervisionar o cumprimento das normas internas e externas aplicáveis à atividade da Companhia e, em especial, no que se refere ao sistema de governação e à função de verificação do cumprimento;
- Rever a documentação contabilística e administrativa e a sua adequação aos normativos internos e externos;
- Informar o Órgão de Administração das anomalias ou inconsistências detetadas sugerindo medidas de correção;
- Colaborar nos trabalhos de auditoria externa e do Supervisor, verificando a implementação de requisitos e recomendações efetuadas por estas entidades no âmbito das suas funções, tendo sido aceites pelo Conselho de Administração;
- Verificar a implementação e monitorização das recomendações emitidas em resultado das auditorias efetuadas e que foram aceites pelo Conselho de Administração;
- Analisar e avaliar as fraudes internas e externas, propondo planos de atuação com vista à sua prevenção;

- Elaborar um plano anual de auditoria baseado na análise prévia dos riscos a que está exposta a Companhia.

O plano previsto para 2025 foi cumprido. A avaliação do risco e identificação de fragilidades, requisitos corporativos ou legais determinaram a definição do referido plano. Relativamente às recomendações emitidas e aos pontos passíveis de melhoria foram identificados planos de ação e os responsáveis pela sua implementação. Trimestralmente, no Comité Financeiro e de Auditoria é monitorizado o cumprimento dos planos de ação acordados.

B.6. Função atuarial

A função atuarial é identificada como uma função-chave que faz parte da segunda linha de defesa do modelo de governação.

A definição da função teve em consideração a necessidade de se garantir a independência entre as atividades operacionais e os processos relativos a provisionamento, subscrição e resseguro. Foram também assegurados requisitos referentes a conhecimentos em matemática atuarial e financeira e à experiência relativa às normas aplicáveis.

Assim, de acordo com os requisitos do regime de Solvência II, durante o ano de 2025, o responsável pela função emitiu o seu parecer sobre a adequação do nível de provisionamento, da política global de subscrição e dos tratados de resseguro.

Para além de emitir o referido parecer e apresentá-lo ao Órgão de Administração, a função tem ainda como principais responsabilidades:

- Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no referido cálculo;
- Garantir a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, em especial, no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do SCR e do requisito de capital mínimo (MCR), bem como ao ORSA.

B.7. Subcontratação

A Companhia dispõe de uma política de subcontratação que define regras a considerar no processo de avaliação e adjudicação de serviços prestados por entidades externas.

Para garantir a adequada execução das atividades, salvaguardando a sua boa imagem e confiança junto dos diversos *stakeholders* e promovendo os bons resultados e a sustentabilidade, a Companhia é responsável pela definição de mecanismos de monitorização do serviço prestado por entidades externas.

As entidades são consideradas prestadores de serviços externos essenciais, ou seja, que prestam serviços no âmbito de atividades estratégicas ou operacionais de negócio se, pela sua natureza:

- Realizam atividades de forma permanente e habitual ou;
- A prestação acarreta um elevado nível de risco pelo impacto que possa ter na atividade operacional da Companhia ou;
- A prestação acarreta um elevado nível de risco pelo acesso a dados da Companhia ou;
- A prestação acarreta um elevado nível de risco pela representação da Companhia que a entidade externa possa assumir junto dos clientes.

No âmbito do Regulamento DORA (*Digital Operational Resilience Act* – Regulamento (UE) 2022/2554) que é um regulamento da União Europeia que entrou em vigor em janeiro de 2023 e passou a ser aplicável a partir de 17 de janeiro de 2025, os prestadores TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), estão sujeitos a uma série de requisitos adicionais. Assim, a Companhia, para estes prestadores, assegura contratualmente que existem adequados:

- requisitos de segurança de informação (confidencialidade, integridade e disponibilidade);
- sistemas de controlo e de comunicação de incidentes graves de TIC;
- testes de resiliência; e ainda
- procedimentos e controlos de aprovação de subcontratação (sub-outsourcing) por parte do prestador.

A Companhia identificou um responsável pela monitorização do cumprimento de cada contrato. Foi definido um plano de controlo, com mecanismos de reporte e níveis de serviço a cumprir, que é monitorizado por este interlocutor.

No quadro seguinte apresentam-se as principais entidades externas que fazem parte deste processo de monitorização:

Quadro 7 – Prestadores de serviços externos

Principais Prestadores	Principal atividade	Jurisdicção em que o prestador se localiza
ADVANCECARE - GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, S.A.	Teleunderwriting - Análise de risco	Portugal
AEGON ADMINISTRACION Y SERVICIOS AIE	Atividades relacionadas com cálculos atuariais, gestão de investimentos, auditoria interna e recursos humanos	Espanha
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Aplicações informáticas	Portugal
CLEVA SOLUTIONS, S.A.	Software - GIS (Sistema CORE)	Portugal
CONTISYSTEMS - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, S.A.	Impressão e arquivo de documentação (DOS Portal)	Portugal
Ecco Salva, Medical Services, Lda	Prestação de serviços relativos a coberturas complementares; Medicina no Trabalho	Portugal
FUTURE HEALTHCARE - CORPORATE SERVICES, UNIPESSOAL, LDA	Gestão de sinistros de Saúde; Prestação de serviços relativos a coberturas complementares	Portugal
NAU21 - SOFTWARE FOR THE FUTURE, LDA	Consultoria tecnologica e desenvolvimento aplicacional	Portugal
LEADS R US, LDA (Sales Group)	Gestão de informação Website/ MyAegon/ Intranet	Portugal
SANTANDER GLOBALTECHNOLOGY AND OPERATIONS SLU	Sistemas e Hardware	Portugal
TELADOC HEALTH PORTUGAL, S.A.	Prestação de serviços de saúde	Portugal

Os indicadores de controlo e performance destas entidades são apresentados e analisados em diversos fóruns, dependendo do responsável pelo serviço.

Adicionalmente, a Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno tem também focado a sua atividade no desenvolvimento de um plano de controlo mais regular sobre as atividades prestadas pelos prestadores externos essenciais, definindo métricas e reportes adicionais. A definição e revisão das matrizes de risco, que tal como referido anteriormente está em curso, foca-se também nos processos executados por estas entidades.

Este trabalho e análise tem permitido a implementação de melhorias no que respeita aos controlos executados, bem como aos próprios procedimentos, mitigando o risco operacional. Dependendo da criticidade dos temas em análise e dos resultados, estes poderão ser reportados ao Comité de Risco.

No que respeita à subcontratação de funções-chave, refira-se que a função de Auditoria Interna se encontra subcontratada à Aegon AIE, como mencionado no ponto B.5 do presente relatório.

No entanto, a Companhia mantém o controlo sobre as atividades e a responsabilidade pela função junto da ASF.

B.8. Eventuais informações adicionais

No âmbito do Sistema de Governação, a Companhia considera que não existem informações adicionais relevantes.

C. Perfil de risco

O processo de gestão de risco assenta principalmente numa adequada estratégia de risco.

A Companhia adotou uma estratégia de risco que estabelece a preferência pelos riscos em função da estratégia de negócio, das necessidades dos clientes, da sua capacidade de gestão dos diferentes riscos, da possibilidade de os mitigar e da rendabilidade associada à sua assunção e rapidez com que se podem materializar.

Da estratégia de risco resultam definições de tolerância materializadas em:

- **Política de gestão de capital:** foram definidos diferentes intervalos relativos à posição de solvência da Companhia, aos quais correspondem diferentes planos de ação para que direcionem a Companhia para o cumprimento dos requisitos regulamentares ou para o nível de otimização do capital:
 - Objetivo: zona para a execução da estratégia, geração de capital e distribuição de dividendos. O nível operacional, que será utilizado para os cálculos de geração de capital, deve estar dentro desta zona. É estabelecido um nível igual ou superior a 135%;
 - Recuperação: planos acelerados de acumulação de capital, para atingir a Zona Objetivo no prazo de 12 meses. Dividendos e aquisições são suspensos. A Zona de Recuperação é determinada, em primeira instância, para evitar que o nível de capitalização da empresa desça abaixo dos 100% do SCR, após a ocorrência de um cenário de *stress* equivalente a um evento estatístico de probabilidade 1 em 10 anos;
 - Plano regulatório: plano de recapitalização ao nível exigido pelo Supervisor, dentro do prazo máximo estabelecido por este.
- **Teste de continuidade de negócio:** anualmente é testado o nível de capitalização da Companhia de acordo com o horizonte temporal do plano de negócio considerando cenários específicos. Estes permitem validar a continuidade do negócio mediante condições de *stress* consideradas relevantes para o perfil de risco identificado. Os níveis de capitalização medem-se de acordo com os requisitos regulamentares. Em condições de *stress*, a Companhia deve permanecer capitalizada acima do nível objetivo.
- **Cultura de gestão de risco:** uma forte cultura de risco integrada nas operações do negócio é essencial para garantir uma aceitação de risco equilibrada. Não existe tolerância relativamente a incumprimentos legais ou com os clientes e uma tolerância

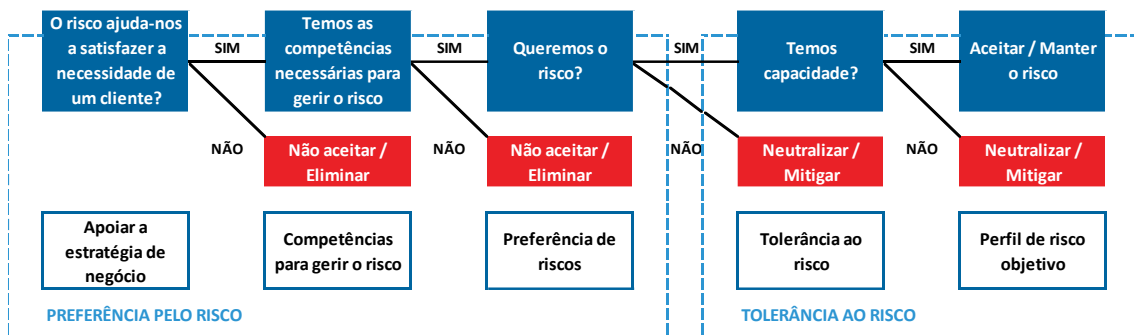
limitada para eventos operacionais, de fraude ou quebras de confidencialidade ou integridade dos dados.

Por forma a estabelecer-se o apetite ao risco da Companhia devem ser considerados dois fatores essenciais: o retorno esperado e a sua valorização.

De acordo com o *trade-off* entre o preço pago pelo risco e o seu interesse para a Companhia e para os seus clientes, o retorno esperado é classificado como alto, médio ou baixo. Por outro lado, a valorização do risco depende de variadíssimos fatores, entre os quais, do horizonte temporal necessário à concretização do risco e do retorno, da possibilidade de ser mitigado ou transferido, da rapidez de materialização, do facto de se tratar de um risco de cauda ou não, do seu nível de diversificação no conjunto dos riscos a que a Companhia se encontra exposta e do facto de se tratar de um risco com comportamento pró-cíclico ou não.

Tendo em conta a capacidade de capital da Companhia e a sua estratégia de negócio, o processo de definição das preferências ao risco segue as seguintes etapas:

Figura 5 – Definição da preferência ao risco

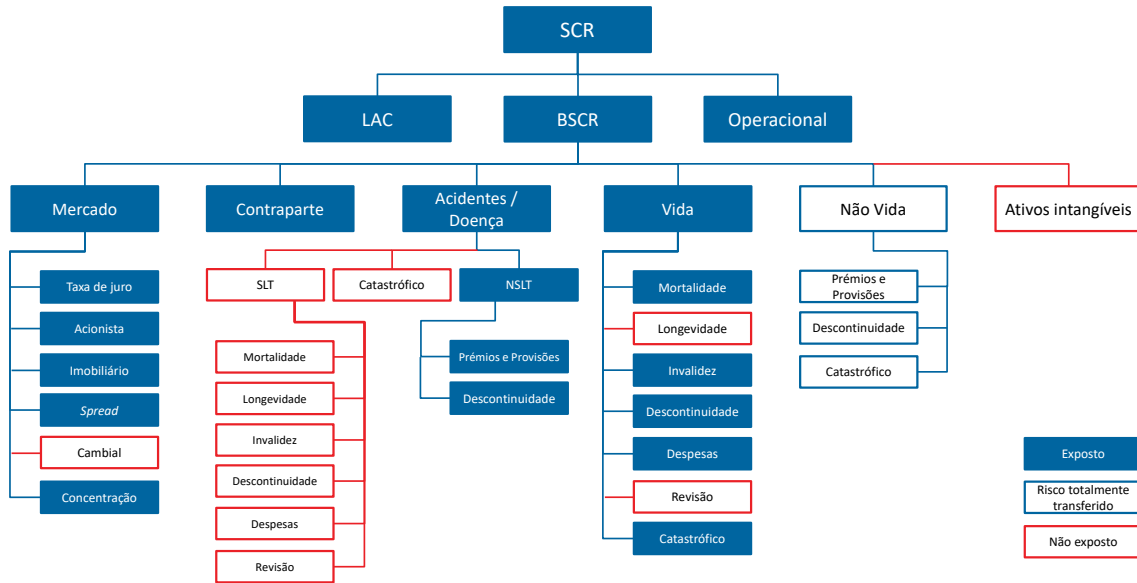


Esta análise é realizada tendo em consideração uma metodologia específica que classifica os diferentes riscos em função das seguintes características: grau de alinhamento com os interesses dos clientes, nível de retorno esperados e as particularidades do risco.

Assim, em função da preferência pelos riscos, da sua competência para os gerir e da sua capacidade atual para os tomar, os limites por risco são fixados, tendo como restrições o capital disponível, a capacidade adicional para os assumir e o plano de negócios.

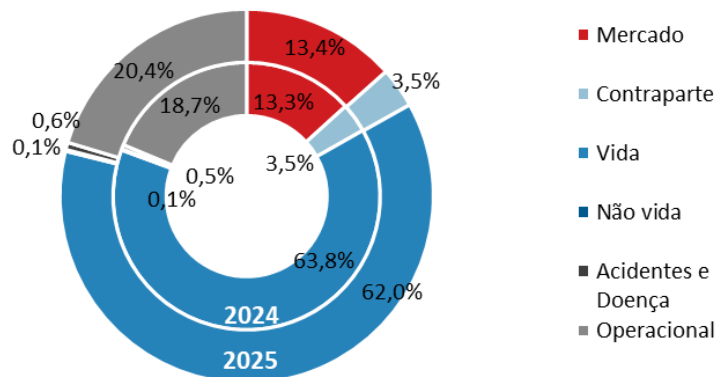
Considerando os produtos que a Companhia comercializa e as linhas pelas quais orienta o seu negócio, apresentam-se os módulos e submódulos de risco da fórmula-padrão de Solvência II aos quais esta se encontra exposta:

Figura 6 – Exposição aos riscos da fórmula-padrão



O atual perfil de risco da Companhia, determinado com base nos resultados da fórmula-padrão, apresenta-se na seguinte figura:

Figura 7 – Perfil de risco atual



A identificação, as declarações de apetite ao risco, as formas de monitorização, controlo e mitigação e os resultados relativos aos cenários de sensibilidade por tipo de risco são apresentados nos pontos que se seguem.

C.1. Risco específico de seguros

O risco específico de seguro é definido como o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Reflete o facto de no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza o custo real efetivo dos sinistros futuros, assim como o momento em que estes ocorrerão.

A Companhia tem como objetivo a definição de prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos por si assumidos (sinistros a pagar, despesas e custo do capital).

Este risco pode ser decomposto em risco de mortalidade, longevidade, invalidez, despesas, descontinuidade, catastrófico e em riscos de natureza não vida.

O risco de mortalidade está relacionado com o aumento da taxa de mortalidade, que terá um impacto em contratos que garantem capitais em caso de morte.

A avaliação da exposição da Companhia a este risco é efetuada através da realização de estudos de mortalidade, nos quais são definidos os pressupostos a utilizar nas projeções de *cash-flows* futuros. Estes estudos baseiam-se na observação de dados da carteira e de mercado.

Dependendo da tipologia do produto, as tábuas de mortalidade utilizadas variam entre a GKM80 e a GKM95, com taxas técnicas entre os 0% e os 4%.

Tendo por base o tipo de produtos em carteira, considera-se que a Companhia não se encontra exposta ao risco de longevidade, que cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes do facto de as pessoas seguras viverem mais anos.

No que diz ao respeito ao risco de invalidez, que cobre a incerteza das perdas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas, a Companhia avalia-o à semelhança do que é efetuado para o risco de mortalidade, isto é, através da revisão regular dos pressupostos de invalidez e da subscrição de tratados de resseguro.

O risco de despesas representa o risco associado a variações nas despesas da Companhia. Encontra-se definida uma estrutura de custos que é utilizada na tarificação dos produtos. A estrutura de custos é acompanhada regularmente, sendo realizadas análises de sensibilidade à variação das despesas.

O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e de anulação das apólices. A Companhia monitoriza a evolução da taxa de anulação, acompanhando o impacto resultante das anulações no valor da carteira. Para aferir o nível de exposição a este risco são realizadas análises de sensibilidade a variações na taxa de anulação estimada.

O risco catastrófico decorre de eventos extremos ou irregulares cujos efeitos não são suficientemente capturados nos outros riscos específicos de seguros. Decorrem normalmente de um evento específico com impacto em diversos tomadores de seguros, devido a um acréscimo dos diferentes fatores de risco em resultado de um evento de contágio, por um curto período de tempo.

Por último, atendendo às características dos produtos em comercialização, a Companhia identificou também riscos relacionados com as coberturas complementares de desemprego e doenças graves. Estas coberturas encontram-se resseguradas a 100% e 60%, respetivamente.

O quadro seguinte apresenta o apetite aos riscos específicos de seguros da Companhia:

Quadro 8 – Valorização dos riscos específicos de seguros

Categoria	Retorno esperado	Valorização risco	Valorização
Mortalidade / Invalidez	Alto	Alto	Contribui diretamente para fazer face às necessidades de proteção dos clientes. O prémio obtido para assumir este risco oferece um retorno atrativo. As restantes variáveis de classificação do risco também são muito favoráveis: capacidade de gestão, facilidade de transferência do risco e diversificação.
Longevidade	Médio	Médio	É considerada uma necessidade básica para qualquer cliente. Não obstante, identifica-se um apetite moderado para aceitar este tipo de risco, dada a incerteza sobre a suficiência do preço do mesmo, a falta de alinhamento entre o interesse dos clientes e da Companhia e o pouco historial da indústria seguradora para avaliar corretamente o preço. Como tal, a Companhia não se encontra exposta.
Despesas	Baixo	Médio	É uma consequência natural do negócio, como tal é aceite.
Comportamento dos tomadores de seguros	Alto	Baixo	A maior parte dos riscos de comportamento dos tomadores de seguros advém da alta rentabilidade dos produtos. O risco reflete a possibilidade de anulações superiores ao considerado.
Risco específico de Não Vida	Alto	Alto	Contribui diretamente para a satisfação das necessidades de proteção dos clientes. O prémio obtido oferece um retorno atrativo.

Gestão e controlo

A gestão do risco específico de seguros é efetuada através da combinação das políticas de subscrição, tarifação e desenvolvimento de produtos, resseguro e provisões técnicas com o documento “Governança e Gestão de Risco”.

A Política de Subscrição permite assegurar que a Companhia mantém um perfil de risco de subscrição consistente com o perfil de risco definido pelos seus Órgãos de Administração, enquanto a Política de Tarifação e Desenvolvimento de Produtos inclui os controlos definidos

para assegurar a suficiência de prémios, incluindo a identificação e incorporação nos prémios de elementos como opções e garantias, comportamento de tomadores, riscos de investimentos, liquidez e estrutura de resseguro prevista.

A adequação da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de *cash-flows* enquanto a rendibilidade de cada produto ou de grupos de produtos é monitorizada anualmente. Existem procedimentos internos definidos, que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira, de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos resseguradores da Companhia é igualmente considerada.

Por sua vez, a Política de Provisões Técnicas, que tem por objetivo a constituição de provisões adequadas e suficientes que lhe permitam cumprir todas as responsabilidades futuras, inclui os controlos definidos para assegurar a suficiência de reservas relacionadas com o risco específico de seguros.

Assim, tendo por base estimativas e pressupostos que são definidos através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos, a Companhia constitui provisões de acordo com a tipologia dos produtos. A adequação da estimativa das responsabilidades da atividade seguradora é revista anualmente. Se as provisões técnicas não forem suficientes para cobrir o valor atual dos *cash-flows* futuros esperados (sinistros, custos e comissões), esta insuficiência é imediatamente reconhecida através da criação de provisões adicionais.

Adicionalmente, a Companhia monitoriza a evolução da taxa de anulação, acompanhando assim o impacto resultante das anulações no valor da carteira. Para aferir o nível de exposição a este risco, são realizadas análises de sensibilidade a variações na taxa de anulação estimada.

Importa ainda salientar que, numa ótica de monitorização do risco específico de seguros da ASP Vida, são efetuadas avaliações e testes de sensibilidade às hipóteses consideradas nos cálculos por uma entidade externa.

Por último, a Política de Resseguro inclui os controlos definidos para garantir que os resseguradores selecionados são adequados e que não existe uma excessiva concentração por contraparte, permitindo assim cumprir com o principal objetivo do resseguro, que é limitar o valor das perdas associadas a sinistros de grandes dimensões, tanto numa ótica individual, para os casos em que os limites das indemnizações são elevados, bem como na possibilidade de se verificar uma única ocorrência com impacto em múltiplos tomadores de seguro.

A Companhia celebra tratados de resseguro por forma a limitar os custos resultantes do aumento da sinistralidade no conjunto da carteira, apesar das exposições individuais estarem dentro dos limites internos definidos. No que diz respeito aos tratados de resseguro que a Companhia dispõe atualmente para mitigação do risco específico de seguro intrínseco ao seu negócio, estes podem ser agrupados em dois conjuntos distintos - os tratados já existentes e os que transitaram na sequência da migração da carteira da Eurovida.

Um tratado *surplus* e um *surplus* facultativo cobrem os riscos de morte e invalidez de responsabilidades de seguros relativos às apólices transferidas aquando da constituição da Companhia, isto é, apólices emitidas até 31 de dezembro de 2014. Um tratado *surplus* e um *excess of loss* catastrófico aplica-se às coberturas de morte e invalidez relativas ao novo negócio iniciado a partir de 1 de janeiro de 2015. Os riscos específicos de seguros de não vida que resultam das coberturas complementares de desemprego e doenças graves estão ressegurados através de dois tratados *quota-share*, um por cada tipo de cobertura.

Nos tratados de resseguro que cobrem as responsabilidades migradas da Eurovida incluem-se a cobertura do risco de morte, que se encontra ressegurada por um tratado *surplus*. Existe um tratado de resseguro *quota-share*, na sequência do acordo celebrado com a Scor em 2013, onde a Eurovida cedeu 95% dos riscos de mortalidade e de invalidez. A cobertura de assistência encontra-se ressegurada através de um *quota-share*. Finalmente, a cobertura complementar de doenças graves está ressegurada através de um tratado *quota-share*.

As principais características dos tratados de resseguro detidos pela ASP Vida no final do ano, e com coberturas referentes ao ano de 2026, estão resumidas na tabela que se segue:

Quadro 9 – Tratados de resseguro

Nome do tratado	Tipo de tratado	Retenção da Companhia	Limite do tratado
Vida Risco 2014	Proporcional Quota-Share	69%	362 319 €
Vida Risco 2014 Facultativo	Proporcional Surplus Facultativo	362 319 €	2 500 000 €
Vida Risco 2015	Proporcional Surplus	45 000€ (1)	2 000 000 €
Vida Risco CAT	Não proporcional Excess of Loss	150 000 €	10 000 000 €
Desemprego	Proporcional Quota-Share	0 € -	
Doenças graves	Proporcional Quota-Share	40%	-
Vida (apólices ex-Eurovida)	Proporcional Surplus	75 000 €	1 000 000 €
Scor (apólices ex-Eurovida)	Proporcional Quota-Share	5% -	
IPA (apólices ex-Eurovida)	Proporcional Quota-Share	0%	-
Doenças graves (apólices ex-Eurovida)	Proporcional Quota-Share	50%	-
Vida Risco 2024	Proporcional Surplus	50 000 €	2 000 000 €

⁽¹⁾ por cabeça

Refira-se que, face ao ano transato, não houve alterações significativas na estrutura dos tratados de resseguro.

Avaliação e análises de sensibilidade

Os riscos específicos de seguros são avaliados de acordo com os cenários ou *stress* definidos na fórmula-padrão do regime Solvência II. Assim, tendo por base a carteira de seguros em 2025 e 2024, os diferentes riscos específicos de seguros foram avaliados nos seguintes montantes:

Quadro 10 – Avaliação dos riscos específicos de seguros

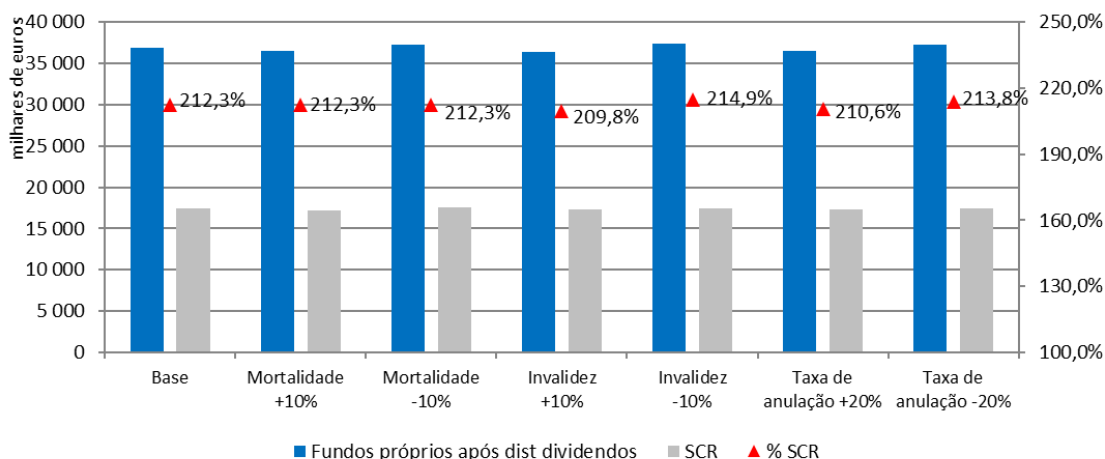
	Milhares de euros	
	2025	2024
Risco específico dos seguros de vida	15 176	15 824
<i>Mortalidade</i>	1 697	1 849
<i>Invalidez</i>	2 229	2 095
<i>Descontinuidade</i>	9 346	10 965
<i>Despesas</i>	3 686	3 272
<i>CAT</i>	5 342	4 655
<i>Diversificação</i>	-7 125	-7 011
Risco específico dos seguros de acidentes e doença	154	127
<i>NSLT</i>	154	127
<i>Prem&Res</i>	100	38
<i>Descontinuidade</i>	117	121
<i>CAT</i>	0	0
<i>Diversificação</i>	0	0
Risco específico dos seguros de não vida	29	34
<i>Prem&Res</i>	0	0
<i>Descontinuidade</i>	29	34
<i>Diversificação</i>	0	0

Da sua análise verifica-se que o principal risco específico de seguros da Companhia é o risco de descontinuidade, seguindo-se, numa proporção consideravelmente inferior, os riscos de despesas e catastrófico. Em relação ao risco catastrófico refere-se que a Companhia procedeu em 2023, com consulta ao supervisor, à inclusão do tratado de resseguro relativo a riscos catastróficos enquanto técnica de mitigação de risco.

A Companhia não retém praticamente nenhuma responsabilidade de seguro decorrente das coberturas complementares, como tal, os montantes de requisito de capital de risco específico de não vida e acidentes e doença são imateriais.

No quadro seguinte são apresentadas as sensibilidades relativas ao risco específico de seguros de vida:

Figura 8 – Sensibilidades risco específico de seguros de vida



C.2. Risco de mercado

O risco de mercado representa o risco decorrente das variações adversas no valor dos ativos relacionados com alterações nos mercados de capitais, cambiais, imobiliários e de taxas de juro.

Assim, são incluídos dentro do conjunto dos riscos de mercado o risco de *spread*, o risco de taxa de juro, o risco acionista, o risco imobiliário, o risco cambial, o risco de concentração e os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados.

O risco de *spread* refere-se à parte do risco dos ativos que é explicada pela sensibilidade do valor dos ativos a alterações no nível ou volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os *spreads* de créditos são monitorizados periodicamente, de acordo com a Política de Investimentos.

Por sua vez, o risco de taxa de juro apresenta-se em exposições, tanto ativos como passivos, cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro.

Da análise dos ativos da Companhia, constata-se que este risco se encontra apenas nas obrigações, em especial, nos títulos que pagam cupões com base em taxas variáveis. Do lado dos passivos este risco é imaterial, visto que a Companhia apenas explora produtos de risco sem opções ou garantias.

O quadro que se segue apresenta a evolução da exposição da Companhia a obrigações por tipo de taxa de cupão, entre 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Quadro 11 – Composição da carteira de obrigações por tipo de taxa

	Milhares de euros			
	2025		2024	
	Valor	Proporção	Valor	Proporção
Obrigações de taxa fixa	108 876	100%	100 947	100%
Total	108 876	100%	100 947	100%

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. Todos os ativos da Companhia são valorizados em euros, como tal a exposição a este risco é inexistente.

No que diz respeito ao risco acionista, que resulta da alteração do nível ou da volatilidade dos preços de mercado de capitais, a exposição da Companhia é imaterial, já que esta apenas detém uma participação residual num agrupamento complementar de empresas, a Aegon AIE.

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. A Companhia apenas está exposta a risco imobiliário relativamente ao ativo referente às rendas do edifício, ou seja, um “ativo de direito de uso”, pelo que a valorização deste risco é também residual.

Por último, o risco de concentração, refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. Este surge por falta de diversificação de contrapartes de crédito, por qualquer relação empresarial ou concentração em setores de negócio ou regiões geográficas.

Uma vez que este risco é amplamente diversificável, a sua gestão está definida na Política de Investimentos, onde se estabelecem os limites relativos às diferentes categorias dos ativos e contrapartes.

A composição da carteira de ativos financeiros por setores de atividade, à data de 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresenta-se da seguinte forma:

Quadro 12 – Composição da carteira de ativos por setor de atividade

Setor de atividade	Milhares de euros			
	2025		2024	
	Valor de Balanço	Peso (%)	Valor de Balanço	Peso (%)
Governamental	45 426	41,7%	47 551	47,1%
Financiero	31 443	28,9%	25 894	25,7%
Industrial	20 386	18,7%	13 909	13,8%
Energia	5 918	5,4%	8 073	8,0%
Multinacional	2 462	2,3%	1 300	1,3%
Transportes	1 639	1,5%	1 640	1,6%
Informação e comunicações	1 106	1,0%	2 093	2,1%
Imobiliário	496	0,5%	487	0,5%
Total	108 876	100%	100 947	100%

O seguinte quadro apresenta o apetite aos diferentes riscos de mercado da Companhia:

Quadro 13 – Valorização dos riscos de mercado

Categoria	Valorização risco	Retorno esperado	Descrição
Defaults / Descida de qualificação creditícia	Médio	Alto	Aceitamos o risco de não pagamento e de descida da qualidade creditícia porque se espera que no longo prazo os <i>spreads</i> obtidos compensem adequadamente estes riscos. Os critérios de valorização do risco não são favoráveis: é um risco que se comporta de modo pro-cíclico, a suficiência dos <i>spreads</i> obtidos não é rapidamente observável e é um risco altamente correlacionado com os outros riscos de mercado, embora possa ser diversificado mantendo uma concentração reduzida em emitentes individuais.
Spreads de crédito	Alto	Alto	A parte dos <i>spreads</i> de crédito que não cobre o risco de <i>default</i> ou de descida de qualificação de crédito é facilmente realizável se se mantiver um <i>matching</i> de ativos e passivos. A estratégia de investimentos está baseada em manter os ativos até à maturidade e com uma posição neutra no diferencial de duração entre ativos e passivos.
Ações – Exposição Direta	Baixo	Alto	A manutenção de posições de taxa variável mediante o investimento direto não satisfaz uma necessidade imediata dos clientes. A história demonstra que, com relativa frequência, as instituições financeiras se viram forçadas a vender as suas posições, em momentos de crise de mercado, para reforçar as suas posições de capital regulamentar.
Concentração	Médio	Alto	Este risco é uma consequência natural do negócio, como tal é aceite, contudo a Companhia gere-o através de uma monitorização regular da estrutura da carteira de ativos e da condução de uma estratégia de diversificação da mesma.
Outros investimentos	Médio	Alto	Embora se espere obter retornos atrativos investindo em classes de ativos alternativas (infraestruturas, imobiliário, ...), as Companhias atuam com prudência para incorporar riscos deste tipo na sua atividade. Antes de se assumir este tipo de riscos deve-se analisar se existem os mecanismos necessários para os valorizar e gerir adequadamente.
Taxas de juro	Baixo	Baixo	Não se espera que a longo prazo seja possível obter retornos atrativos pela exposição a risco de taxa de juro, por isso as Companhias decidiram mitigar / cobrir este risco da melhor forma possível. Não obstante, podem existir situações em que compense ter uma exposição razoável a taxas de juro e como tal define-se tolerância para este tipo de risco, que é controlada através de limites.
Divisa	Baixo	Baixo	Não existe apetite para este tipo de risco, exceto para exposições indiretas.

Gestão e controlo

Os resultados da Companhia são influenciados pelos resultados da atividade de investimentos. Para que este impacto seja positivo é necessário definir regras e estratégias de gestão de ativos prudentes, que sigam princípios que protejam a Companhia face a movimentos adversos no mercado.

Neste sentido, a Companhia definiu princípios qualitativos e quantitativos na Política de Investimentos aprovada pelo Conselho de Administração. Estes princípios seguem o previsto no artigo 149.º da Lei nº 147/2015, de 9 de setembro, referente ao princípio do gestor prudente.

A referida política incorpora um mandato de gestão de investimentos atribuído à entidade Aegon AIE, que executa as transações, determina e analisa indicadores de controlo e monitorização que são reportados regularmente à Companhia.

A responsabilidade pela atividade, a análise e revisão de estratégias é atribuída à Companhia.

Para além de definir limites e objetivos concretos como limites por emissor, *ratings*, setores de atividade e objetivo de rentabilidade da carteira, a política define também regras de valorização, de análise de *ratings* e de reporte. Esta política foi analisada pelo Comité de Risco e aprovada pelo Conselho de Administração, cumprindo o previsto no sistema de governação.

O objetivo da gestão de ativos da Companhia é construir uma carteira diversificada de taxa fixa, que maximize a rentabilidade ajustada pelo consumo de capital económico, sujeita aos limites e restrições do plano económico.

A estratégia de risco da Companhia resume-se do seguinte modo:

- Preferência pelo risco de *spread*;
- Não, apetência pelo risco de crédito, entendido como o resultante de alteração creditícia, com exceção do necessário a assumir relativamente ao risco de *spread*;
- Não existe apetite pelo risco de *mismatch*, referente a variações de taxas de juro ou cambiais;
- Não existe apetite por risco de taxa variável, com a exceção de empresas participadas.

Adicionalmente, o Comité de Risco integra nas suas responsabilidades a análise da adequação da estratégia de investimentos à atividade e ao apetite ao risco. Além disso, é verificada a conformidade das decisões operativas tomadas, a evolução da carteira de investimentos e monitorizada a atividade relacionada com a sua gestão. Os níveis dos riscos de mercado são controlados com base na definição e implementação de ações de redução, mitigação ou transferência, caso se verifique necessário.

Para além da monitorização efetuada pelo Comité de Risco, os resultados são também apresentados ao Conselho de Administração.

Avaliação e análises de sensibilidade

À semelhança dos riscos específicos de seguros, os riscos de mercado são também avaliados de acordo com os cenários ou *stress* definidos na fórmula-padrão do regime Solvência II. Assim, de acordo com a carteira de investimentos a 31 de dezembro de 2025 e 2024, os diferentes riscos de mercado são avaliados nos seguintes montantes:

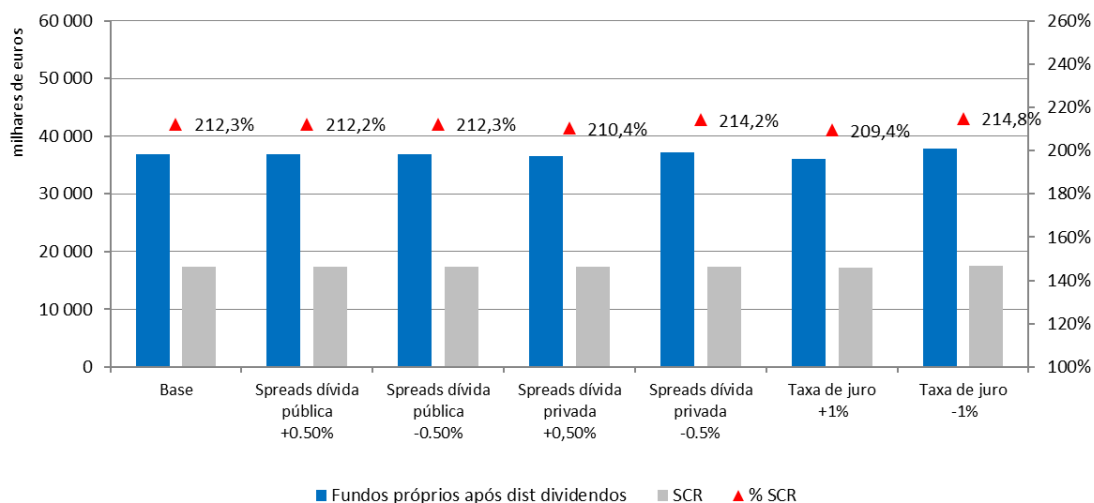
Quadro 14 – Avaliação dos riscos de mercado

	Milhares de euros	
	2025	2024
Risco de mercado	3 280	3 291
Taxa juro	2 116	2 367
Acionista	410	207
Imobiliário	155	241
<i>Spread</i>	2 044	1 830
Concentração	493	834
Diversificação	-1 938	-2 188

Os principais riscos de mercado a que a Companhia se encontra são o de taxa de juro e o de *spread*. Como referido anteriormente, a Companhia não se encontra exposta ao risco cambial, e apenas apresenta uma exposição residual ao risco acionista e imobiliário.

No quadro seguinte são apresentadas sensibilidades relativas ao risco de *spread* de dívida pública e de dívida privada ao risco de taxa de juro:

Figura 9 – Sensibilidades risco de mercado



C.3. Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes, excluindo o risco considerado no âmbito do risco de *spread* de crédito apresentado no ponto C.2.

Este risco pode ser decomposto em dois grupos de risco:

- Tipo 1 - inclui, de forma genérica, exposições a resseguradores, depósitos bancários e a contrapartes em instrumentos financeiros derivados. Normalmente são exposições não diversificadas e com *rating* de crédito disponível;
- Tipo 2 - compreende outras exposições, como por exemplo, dívidas de intermediários ou de tomadores de seguro. Exposições usualmente diversificadas e sem *rating* de crédito disponível.

Da análise das exposições da Companhia verifica-se que este risco se encontra principalmente nos ativos relativos a resseguro e a contas a receber por operações de seguro (clientes).

O seguinte quadro apresenta o apetite ao risco de incumprimento pelas contrapartes da Companhia:

Quadro 15 – Valorização do risco de incumprimento pelas contrapartes

Categoria	Retorno esperado	Valorização risco	Valorização
Incumprimento pelas contrapartes	Médio	Baixo	A maior parte do risco resulta das exposições das contrapartes de resseguro utilizadas na mitigação de risco específico de seguros, como tal é uma consequência natural de negócio relativa à mitigação de riscos mais severos. No entanto, a Companhia não valoriza o risco de crédito, gerindo-o através da definição de critérios de seleção e diversificação rigorosos das suas contrapartes de resseguro.

Gestão e controlo

Por forma a gerir tanto o risco de *spread* de crédito como o risco de incumprimento pelas contrapartes, a Companhia tem definido na sua Política de Investimentos limites de exposição máxima por emissor e *rating*. Em paralelo, na Política de Resseguro da Companhia estão estabelecidos os limites máximos de exposição por ressegurador.

Na escolha dos resseguradores e dos emissores de valores mobiliários são tidos em consideração os seus *ratings* e é monitorizada, periodicamente, a sua evolução ao longo do ano.

O quadro que se segue apresenta a exposição da Companhia ao risco de crédito, por *rating* do emitente, a 31 de dezembro de 2024 e 2025:

Quadro 16 – Exposição ao risco de crédito por rating

Milhares de euros							
2025	AAA	AA	A	BBB	BB	Sem <i>rating</i>	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	2 138	-	-	-	2 138
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	0,1	0,1
Ativos financeiros disponíveis para venda	30 763	13 921	49 147	15 045	-	-	108 876
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	2 959	2 959
Total	30 763	13 921	51 285	15 045	-	2 959,1	113 973

Milhares de euros							
2024	AAA	AA	A	BBB	BB	Sem <i>rating</i>	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	2 665	-	-	-	2 665
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	0,1	0,1
Ativos financeiros disponíveis para venda	28 717	16 391	45 904	9 935	-	-	100 947
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	3 791	3 791
Total	28 717	16 391	48 569	9 935	-	3 790,9	107 403

Por sua vez, a qualidade creditícia dos diversos resseguradores é um fator relevante na avaliação económica dos recuperáveis de resseguro e requisito de capital de contraparte, de acordo com os critérios de Solvência II. O *credit quality step* (CQS) é definido em função do *rating* atribuído ao ressegurador e a probabilidade de incumprimento relaciona-se diretamente com este.

No quadro seguinte é apresentada a informação creditícia dos diferentes resseguradores:

Quadro 17 – Rating das contrapartes de resseguro

Ressegurador	Rating		
	S&P	Moody's	Fitch
AXA France Vie	A+	Aa2	AA-
FICL/FACL	A+	Aa2	AA-
General Reinsurance AG	AA+	Aa1	
Mapfre	A+		
MunichRe	AA	Aa3	AA-
Nacional	A		
PartnerRe	A+		
RGA International Reinsurance Company	AA-		
SCOR Global Life SE	A+	A1	A
Swiss Re Europe S.A.	AA-	Aa3	

A identificação do *rating* a considerar tem como base as classificações em vigor publicadas pelas agências *Standard & Poors*, *Moody's* e *Fitch*. No caso de emissões com qualificação não equivalente entre duas agências é considerada a que atribuí classificação inferior e, no caso de se verificarem três classificações distintas, é utilizada a de nível intermédio.

No que diz respeito à diversificação deste risco, o quadro seguinte apresenta a participação dos resseguradores por tratado:

Quadro 18 – Participação dos resseguradores por tratado

Ressegurador	Vida Risco	Vida Risco	Vida Risco	Vida Risco	Desemprego		Doenças graves	Vida	Scor	IPA	Doenças graves	Vida Risco 2024
	2014	2014 Fac	2015	CAT	até final 2019	a partir 2020		(apólices ex-Eurovida)	(apólices ex-Eurovida)	(apólices ex-Eurovida)	(apólices ex-Eurovida)	
AXA France IARD	-	-	-	-	75,5%	100,0%	-	-	-	-	-	-
IPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0%	-	-
GenRe	-	100,0%	-	10,0%	-	-	-	10,0%	-	-	-	-
HannoverRe	-	-	-	-	-	-	-	20,0%	-	-	100,0%	-
MapfreRe	20,0%	-	10,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	20,0%
MunichRe	40,0%	-	35,0%	-	-	-	100,0%	20,0%	-	-	-	40,0%
NacionalRe	15,0%	-	15,0%	-	-	-	-	-	-	-	-	15,0%
PartnerRe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RGA	-	-	20,0%	50,0%	24,5%	-	-	20,0%	-	-	-	-
SCOR Global Life	25,0%	-	20,0%	-	-	-	-	-	100,0%	-	-	25,0%
SwissRe	-	-	-	40,0%	-	-	-	30,0%	-	-	-	-
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Por último, é apresentada a evolução da exposição da Companhia ao risco de crédito relativo à dívida pública por país entre o final de 2025 e 2024:

Quadro 19 – Exposição à dívida pública

País ^(*)	Milhares de euros			
	2025		2024	
	Valor de Balanço	Peso	Valor de Balanço	Peso
Portugal	15 398	31,8%	13 151	27,7%
Holanda	13 652	28,2%	12 293	25,9%
Alemanha	13 582	28,0%	14 596	30,7%
França	2 773	5,7%	3 485	7,3%
Finlândia	2 002	4,1%	1 982	4,2%
Espanha	1 026	2,1%	1 005	2,1%
Chéquia	-	0,0%	1 039	2,2%
Total	48 433	100%	47 551	100%

Avaliação

De seguida apresenta-se a avaliação do risco de incumprimento pelas contrapartes da Companhia, de acordo com a fórmula-padrão do regime Solvência II em 2025 e 2024:

Quadro 20 – Avaliação do risco de incumprimento

	Milhares de euros	
	2025	2024
Risco de incumprimento pela contraparte	852	879
<i>Tipo 1</i>	486	535
<i>Tipo 2</i>	424	403
<i>Diversificação</i>	-59	-59

Da respetiva análise verifica-se que a Companhia não está significativamente exposta a este risco e não se verificaram variações de relevo durante o período em análise.

Não foram efetuadas análises de sensibilidades relativamente ao risco de incumprimento pela contraparte uma vez que não se considera que este risco seja materialmente relevante no total do perfil de risco da ASP Vida, representando apenas 4,9% do respetivo requisito de capital. No entanto, nota-se que no ponto C.2 foram efetuadas sensibilidades relativamente ao risco de *spread* de crédito.

C.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter ativos líquidos suficientes para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das

responsabilidades para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

O seguinte quadro apresenta o apetite ao risco de liquidez da Companhia:

Quadro 21 – Valorização do risco de liquidez

Categoria	Retorno esperado	Valorização risco	Valorização
Liquidez	Baixo	Baixo	É uma consequência natural do negócio. No entanto a Companhia gere-o de modo a minimizar o seu valor, através de um quadro de gestão de risco de liquidez adequado.

Gestão e controlo

A Política de Investimentos apresenta um conjunto de requisitos e limites que a carteira de investimentos deve cumprir por forma a assegurar um adequado perfil de liquidez dos seus ativos. Adicionalmente, a Companhia efetua uma monitorização detalhada das suas responsabilidades de tesouraria face aos seus fluxos de entrada de caixa ou mediante a realização de investimentos, ajustando regularmente as necessidades/excedentes de capital.

Avaliação

O seguinte quadro apresenta a análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros à data de 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Quadro 22 – Análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros

Milhares de euros							
2025	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Superior a 5 anos	Sem maturidade definida	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	2 138	2 138
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	0,1	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	10 736	16 460	61 728	19 952	-	-	108 876
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 959	-	-	-	-	-	2 959
Total	13 695	16 460	61 728	19 952	-	2 138	113 973
Passivo							
Outros passivos financeiros							
Depósitos recebidos de resseguradores	4 093	-	-	-	-	-	4 093
Outros	651	-	-	-	-	-	651
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	4 959	-	-	-	-	-	4 959
Contas a pagar por operações de resseguro	3 940	-	-	-	-	-	3 940
Contas a pagar por outras operações	287	-	-	-	-	-	287
Total	13 930	-	-	-	-	-	13 930

Milhares de euros							
2024	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Superior a 5 anos	Sem maturidade definida	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	2 665	2 665
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	0,1	0,1
Ativos financeiros disponíveis para venda	14 061	9 180	46 248	31 458	-	-	100 947
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3 791	-	-	-	-	-	3 791
Total	17 852	9 180	46 248	31 458	-	2 665,2	107 403
Passivo							
Outros passivos financeiros							
Depósitos recebidos de resseguradores	3 220	-	-	-	-	-	3 220
Outros	986	-	-	-	-	-	986
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	4 837	-	-	-	-	-	4 837
Contas a pagar por operações de resseguro	3 802	-	-	-	-	-	3 802
Contas a pagar por outras operações	287	-	-	-	-	-	287
Total	13 132	-	-	-	-	-	13 132

Os valores dos depósitos recebidos de resseguradores foram considerados com maturidade até três meses, dado que os mesmos são recalculados numa base trimestral.

No que respeita ainda ao risco de liquidez, os *Expected Profits Included in Future Premiums* (EPIFP) correspondem ao valor atual esperado dos fluxos de caixa futuros resultante da inclusão nas provisões técnicas dos prémios referentes aos contratos de seguro e de resseguro existentes, que devam ser recebidos no futuro, mas que possam não ser recebidos por qualquer

outra razão que não a ocorrência dos eventos segurados, independentemente dos direitos legais ou contratuais do tomador do seguro de cessar a apólice.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor dos EPIFP ascendia a 10,26 M€.

Projeção da posição de liquidez

Para além da Política de Investimentos, a Companhia procede à monitorização regular das suas necessidades de liquidez, nomeadamente através da projeção de fluxos de caixa no médio prazo. Estes instrumentos permitem assegurar que a Companhia mantém, de forma contínua, uma posição de liquidez adequada ao cumprimento das suas obrigações, incluindo em contextos adversos.

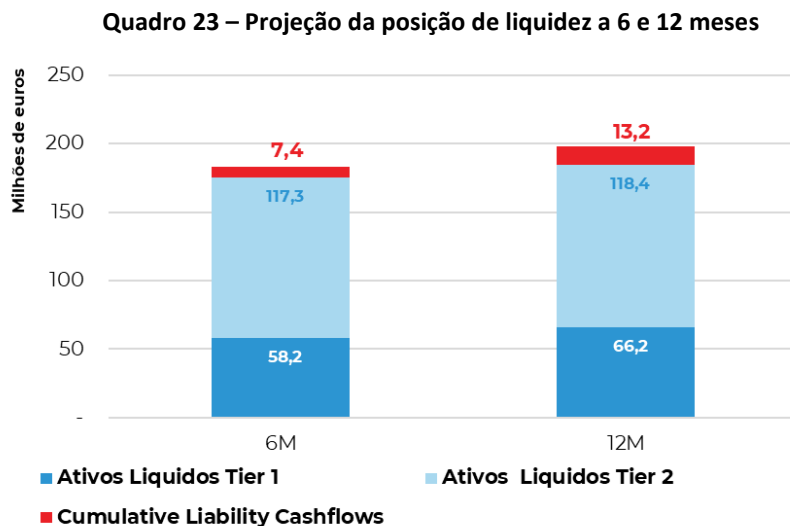
Neste contexto, a Companhia desenvolveu uma metodologia para a projeção das necessidades de liquidez que pressupõe:

- Projeção a um ano dos *Cumulative Liability Cashflows*, correspondendo à diferença entre os *cash in-flows* e os *cash-out flows* estimados num horizonte temporal de um ano:
 - ***Cash in-flows***: Prémios a receber (negócio em carteira e novo negócio) e outras contas a receber, decorrentes de operações de seguro direto, de resseguro e de outras operações.
 - ***Cash-out flows***: Pagamentos de sinistros, despesas técnicas e não técnicas, comissões e outras contas a pagar associadas a operações de seguro direto, de resseguro e de outras operações.

Refere-se que os *Cumulative Liability Cashflows* considerados são líquidos de resseguro, incorporando os sinistros e comissões de resseguro a receber, bem como os prémios de resseguro cedidos.

- Projeção a um ano da carteira de ativos líquidos da Companhia, nomeadamente dos *cash flows* dos investimentos e do respetivo valor de mercado, procedendo-se à distinção:
 - **Ativos Tier 1**: Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem e Obrigações Soberanas
 - **Ativos Tier 2**: Obrigações Corporate

Aplicando-se a metodologia acima descrita, os resultados da projeção de liquidez a 6 e 12 meses, com data de referência 31/12/2025, antes da distribuição de dividendos, são apresentados na figura abaixo.



Com base na análise efetuada, conclui-se que, num horizonte de um ano, a Companhia estima fluxos de entrada de caixa superiores aos fluxos de saída, não se identificando qualquer necessidade de venda forçada de ativos para o cumprimento das suas obrigações. Adicionalmente, constata-se que a Companhia apresenta um nível de liquidez dos seus ativos elevado, contribuindo para a mitigação do risco de liquidez.

C.5. Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;

- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

O risco operacional está diretamente relacionado com o sistema de controlo interno, que integra mecanismos que permitem identificar, gerir e mitigar este tipo de risco.

Integrado nesta categoria de risco, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

O quadro seguinte apresenta a valorização do risco operacional da Companhia:

Quadro 24 – Valorização do risco operacional

Categoria	Retorno esperado	Valorização risco	Valorização
Operacional	Baixo	Baixo	É uma consequência natural do negócio, como tal é aceite. O risco controla-se mediante a definição de um quadro de gestão de risco operacional adequado.

Gestão e controlo

No ponto B.4 do presente relatório foram já apresentados os principais mecanismos de identificação, gestão e controlo, como o processo de reporte trimestral de controlos operacionais, a implementação da base de dados de perdas, a definição e operacionalização do plano de continuidade de negócio e a implementação da função de verificação do cumprimento.

Para além destas medidas, sintetizam-se outras que permitem identificar, gerir e mitigar o risco operacional:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e os sistemas de informação;
- Definição e implementação de procedimentos de gestão de recursos humanos;
- Formação às áreas que interagem diretamente com os Clientes;

- Formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Formação específica referente à prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e acompanhamento de controlos efetuados pelo distribuidor;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Companhia se encontra sujeita.

Avaliação

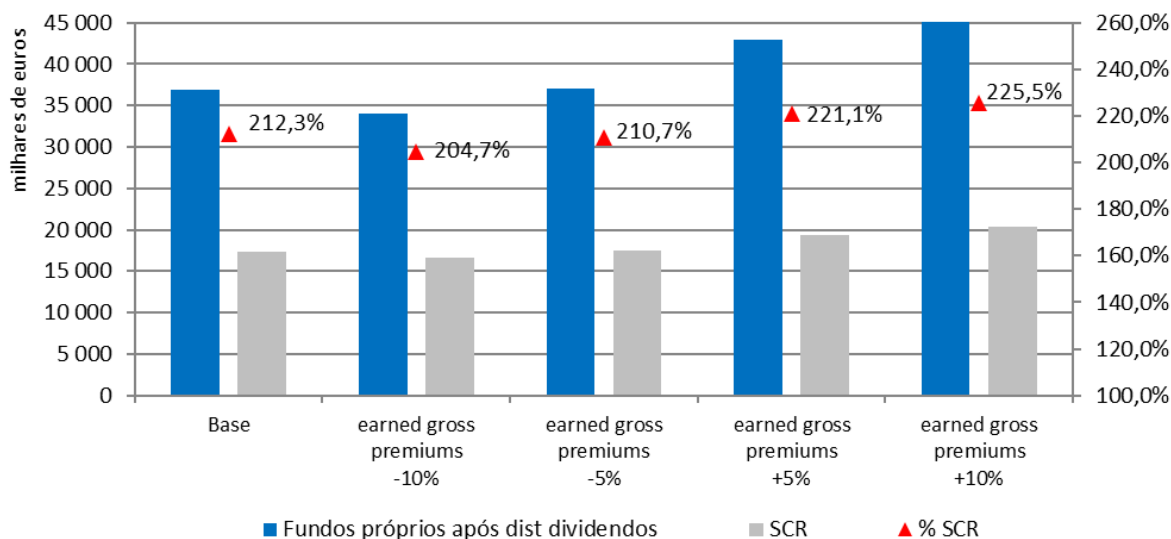
O seguinte quadro apresenta o valor relativo ao requisito de capital do risco operacional determinado de acordo com a fórmula-padrão, à data de 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Quadro 25 – Avaliação do risco operacional

	Milhares de euros	
	2025	2024
Risco operacional	4 985	4 645

No quadro seguinte são apresentadas sensibilidades relativas ao risco operacional:

Figura 10 – Sensibilidades risco operacional



C.6. Outros riscos materiais

Risco reputacional

Embora não se revele material, o risco reputacional é um risco com o qual a Companhia se preocupa, por ser constituída por dois acionistas de referência do mercado financeiro, cuja reputação pode ser influenciada pela reputação da Companhia e *vice-versa*.

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem junto de clientes, contrapartes, acionistas ou entidades de supervisão, assim como do público em geral. Mais do que um risco autónomo, este pode ser considerado como o resultado da ocorrência de outros riscos.

Apresentam-se algumas medidas que a Companhia implementou de modo a mitigar este risco:

- Publicação do Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social e utilização de informação confidencial;
- Existência de políticas e procedimentos referentes ao lançamento e aprovação de produtos, e definição da respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária/comercial;
- No que respeita a temas que poderão ter impacto na relação com entidades externas e com o mercado, a Companhia conta com o suporte de uma sociedade de advogados, no sentido de assegurar a conformidade face aos requisitos regulamentares e legais;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor do cliente;
- Publicação da Política de tratamento de clientes;
- Monitorização dos níveis de serviço nas respostas a clientes e a entidades de supervisão;
- Implementação da Política de proteção de dados;
- Implementação da Política de prevenção de branqueamento de capitais;
- Nomeação de um DPO e implementação de regras de análise e tratamento de dados pessoais que permitem também mitigar os riscos reputacional e legal.

Risco estratégico

Importa também referir o risco estratégico. Este assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco. Os fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver. A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade.

Na gestão deste tipo de risco, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e monitorizados ao nível do Conselho de Administração. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista da exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

Riscos ESG (environmental, social and governance)

A incorporação de questões ambientais, sociais e de governação (ESG) nos processos de investimento é cada vez mais relevante nos mercados financeiros.

As alterações climáticas e a degradação ambiental são fontes de mudança estruturais que afetam a atividade económica e, por conseguinte, o sistema financeiro, podendo este risco traduzir-se em físico e de transição. Ambos potenciam instabilidade financeira, dado os possíveis efeitos negativos sobre a atividade económica, porém, o primeiro prende-se com o impacto financeiro das alterações climáticas, incluindo a ocorrência mais frequente de fenómenos meteorológicos extremos e de alterações climáticas graduais. O segundo refere-se às perdas financeiras que podem resultar, direta ou indiretamente, do processo de ajustamento no sentido de uma economia hipocarbónica e mais sustentável em termos ambientais.

No que respeita aos riscos de transição, a companhia implementou no relatório ORSA uma extensa análise para monitorização destes riscos na carteira de investimentos. Além disso, desde 2019, a ASP Vida avalia a qualidade ESG da carteira de investimentos de acordo com os padrões do Grupo, recorrendo aos *scores* de risco ESG da *Sustainalytics*. Este sistema utiliza pontuações de 0 a 100, que se traduzem em classificações de risco de Negligenciável a Severo.

Figura 11 – Sistema de classificação dos riscos ESG

Negligible	Low	Medium	High	Severe
0 - 10	10 - 20	20 - 30	30 - 40	40+

Antes de se efetuar qualquer investimento, as classificações ESG dos ativos são verificadas e ponderadas para efeitos de decisão. As classificações ESG são ainda monitorizadas numa base trimestral.

Em adição, a Companhia implementou em 2024 a Política de Investimentos Responsáveis, onde estipula que exclui do seu universo de investimento:

- Empresas que obtenham 25% ou mais das suas receitas provenientes da exploração, mineração ou refinação de carvão térmico;
- Empresas que produzam anualmente mais de 20 milhões de toneladas de carvão térmico e que estejam a expandir ativamente as operações de exploração, mineração ou refinação;
- Empresas que obtenham 50% ou mais das suas receitas provenientes da produção de eletricidade a carvão térmico;
- Empresas que possuam uma capacidade de produção de eletricidade a carvão superior a 10 gigawatts e estejam a expandir ativamente a capacidade de produção de eletricidade a carvão;
- Empresas que obtenham 5% ou mais da sua produção total equivalente a petróleo a partir de areias petrolíferas;
- Empresas que construam ou operem oleodutos que facilitem significativamente a exportação de petróleo extraído das areias petrolíferas;
- Empresas que obtenham 5% ou mais das suas receitas provenientes da exploração e produção de petróleo e gás no Ártico.

De seguida é apresentada a classificação ESG da carteira de investimentos a 31 de dezembro de 2025, que tem por base as classificações da *Sustainalytics* sobre cada emitente:

Figura 12– Classificação global ESG da carteira de investimentos

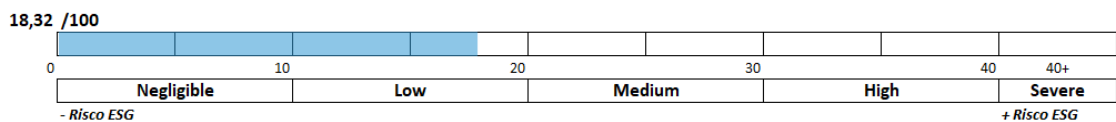
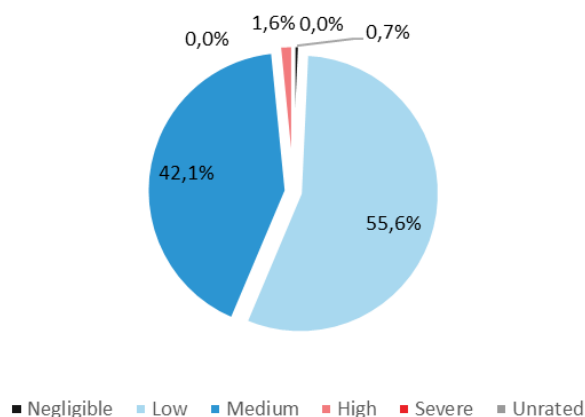


Figura 13– Detalhe da classificação ESG da carteira de investimentos



No final de 2025, a classificação ESG da carteira de investimentos da Companhia fixou-se em 18,32, ou seja, no patamar “Baixo”o que se traduz numa exposição contida aos riscos de transição. Face a 2024, verificou-se uma ligeira melhoria da classificação ESG da carteira de investimentos, que se posicionava em 20,80.

C.7. Eventuais informações adicionais

No âmbito do perfil de risco, a Companhia considera que não existem informações adicionais relevantes.

D. Avaliação para efeitos de solvência

De acordo com o artigo 75.º da Diretiva 138/2009 CE do Parlamento Europeu e do Conselho, os elementos do ativo são avaliados pelo montante pelo qual podem ser transacionados entre partes informadas agindo de livre vontade numa transação em condições normais de mercado.

Por sua vez, os elementos do passivo são avaliados pelo montante por que podem ser transferidos ou liquidados entre partes informadas agindo de livre vontade numa transação em condições normais de mercado.

A Companhia efetuou a avaliação de todos os seus ativos e passivos de acordo com o justo valor, respeitando o princípio elencado nos parágrafos anteriores.

O quadro seguinte apresenta a comparação entre a valorização dos ativos e passivos para efeitos de solvência e para construção das demonstrações financeiras, à data de 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Quadro 26 – Composição do balanço económico e estatutário

Ativos	Milhares de euros					
	2025			2024		
	Estatutário	Ajustamentos	Solvência II	Estatutário	Ajustamentos	Solvência II
Custos de aquisição diferidos líquidos	-	-	-	-	-	-
Ativos intangíveis	3 643	-3 643	-	4 508	-4 508	-
Ativos por impostos diferidos	1 109	845	1 954	2 071	1 217	3 288
Ativos fixos tangíveis para uso próprio	721	-	721	399	-	399
Investimentos	108 876	-	108 876	100 947	-	100 947
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	0,1	-	0,1	0,1	-	0,1
Obrigações	108 876	-	108 876	100 947	-	100 947
Obrigações de dívida pública	48 434	-	48 434	49 589	-	49 589
Obrigações de empresas	60 442	-	60 442	51 358	-	51 358
Títulos garantidos	-	-	-	-	-	-
Terrenos e edifícios	621	-	621	964	-	964
Recuperáveis de resseguro dos ramos	23 267	-7 507	15 760	22 087	-8 022	14 065
Não vida e acidentes e doença NSTV	-	3 442	3 442	-	2 821	2 821
Não vida	-	3 637	3 637	-	3 014	3 014
Acidentes e doença NSTV	-	-195	-195	-	-193	-193
Vida e acidentes e doença STV	23 267	-10 949	12 317	22 087	-10 843	11 244
Vida	23 267	-10 949	12 317	22 087	-10 843	11 244
Contas a receber por operações de seguro direto	2 825	-	2 825	2 690	-	2 690
Contas a receber por operações de resseguro	154	-	154	1 452	-	1 452
Contas a receber por outras operações	2 804	-	2 804	2 255	-	2 255
Caixa e equivalentes de caixa	2 138	-	2 138	2 665	-	2 665
Outros ativos	688	-	688	54	-	54
Ativos totais	146 845	-10 304	136 540	140 093	-11 313	128 779

Passivos	2025			2024		
	Estatutário	Ajustamentos	Solvência II	Estatutário	Ajustamentos	Solvência II
Provisões técnicas – não vida	-	4 044	4 044	-	2 923	2 923
Provisões técnicas – não vida	-	4 508	4 508	-	3 365	3 365
Melhor estimativa	-	-	4 504	-	-	3 356
Margem de risco	-	-	4	-	-	9
Provisões técnicas – acidentes e doença NSTV	-	-464	-464	-	-442	-442
Melhor estimativa	-	-	-472	-	-	-450
Margem de risco	-	-	8	-	-	8
Provisões técnicas – vida	93 699	-40 663	53 036	86 102	-39 606	46 495
Melhor estimativa	-	-	50 213	-	-	43 705
Margem de risco	-	-	2 823	-	-	2 791
Depósitos recebidos de resseguradores	4 093	-	4 093	3 220	-	3 220
Passivos por impostos diferidos	-	6 754	6 754	-	7 739	7 739
Contas a pagar por operações de seguro direto	4 883	-	4 883	4 867	-	4 867
Contas a pagar por operações de resseguro	3 939	-	3 939	3 802	-	3 802
Contas a pagar por outras operações	287	-	287	2 151	-	2 151
Outros passivos	3 554	-	3 554	2 902	-	2 902
Passivos totais	110 455	-29 865	80 590	103 044	-28 945	74 099
Excesso de ativos sobre passivos	36 389	19 561	55 950	37 048	17 632	54 680

D.1. Ativos

No que toca às rubricas de ativos, as principais diferenças registaram-se no valor dos custos de aquisição diferidos, ativos intangíveis, ativos por impostos diferidos e recuperáveis de resseguro. Os restantes itens, nomeadamente, investimentos, caixa e equivalentes e contas a receber, não sofreram alteração pois verificam os mesmos princípios subjacentes ao regime de Solvência II.

Os pontos seguintes apresentam os critérios valorimétricos usados na avaliação económica das diferentes classes de ativos e as eventuais diferenças entre as bases, métodos e pressupostos utilizados na avaliação para efeitos de solvência e os utilizados nas demonstrações financeiras.

Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração de mediação contratualmente atribuída ao canal de distribuição (BST), pela angariação de contratos de seguro. Para além do BST, a Companhia incorre igualmente em custos de aquisição com outros mediadores e angariadores originais de parte da atividade transferida da Eurovida.

Os custos de aquisição diferidos correspondem a custos de aquisição já contabilizados, mas relativos a exercícios seguintes. Na ASP Vida, para efeitos do apuramento do balanço estatutário, a Companhia integra estes custos nos fluxos de caixa projetados.

Assim, o critério valorimétrico desta rubrica para efeito de preparação do balanço económico não difere do critério para efeito contabilístico, pelo que não existe qualquer ajustamento.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base numa taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a sua vida útil estimada, a qual não excede os 5 anos.

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação e manutenção.

Além disso, os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são mantidos na rubrica de intangíveis em curso durante a fase de desenvolvimento e até à conclusão de cada módulo. A Companhia registou ainda nesta rubrica os valores das carteiras de seguros vida risco transferido da Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 2014 e 2019, os quais serão amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil. Para efeito de preparação do balanço económico, o critério valorimétrico desta rubrica é diferente do critério utilizado para efeito da preparação do balanço contabilístico, existindo como tal necessidade de quantificar o respetivo ajustamento.

Assim, de acordo com o n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35, no regime de Solvência II estes ativos são avaliados em zero, pois não são suscetíveis de ser vendidos em separado e a Companhia não consegue demonstrar que existe um valor para os ativos ou para ativos semelhantes que tenha sido determinado em conformidade com o n.º 2 do artigo 10.º.

Ativos por impostos diferidos

O valor desta rubrica determinado de acordo com o regime de Solvência II resultou apenas das diferenças no valor dos ativos intangíveis e dos recuperáveis de resseguro decorrentes da alteração dos pressupostos de avaliação dos ativos entre os dois balanços, utilizando uma taxa de imposto média igual a 23,2%.

O valor dos ativos por impostos diferidos à data de 31 de dezembro de 2025 e 2024 é analisado de acordo com os quadros seguintes:

Quadro 27 – Ativos por impostos diferidos

2025	Milhares de euros		
	Estatutário	Solvência II	Diferença
Ativos intangíveis	3 643	0	-3 643
Ativo por impostos diferidos estatutário	1 109	0	1 109
Total Ativo por impostos diferidos			1 954

taxa de imposto de 23,2%

2024	Milhares de euros		
	Estatutário	Solvência II	Diferença
Ativos intangíveis	4 508	0	-4 508
Ativo por impostos diferidos estatutário	2 071	0	2 071
Total Ativo por impostos diferidos			3 288

taxa de imposto de 27%

Em 2025, a Companhia apresenta ativos por impostos diferidos no montante de 2 M€ (3,3 M€ em 2024).

Importa referir que, tendo presente o valor dos passivos por impostos diferidos apresentado no ponto D.3, o valor líquido é um passivo por imposto diferido de 4,8 M€. No entanto, por uma questão de transparência no balanço económico e de forma a não sobrevalorizar a apresentação das respetivas rubricas do ativo e do passivo, apresenta-se pelo valor líquido os impostos diferidos ativos e passivos relativamente a diferenças temporárias da mesma natureza.

A Companhia consegue demonstrar a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos gerados pelo desconhecimento dos ativos intangíveis, não tendo que demonstrar a recuperabilidade dos passivos por impostos diferidos gerados com os ajustamentos nas provisões técnicas líquidas de resseguro.

Ativos fixos tangíveis para uso próprio

Os ativos fixos tangíveis encontram-se contabilizados ao custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As respetivas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Quadro 28 – Taxas de depreciação anuais

Tipo de bem	Taxa anual
Equipamento administrativo	12,5%
Máquinas e ferramentas	20,0%
Equipamento informático	33,3%
Material de transporte	25,0%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o correto funcionamento do ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, é estabelecida uma vida útil do ativo capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos por parte deste, depreciando-o por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe a evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável do ativo é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

O critério valorimétrico desta rubrica para efeito de preparação do balanço económico não difere do critério para efeito contabilístico, pelo que não existe qualquer ajustamento.

Investimentos

O valor dos investimentos apresentado corresponde a instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI), que se destinam a ser detidos para receber fluxos de caixa contratuais e que podem ser vendidos em resposta a necessidades de liquidez ou em resposta a alterações nas condições de mercado.

As aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros referidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor adicionado dos custos de transação.

Os instrumentos são subsequentemente mensurados ao justo valor com os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor reconhecidos em OCI. Quando a Empresa detém mais do que um investimento no mesmo título, considera-se que estes são alienados numa base de “FIFO”. Aquando do desreconhecimento, os ganhos ou perdas acumuladas anteriormente reconhecidos no OCI são reclassificados de OCI para ganhos e perdas.

A companhia procede ao desreconhecimento de um ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Além disso, a Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os termos e condições foram renegociados ao ponto de, substancialmente, se tornar um novo instrumento, sendo a diferença reconhecida como um ganho ou perda de desreconhecimento.

A Companhia analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontram em imparidade. No caso de se verificar essa evidência, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade resultantes da diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro, registadas por contrapartida de resultados.

O critério valorimétrico desta rubrica para efeito de preparação do balanço económico não difere do critério para efeito contabilístico, pelo que não existe qualquer ajustamento.

Contas a receber de operações de seguros e outras operações

Os saldos das contas a receber associados aos contratos de seguro e a outras operações são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para o mediador e os tomadores de seguro.

Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade abatem ao valor do ativo e são reconhecidas em resultados. Estas perdas são calculadas de acordo com o mesmo método usado para os outros ativos financeiros.

Os critérios valorimétricos destas rubricas para efeito de preparação do balanço económico não diferem dos critérios para efeito contabilístico, uma vez que o valor contabilístico é considerado um bom indicador do justo valor, pelo que não existe qualquer ajustamento.

Caixa e equivalentes de caixa

O valor relativo a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

O critério valorimétrico desta rubrica para efeito de preparação do balanço económico não difere do critério para efeito contabilístico, pelo que não existe qualquer ajustamento.

Outros ativos

O critério valorimétrico desta rubrica para efeito de preparação do balanço económico não difere do critério para efeito contabilístico, uma vez que o valor contabilístico é considerado um bom indicador do justo valor, pelo que não existe qualquer ajustamento.

D.2. Provisões técnicas

Ao nível do balanço estatutário as provisões técnicas são contabilizadas de acordo com os modelos de mensuração previstos no normativo IFRS 17 – Contratos de Seguro.

O modelo de mensuração geral tem por base o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, um ajustamento para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros inerentes aos fluxos de caixa futuros, na medida em que não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa futuros, um ajustamento de risco para o risco não financeiro e também uma margem de serviços contratuais que representa o lucro ainda não realizado. Para contratos com um período de cobertura igual ou inferior a 12 meses a Companhia aplica a abordagem de imputação dos prémios.

Para efeito de preparação do balanço económico o critério valorimétrico desta rubrica é diferente do critério utilizado para efeito da preparação do balanço contabilístico, existindo como tal necessidade de quantificar o respetivo ajustamento, refletindo-se no valor dos Passivos com contratos de seguro das contas estatutárias.

No regime de Solvência II as provisões técnicas são compostas pela soma da melhor estimativa com a margem de risco ou são determinadas como um todo. A Companhia determina as suas provisões técnicas com base no primeiro método.

Para a adequada elaboração e interpretação do valor das provisões técnicas económicas, os pontos seguintes apresentam as linhas de negócio, os limites dos contratos, as hipóteses macroeconómicas, o âmbito de produtos modelizados e principais características e os pressupostos de modelização das responsabilidades futuras da Companhia.

Segmentação

No cálculo das provisões técnicas a Companhia segmentou as suas responsabilidades de seguros de acordo com a natureza das coberturas oferecidas nos seus produtos, de modo a refletir a natureza dos riscos subjacentes à sua comercialização.

As coberturas de morte e invalidez foram alocadas aos segmentos de *Seguros com participação nos resultados* e *Outras responsabilidades de natureza vida*, modelizadas de acordo com técnicas de vida.

Porém, segundo o princípio da substância sobre a forma, as coberturas complementares de desemprego e doenças graves foram separadas das coberturas principais. Assim, a cobertura de desemprego foi alocada à linha de negócio de *Outros diversos* e a cobertura de doenças graves à de *Seguro de despesas médicas*.

Contudo algumas características e coberturas não foram modelizadas separadamente da cobertura principal, em consequência da sua reduzida expressividade, nomeadamente as

coberturas complementares de 2ª opinião médica e doenças graves indemnizatório. Esta hipótese foi considerada porque a Companhia não se encontra materialmente exposta, pois a cobertura de doenças graves indemnizatório é uma cobertura opcional e poucas apólices a têm.

Limites dos contratos

A Companhia comercializa contratos de seguros temporários anuais renováveis (TAR), seguros de prémio único a cinco anos (PU a 5 anos) e seguros temporários de prémio único com duração igual ao período do crédito associado (PU VV).

Porém, a Companhia tem o direito unilateral de rescindir os contratos, rejeitar os prémios a pagar ao abrigo do contrato e de alterar os prémios ou os benefícios a pagar nas suas datas de renovação. Como tal, no cálculo da melhor estimativa apenas foram considerados os prémios até à próxima renovação dos contratos, isto é, no máximo um ano, cinco anos ou a duração do empréstimo, caso se trate de TAR, PU a 5 anos e PU VV, respetivamente.

Os limites dos contratos utilizados na modelização das coberturas complementares respeitam as fronteiras utilizadas na modelização das coberturas principais.

Pressupostos macroeconómicos

No que respeita às hipóteses macroeconómicas foram assumidos dois pressupostos.

O primeiro diz respeito ao valor da inflação que se considerou, de forma implícita, nos custos de exploração futuros projetados. Este parâmetro definiu-se nos 2%.

Atendendo à tipologia de produtos explorados pela Companhia, entende-se que os efeitos das recentes alterações no nível da inflação terão um impacto reduzido na avaliação das suas responsabilidades.

O segundo refere-se à estrutura temporal de taxa de juro sem risco utilizada no desconto financeiro dos *cash-flows* futuros projetados. A Companhia não utilizou nenhuma medida de longo prazo nem de transição, como tal apenas foi aplicada a estrutura temporal de taxas de juro sem risco básica publicada pela EIOPA.

Responsabilidades de natureza vida

A melhor estimativa das responsabilidades de natureza vida é determinada com base no valor atual dos *cash-flows* esperados ponderados pela respetiva probabilidade de ocorrência.

A projeção dos *cash-flows* das responsabilidades de natureza vida foi efetuada apólice a apólice, no programa atuarial *Risk Agility* e teve em consideração todos os pagamentos de sinistros futuros e os correspondentes custos de gestão e despesas gerais, garantindo que todos os *cash-flows* necessários para o integral cumprimento das responsabilidades foram considerados.

Para tal foram utilizadas hipóteses não biométricas, nomeadamente taxas de anulação e custos de exploração, e as hipóteses biométricas, taxas de mortalidade e invalidez.

Estas hipóteses resultaram de um estudo de recalibração efetuado por uma entidade externa durante o ano de 2025, tendo-se verificado uma afinação destes pressupostos devida a uma maior relevância estatística dos dados.

Responsabilidades de natureza não vida

A melhor estimativa das responsabilidades de natureza não vida subdivide-se em provisões para prémios e provisões para sinistros, devendo estas ser avaliadas separadamente.

A provisão para prémios considera os *cash-flows* relativos aos sinistros futuros, que ocorram após a data de avaliação e durante o período de vigência da apólice. Os *cash-flows* futuros contemplam todos os pagamentos relativos a sinistros, custos administrativos e prémios futuros exigíveis, isto é, pagamentos de prémios que se encontram dentro dos limites dos contratos das apólices em vigor.

Estas provisões foram calculadas tendo em consideração que provêm de coberturas complementares, isto é, todos os pressupostos de comportamento da carteira são consistentes com a evolução da cobertura principal. Por este motivo, os custos de exploração foram alocados às responsabilidades de natureza vida.

As hipóteses consideradas foram alvo de uma análise de recalibração por parte de uma entidade externa durante o ano de 2025, tendo-se verificado uma afinação destes pressupostos devida a uma maior relevância estatística dos dados.

Por sua vez, a provisão para sinistros diz respeito aos sinistros já ocorridos, caso já tenham sido reportados ou não. Esta provisão deve também incluir os custos de gestão de sinistros que decorrem destes eventos.

Porém, a totalidade da provisão para sinistros das contas estatutárias não foi modelizada em Solvência II, e foi considerada como *proxy* dos pagamentos futuros de sinistros ocorridos até à data de avaliação. Apenas foi aplicado o desconto financeiro ao desenvolvimento temporal esperado da provisão. Esta simplificação não coloca em causa a fiabilidade dos cálculos.

Margem de risco

A margem de risco corresponde à parte das provisões técnicas que é adicionada para que este valor represente o montante pelo qual o mercado estaria disposto a oferecer para assumir as responsabilidades de seguros intrínsecas à carteira transferida.

O seu valor deve ser calculado através da determinação do custo associado à disponibilização de um montante de fundos próprios elegíveis igual ao SCR necessário para cumprir as obrigações de seguro ou resseguro durante a vigência da carteira.

A Companhia determinou a margem de risco para as responsabilidades vida com recurso ao *software Risk Agility*, onde são projetados os valores dos SCR futuros relativos à entidade de referência em paralelo aos *cash-flows* utilizados no cálculo da melhor estimativa. Este cálculo é efetuado apólice a apólice e posteriormente alocado à respetiva linha de negócio.

No que se refere às responsabilidades de natureza não vida a margem de risco é determinada com base no método 2, previsto na orientação 62 das Orientações sobre a avaliação de provisões técnicas emitidas pela EIOPA no âmbito do regime de Solvência II. Após calculado o SCR de referência para cada ano futuro, este foi alocado às diferentes linhas de negócio de acordo com a distribuição da melhor estimativa para cada uma dessas linhas.

A taxa de custo de capital considerada foi de 6%, conforme previsto no artigo n.º 39 do Regulamento Delegado (UE) 2015/35, de 10 de outubro de 2014.

Análise quantitativa do valor das provisões técnicas

Os quadros seguintes apresentam o valor das provisões técnicas económicas por natureza e linha de negócio para o final de 2025 e 2024:

Quadro 29 – Provisões técnicas das responsabilidades de natureza vida

Milhares de euros			
2025	Seguros com participação nos resultados	Outros seguros de vida	Total Vida
Provisões técnicas calculadas como a soma da ME e da MR		Contratos sem opções nem garantias	
Melhor estimativa			
Melhor estimativa bruta	-699	50 912	50 213
Montantes recuperáveis de resseguro	-373	12 691	12 317
Melhor estimativa líquida	-326	38 221	37 895
Margem de risco	54	2 768	2 823
Total provisões técnicas			
Total de provisões técnicas - bruta	-645	53 681	53 036
Total montantes recuperáveis de resseguro	-373	12 691	12 317
Total de provisões técnicas - líquida	-272	40 990	40 718

Milhares de euros			
2024	Seguros com participação nos resultados	Outros seguros de vida	Total Vida
Provisões técnicas calculadas como a soma da ME e da MR		Contratos sem opções nem garantias	
Melhor estimativa			
Melhor estimativa bruta	-789	44 494	43 705
Montantes recuperáveis de resseguro	-671	11 915	11 244
Melhor estimativa líquida	-118	32 578	32 460
Margem de risco	32	2 758	2 791
Total provisões técnicas			
Total de provisões técnicas - bruta	-757	47 252	46 495
Total montantes recuperáveis de resseguro	-671	11 915	11 244
Total de provisões técnicas - líquida	-86	35 337	35 251

Comparando a melhor estimativa bruta do final de 2025 com a do ano anterior, verifica-se um acréscimo de 14,9% no valor das responsabilidades de natureza vida. Este aumento reflete, essencialmente, a evolução positiva dos produtos de prémio único de crédito ao consumo os quais têm por base uma estimativa de fluxos de saída superior aos fluxos de entrada.

A projeção dos fluxos de caixa utilizada no cálculo da melhor estimativa dos seguros com participação nos resultados (produtos ex-Eurovida), apresenta um valor negativo já que as apólices têm por base uma estimativa de fluxos de entrada superior aos fluxos de saída.

Quadro 30 – Provisões técnicas das responsabilidades de natureza não vida

2025	Seguro direto e resseguro		Milhares de euros
	Despesas médicas	Outros diversos	Total responsabilidades Não Vida
Provisões técnicas calculadas como a soma da ME e da MR			
Melhor estimativa			
Provisão para prémios			
Bruta	-512	4 130	3 617
Montantes recuperáveis de resseguro	-219	3 263	3 044
Melhor estimativa da provisão para prémios líquida	-293	867	573
Provisão para sinistros			
Bruta	40	374	414
Montantes recuperáveis de resseguro	24	374	398
Melhor estimativa da provisão para sinistros líquida	16	0	16
Total melhor estimativa - bruta	-472	4 504	4 031
Total melhor estimativa - líquida	-277	867	589
Margem de risco	8,5	4,1	13
Total provisões técnicas			
Total de provisões técnicas - bruta	-464	4 508	4 044
Total montantes recuperáveis de resseguro	-195	3 637	3 442
Total de provisões técnicas - líquida	-269	871	602

2024	Seguro direto e resseguro		Milhares de euros
	Despesas médicas	Outros diversos	Total responsabilidades Não Vida
Provisões técnicas calculadas como a soma da ME e da MR			
Melhor estimativa			
Provisão para prémios			
Bruta	-566	3 032	2 466
Montantes recuperáveis de resseguro	-262	2 689	2 427
Melhor estimativa da provisão para prémios líquida	-304	342	39
Provisão para sinistros			
Bruta	115	324	440
Montantes recuperáveis de resseguro	69	324	393
Melhor estimativa da provisão para sinistros líquida	46	0	46
Total melhor estimativa - bruta	-450	3 356	2 905
Total melhor estimativa - líquida	-257	342	85
Margem de risco	8,3	8,9	17
Total provisões técnicas			
Total de provisões técnicas - bruta	-442	3 365	2 923
Total montantes recuperáveis de resseguro	-193	3 014	2 821
Total de provisões técnicas - líquida	-249	351	102

No final de 2025, o valor das provisões técnicas relativas às responsabilidades de natureza não vida aumentou 38,4 %, face ao ano anterior. Tal aumento decorre do um aumento dos capitais médios dos produtos associados ao crédito.

Em adição é apresentada a comparação das provisões técnicas estatutárias com as económicas, referente a 2025 e 2024.

Quadro 31 – Comparação entre as provisões técnicas estatutárias e económicas

		Milhares de euros										
		Balanco Estatutário						Balanco Solvência II				
		De serviços Futuros			Passado							
		PAA	GMM		Valor estimado dos fluxos de caixa							
LoB		Passivo de cobertura remanescente	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Margem de serviços contratuais	Valor estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	TOTAL	ME	MR	TOTAL	
2025	Seguros com participação nos Resultados	- 5 358	- 64	987	2 226	3 686	3	1 481	- 699	54	- 645	
	Outros seguros de Vida								50 912	2 768	53 680	
	Despesas médicas	7 340	37 375	9 023	17 709	20 614	154	92 214	- 464	8	- 455	
	Outros diversos								4 508	4	4 512	
	Total	1 982	37 311	10 010	19 935	24 301	156	93 695	54 257	2 835	57 092	
2024	Seguros com participação nos Resultados	- 4 228	- 857	1 046	3 207	3 282	2	2 452	- 789	32	- 757	
	Outros seguros de Vida								44 494	2 758	47 252	
	Despesas médicas	4 959	27 679	7 155	23 135	20 557	165	83 650	- 450	8	- 442	
	Outros diversos								3 356	9	3 365	
	Total	731	26 822	8 201	26 342	23 838	168	86 102	46 610	2 808	49 418	

Face às provisões técnicas apresentadas no balanço estatutário, o valor de provisões técnicas calculado de acordo com os critérios de Solvência II apresenta um decréscimo de 36,6 M€ em 2025 (2024: 36,7 M€). Esta variação resulta da aplicação de diferentes pressupostos de cálculo das responsabilidades de contratos de seguro entres os dois regimes.

Note-se que as provisões técnicas de Solvência II não contemplam medidas transitórias nem medidas de longo prazo.

Recuperáveis de resseguro | Provisões técnicas de resseguro cedido

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras da Companhia, as provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios descritos nas secções relativas às provisões técnicas de seguro direto, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor e a correspondente parte dos resseguradores nos montantes brutos das provisões técnicas de seguro de vida.

Por sua vez, no balanço económico o critério valorimétrico desta rubrica é diferente do critério utilizado para efeito da preparação do balanço contabilístico, existindo como tal necessidade de quantificar o respetivo ajustamento.

A Companhia, em paralelo à modelização das responsabilidades de seguro, determina também os *cash-flows* relativos aos recuperáveis de resseguro, garantindo a consistência entre os fluxos considerados na melhor estimativa e os relativos aos recebimentos e pagamentos futuros dos resseguradores.

As provisões técnicas de resseguro calculadas de acordo com as regras contabilísticas, bem como o valor dos recuperáveis de resseguros calculados de acordo com o regime de Solvência II, relativos ao final de 2025 e 2024, são apresentados nos quadros que se segue:

Quadro 32 – Comparação entre resseguro cedido e recuperáveis de resseguro

2025	Balanço Estatutário							Milhares de euros Balanço Solvência II	
	De serviços Futuros				De serviços passados			TOTAL	Rec Resseg
	PAA	GMM		Margem de serviços contratuais	Valor estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco			
	Ativo de cobertura remanescente	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco						
Cobertura	Ativo de cobertura remanescente	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Margem de serviços contratuais	Valor estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	TOTAL	Rec Resseg	
Vida EUV	-	-	-	-	36	0	37	-	
Vida 2015	0	-	-	-	9 887	12	9 875	10 103	
Doenças Graves	28	-	-	-	128	0	156	4 139	
Desemprego	4 125	-	-	-	951	1	5 075	37	
Vida Sella 2	-	4 680	655	4 609	369	9	963	84	
SCOR	-	11 535	2 910	13 928	1 826	31	7 161	1 397	
TOTAL	4 153	16 215	3 565	18 538	13 197	28	23 267	15 760	

2024	Balanço Estatutário							Milhares de euros Balanço Solvência II	
	De serviços Futuros				De serviços passados			TOTAL	Rec Resseg
	PAA	GMM		Margem de serviços contratuais	Valor estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco			
	Ativo de cobertura remanescente	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco						
Cobertura	Ativo de cobertura remanescente	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Margem de serviços contratuais	Valor estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	TOTAL	Rec Resseg	
Vida EUV	-	-	-	-	95	1	96	97	
Vida 2015	-	-	-	-	8 281	7	8 274	8 645	
Doenças Graves	37	-	-	-	152	0	190	110	
Desemprego	3 256	-	-	-	1 082	1	4 337	3 765	
Vida Sella 2	-	7 430	910	7 036	727	10	1 253	354	
SCOR	-	12 960	3 122	15 335	2 406	35	7 938	1 314	
TOTAL	3 293	20 391	4 032	22 370	12 744	39	22 087	14 065	

Analisando-se o quadro referente a 2025, verifica-se que o valor dos ativos relativos ao resseguro apresentado no balanço económico aumentou 1,7M€ face a 2024.

Por comparação com valor do balanço estatutário, verifica-se uma diferença de 7,5M€ (8M€ em 2024). Esta variação decorre da aplicação de diferentes pressupostos relativos à mensuração das responsabilidades de seguro, conforme já descrito.

Note-se que os recuperáveis de resseguro no balanço estatutário são determinados tendo em atenção as hipóteses e características utilizadas no cálculo da melhor estimativa das responsabilidades de seguro, isto é, são consideradas as mesmas assunções no que diz respeito à segmentação das responsabilidades de seguro, limites dos contratos, hipóteses macroeconómicas, âmbito de modelização e pressupostos.

Por último, a qualidade creditícia dos diversos resseguradores considerada no cálculo da dedução equivalente à estimativa do valor esperado da perda em caso de incumprimento não foi determinada uma vez que se trata de um valor imaterial.

D.3. Outras responsabilidades

No que diz respeito às rubricas relativas a outras responsabilidades, a única diferença entre a avaliação económica e estatutária foi registada ao nível dos passivos por impostos diferidos.

Os restantes itens, nomeadamente os depósitos recebidos de resseguradores, contas a pagar por operações de seguro e intermediação, por operações de resseguro e por outras operações não verificaram alteração pois verificam os princípios subjacentes ao regime de Solvência II.

Os pontos seguintes apresentam os critérios valorimétricos utilizados na avaliação económica das diferentes classes do passivo e as eventuais diferenças entre as bases, métodos e pressupostos utilizados na avaliação para efeitos de solvência e os utilizados nas demonstrações financeiras.

Depósitos recebidos de resseguradores

O valor do passivo financeiro relativo a depósitos recebidos de resseguradores diz respeito às retenções dos tratados de resseguro, no montante de 4,1 M€ (3,2 M€ em 2024), as quais não vencem juros.

O critério valorimétrico desta rubrica para efeito de preparação do balanço económico não difere do critério para efeito contabilístico, uma vez que o valor contabilístico é considerado um bom indicador do justo valor, pelo que não existe qualquer ajustamento.

Passivos por impostos diferidos

O valor desta rubrica determinado de acordo com o regime de Solvência II resultou apenas das diferenças no valor das provisões técnicas decorrentes da alteração dos pressupostos de avaliação dos ativos entre os dois balanços, utilizando uma taxa de imposto média igual a 23,2%.

O valor dos passivos por impostos diferidos à data de 31 de dezembro de 2025 e 2024 é analisado de acordo com os quadros seguintes:

Quadro 33 – Passivos por impostos diferidos

2025	Milhares de euros		
	Estatutário	Solvência II	Diferença
Recuperáveis de resseguro líquidos de CAD	23 267	15 760	-7 507
Provisões técnicas	93 699	57 080	-36 619
Total Passivo por impostos diferidos			6 754

taxa de imposto de 23,2%

2024	Milhares de euros		
	Estatutário	Solvência II	Diferença
Recuperáveis de resseguro líquidos de CAD	22 087	14 065	-8 022
Provisões técnicas	86 102	49 418	-36 684
Total Passivo por impostos diferidos			7 739

taxa de imposto de 27%

A Companhia apresenta passivos por impostos diferidos no montante de 6,8 M€ (7,7 M€ em 2024).

Tendo presente o disposto no ponto D.1, a ASP Vida apresenta os impostos diferidos gerados pelos ajustamentos entre o balanço estatutário e económico, desagregados pela sua natureza. Desta forma, o valor líquido de impostos diferidos gerado pelos ajustamentos é um passivo de 4,8 M€ (4,5 M€ em 2024).

Contas a pagar por operações de seguro e intermediários, por operações de resseguro e por outras operações

Os saldos das contas a pagar associados aos contratos de seguro são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes angariadores e tomadores de seguro.

Adicionalmente, a Companhia no decurso normal da sua atividade cede negócio aos resseguradores, tendo por base os princípios definidos nos tratados de resseguro. Os valores a

pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro aos resseguradores, por sua vez relacionados com responsabilidades cedidas.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionadas com o resseguro cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

Por último, os valores a pagar por outras operações, não de seguro, seguem os mesmos princípios elencados anteriormente, embora estejam relacionados com outras atividades da Companhia não diretamente relacionadas com operações de seguro e resseguro.

O critério valorimétrico destas rubricas para efeito de preparação do balanço económico não difere do critério para efeito contabilístico, uma vez que o valor contabilístico é considerado um bom indicador do justo valor, pelo que não existe qualquer ajustamento.

D.4. Métodos alternativos de avaliação

A Companhia não utiliza métodos alternativos de avaliação dos seus ativos e passivos.

D.5. Eventuais informações adicionais

A Companhia considera que não existem informações adicionais relevantes relativas à avaliação de ativos e passivos para efeitos de solvência.

E. Gestão de capital

E.1. Fundos próprios

Os fundos próprios representam os recursos financeiros disponíveis para criar novo negócio e para absorver perdas inesperadas.

Considerando a relevância da sua adequação de modo a garantir a sustentabilidade e continuidade da atividade e do negócio, a Companhia implementou a sua política de gestão de fundos próprios, definindo objetivos, processos e procedimentos que asseguram a manutenção de um nível de capital adequado, ou seja, que garanta o cumprimento de requisitos legais, permita absorver eventuais necessidades de capital e que contribua para a geração de rendimento e retorno para os acionistas.

Um dos principais elementos de suporte à gestão do capital é a definição de níveis de capitalização com base no rácio SCR, que mede a proporção entre o capital disponível e o requisito de capital regulamentar. Para cada nível, a Companhia definiu medidas de ação que permitem ajustar o rácio para o nível pretendido.

Neste sentido, definiram-se os seguintes níveis de capitalização:

Quadro 34 – Níveis de capitalização com base no rácio do SCR

Zonas de Gestão de Capital	Descrição	Nível
Objetivo	-- Zona Objetivo para a execução da estratégia, geração de capital e distribuição de dividendos. O nível operacional, que será utilizado para os cálculos de geração de capital, deve estar dentro desta zona.	≥ 135% do SCR
Recuperação	- Planos acelerados de acumulação de capital, para atingir a Zona Objetivo no prazo de 12 meses; - Dividendos e aquisições são suspensos; - A Zona de Recuperação é determinada, em primeira instância, para evitar que o nível de capitalização da empresa desça abaixo dos 100% do SCR, após a ocorrência de um cenário de stress equivalente a um evento estatístico de probabilidade 1 em 10 anos.	Entre 100% e 135% do SCR
Plano Regulatório	- Plano de recapitalização ao nível exigido pelo Supervisor, dentro do prazo máximo estabelecido por este.	< 100% do SCR

Em adição a Companhia tem definidos limites quantitativos de consumo de capital, em função da preferência pelo risco, da capacidade financeira das Companhias e do seu plano de negócio. Estes limites são revistos pela Companhia anualmente. Os fixados para o ano de 2026 são apresentados no quadro seguinte.

Quadro 35 – Níveis de capitalização com base no rácio do SCR

ASP VIDA	Limites 2026		
	Zona Objetivo	Zona de Recuperaçã	Plano Regulatóri
Solvency Ratio	150%	135%	100%
SCR	21,77	24,19	32,66
Operational Risk	6,61	7,35	9,92
SCR Basic	21,24	23,60	31,86
Market	4,49	5,12	7,35
Counterparty	1,43	1,78	3,01
Underwriting Life	19,06	21,01	27,78
Underwriting Non-life	0,25	0,38	0,82
Underwriting Health	0,38	0,51	0,95

Refere-se também a- importância do exercício ORSA enquanto elemento fundamental para uma gestão de capital adequada, permitindo analisar os riscos e necessidades de capital no curto e médio prazo, através de projeções com base no plano de negócio e mediante cenários adversos, mas plausíveis. Esta análise é efetuada tendo por base os três anos de atividade seguintes.

Para a determinação e classificação dos fundos próprios a considerar no cálculo do SCR são considerados os requisitos definidos na Diretiva 2009/138/CE, em particular o mencionado no artigo 87.º que indica que os fundos próprios são constituídos pela soma dos fundos próprios de base e dos fundos próprios complementares.

Os primeiros representam o excesso de ativos sobre os passivos avaliados de acordo com os princípios económicos e os passivos subordinados.

Por sua vez, os fundos próprios complementares são constituídos pelos fundos próprios, com exceção dos de base, que podem ser mobilizados para absorver perdas, nomeadamente, a parte não realizada do capital social, cartas de crédito e garantias ou quaisquer outros compromissos juridicamente vinculativos recebidos pela Companhia.

Neste ponto apresenta-se a análise dos fundos próprios determinados pela Companhia de acordo com o regime de Solvência II. Reportam-se os fundos próprios disponíveis, a parte considerada elegível para a cobertura do SCR e do *Minimum Capital Requirement (MCR)*, bem como a classificação em *tiers* do montante disponível em função da sua qualidade. A Companhia não dispõe de fundos próprios complementares.

Nos quadros seguintes apresenta-se a composição dos fundos próprios da Companhia e a composição da reserva de reconciliação relativa à posição a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Quadro 36 – Fundos próprios

Fundos próprios	Milhares de euros			
	2025		2024	
	Total	Tier 1 - sem restrições	Total	Tier 1 - sem restrições
Fundos próprios de base				
Capital	7 500	7 500	7 500	7 500
Prémio de emissão				
Reserva de reconciliação	29 380	29 380	26 545	26 545
Ativos por impostos diferidos líquidos	-	-	-	-
Total dos fundos próprios de base	36 880	36 880	34 045	34 045
Fundos próprios complementares				
Total dos fundos próprios complementares	-	-	-	-
Fundos próprios disponíveis e elegíveis				
Total disponível para cálculo de SCR	36 880	36 880	34 045	34 045
Total disponível para cálculo de MCR	36 880	36 880	34 045	34 045
Total elegível para cálculo de SCR	36 880	36 880	34 045	34 045
Total elegível para cálculo de MCR	36 880	36 880	34 045	34 045
SCR	17 375		17 124	
MCR	7 706		6 425	
Rácio fundos próprios elegíveis face ao SCR	212,3%		198,8%	
Rácio fundos próprios elegíveis face ao MCR	478,6%		529,9%	

Quadro 37 – Reserva de reavaliação

Reserva de reconciliação	Milhares de euros	
	2025	2024
Excesso de ativos sobre passivos	55 950	54 680
Dividendos previstos	19 070	20 635
Outros itens de fundos próprios de base	7 500	7 500
Total reserva de reconciliação	29 380	26 545

No que concerne ao excesso de ativos sobre passivos verificou-se em 2025 um acréscimo de 2,3% face ao ano anterior.

No final de 2025, a totalidade dos fundos próprios disponíveis encontrava-se classificada como *tier 1*, não existindo fundos classificados como *tier 2* nem *tier 3*.

Classificados como *tier 1* integram-se apenas os fundos de natureza não restrita, que inclui o capital e a reserva de reconciliação, revelando uma qualidade muito elevada.

O valor líquido de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos apurados no presente exercício é negativo logo, à semelhança do verificado em 2024, em 2025 não são considerados fundos próprios classificados em *tier 3*.

A definição dos fundos próprios elegíveis para cobertura do SCR e do MCR obedece aos limites previstos no regime de Solvência II.

Neste sentido, importa referir que, considerando as regras e limites de elegibilidade em vigor, bem como o valor previsto de dividendos a distribuir pelos acionistas, a Companhia apresentava no final de 2025 um rácio de SCR de 212,26%, fixando-se 13,5 pontos percentuais acima do verificado no ano anterior.

A restrição que estabelece que a proporção de fundos próprios elegíveis classificados como *tier 1* deve ser superior a metade do montante do SCR é verificada, pois a totalidade dos fundos próprios são *tier 1*, logo representam 212,26% do SCR.

Uma vez que a Companhia não detém fundos próprios de *tier 1* de natureza restrita, a condição relativa aos 20% do total de *tier 1* é também verificada.

Por último, uma vez que não existem fundos próprios de *tier 3*, a regra que indica que estes devem ser inferiores a 15% do total do SCR é cumprida.

No que respeita à elegibilidade para cobertura do MCR foram considerados todos os fundos próprios uma vez que são na totalidade classificados como *tier 1*.

Assim, também se verifica a condição relativa à proporção dos fundos próprios classificados como *tier 1* ser superior a metade do valor do MCR. Como referido, a Companhia não detém fundos próprios *tier 1* restritos, como tal, a condição relativa aos 20% do total de *tier 1* é também cumprida.

Posto isto, quer no âmbito do SCR ou do MCR, o valor dos fundos próprios disponíveis iguala o valor dos fundos próprios elegíveis para cobertura dos rácios de solvência.

Note-se que a Companhia não detém nenhum item de capital sujeito ao regime transitório referido no artigo 308.^o-B da Diretiva 2009/138/CE.

No que diz respeito à reserva de reconciliação, esta representa um papel relevante na análise dos fundos próprios. É obtida através da análise do excesso de ativos sobre passivos do balanço de Solvência II, deduzindo os outros fundos próprios de base considerados e ajustamentos, nomeadamente o valor dos dividendos previstos.

Por último, a análise aos ajustamentos efetuados ao balanço estatutário permite relacionar o capital próprio das demonstrações financeiras com o excesso de ativos sobre passivos de solvência da seguinte forma:

Quadro 38 – Excesso dos ativos sobre os passivos: atribuição das diferenças de avaliação

Excesso dos ativos sobre passivos - atribuição das diferenças de avaliação	2025	2024
Total do capital próprio das demonstrações financeiras	36 389	37 048
Diferenças na avaliação dos ativos	-2 798	-3 291
Diferenças na avaliação de provisões técnicas líquidas	29 113	28 662
Diferenças na avaliação de outros passivos	-6 754	-7 739
Capital próprio das demonstrações financeiras após ajustamento para as diferenças de avaliação	55 950	54 680
Atribuível a elementos dos fundos próprios de base, excluindo a reserva de reconciliação	7 500	7 500
Reserva de reconciliação	29 380	26 545
Dividendos esperados	19 070	20 635
Excesso dos ativos sobre os passivos	55 950	54 680

E.2. Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo

Neste ponto é apresentada a composição do SCR, o MCR e os seus respetivos níveis de cobertura. São também analisados os benefícios de diversificação considerados e o ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos (LAC DT).

Requisito de capital de solvência

A Companhia determina o seu requisito de capital de solvência com base na fórmula-padrão, sem recurso a simplificações nem parâmetros específicos da Companhia. O valor do SCR não apresenta quaisquer acréscimos do requisito de capital de solvência impostos pela ASF.

Note-se também que a Companhia não tem fundos circunscritos para fins específicos nem carteiras com ajustamento de congruência, não sendo assim necessário proceder a ajustamentos relativos a estas rubricas.

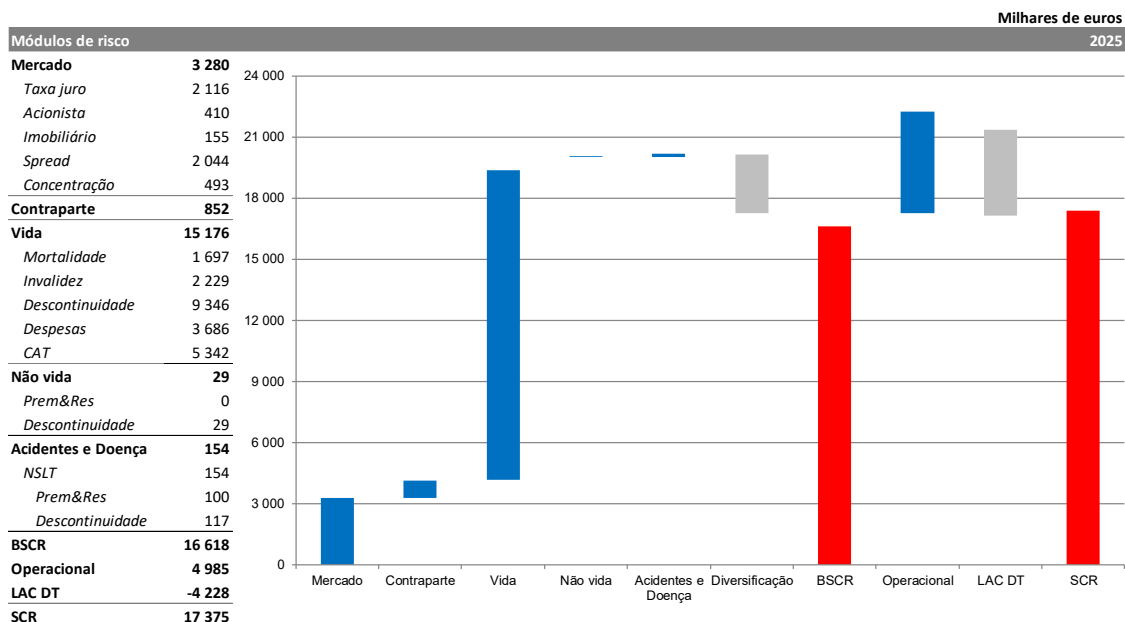
O seguinte quadro apresenta o valor das diferentes componentes do SCR da Companhia no final do ano de 2025 e de 2024:

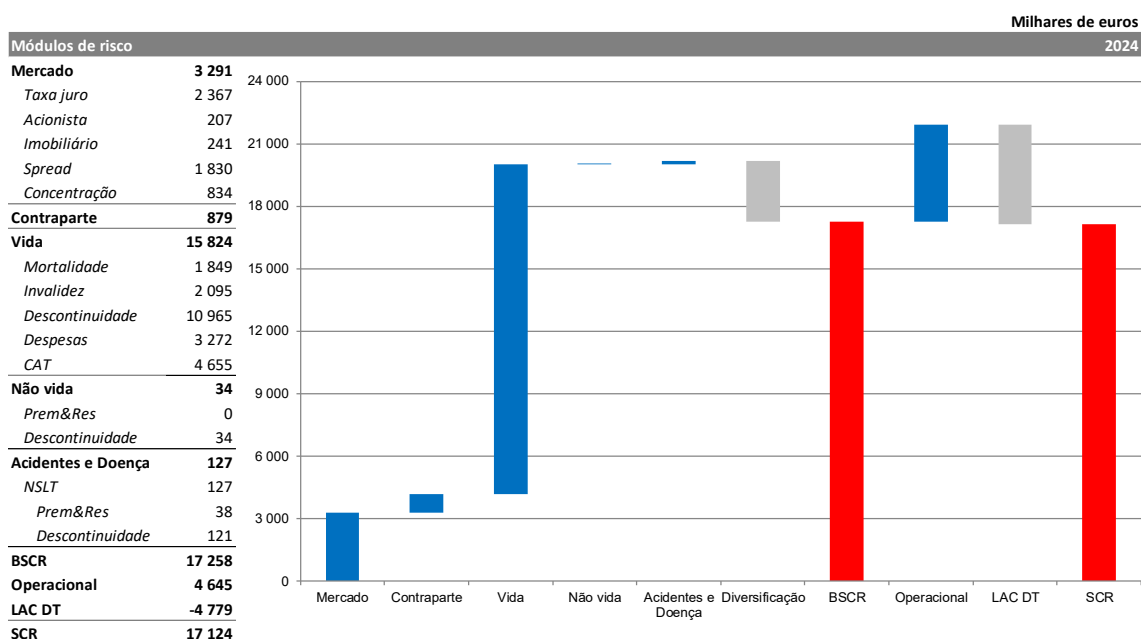
Quadro 39 – Requisito de capital de solvência

Componentes do SCR	Milhares de euros	
	2025	2024
Riscos de mercado	3 280	3 291
Risco de incumprimento pela contraparte	852	879
Risco específico dos seguros de vida	15 176	15 824
Risco específico dos seguros de acidentes e doença	154	127
Risco específico dos seguros de não vida	29	34
Diversificação	-2 874	-2 898
Requisito de capital de solvência de base	16 618	17 258
Cálculo do requisito de capital de solvência		
Risco operacional	4 985	4 645
Capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas	0	0
Capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos	-4 228	-4 779
Requisito de capital de solvência	17 375	17 124

Por sua vez, a figura seguinte pretende ilustrar a contribuição dos submódulos de riscos no valor do SCR relativo ao final de 2025 e de 2024:

Figura 14– Composição do SCR





Em 2025, à semelhança dos anos anteriores, o principal conjunto de riscos a que Companhia se encontra exposta é o risco específico de seguros de vida, representando 77,9% do valor do requisito de capital de solvência de base (BSCR) antes da consideração do efeito de diversificação entre módulos de risco (78,5% em 2024).

O efeito de diversificação que resulta da agregação dos módulos de risco fixou-se nos 2,9 M€ (2,9 M€ em 2024), o que representa um decréscimo de 14,7% do valor do BSCR (-14,4 % em 2024).

Por sua vez, o ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos foi determinado com base na alocação da perda, de valor igual à soma do BSCR com o requisito de capital relativo ao risco operacional, às suas origens e na determinação do balanço económico pós choque. Esta componente definiu-se em 4,2 M€, o que corresponde a uma taxa média de imposto após choque implícita igual a 24,33%, de acordo com o cenário hipotético. Em 2024, esta componente definiu-se em 4,8 M€, aplicando uma taxa de 21,8%.

Em resultado da análise de recuperação dos impostos diferidos efetuada, a totalidade do valor relativo ao LAC DT foi utilizado, uma vez que se demonstrou que a Companhia conseguirá, num período de três anos, gerar lucros futuros tributáveis em montantes suficientes contra os quais estes ativos possam ser utilizados.

O seguinte quadro apresenta uma análise complementar de cenários relativamente à capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos, em que se testa o impacto no rácio

de solvência em caso de não se reconhecer a totalidade do valor do ajustamento. A análise refere-se a 2025 e 2024:

Quadro 40 – Cenários relativos ao nível de reconhecimento do LAC DT

2025	Milhares de euros				
	0%	25%	50%	75%	100%
LAC DT	0	1 057	2 114	3 171	4 228
SCR	21 603	20 546	19 489	18 432	17 375
% SCR	170,7%	179,5%	189,2%	200,1%	212,3%

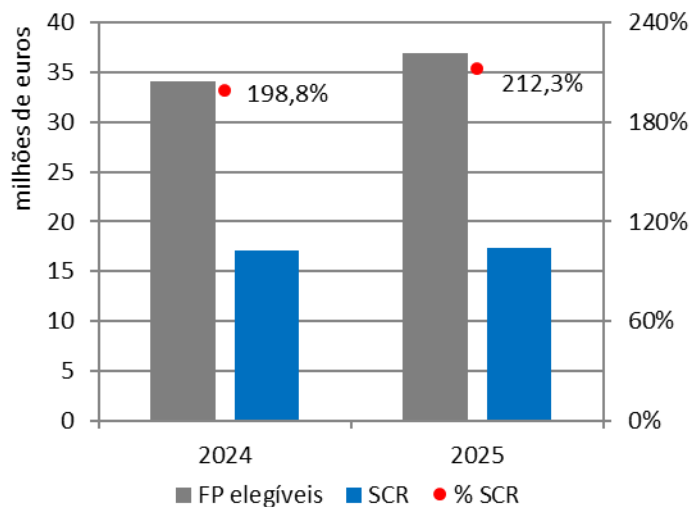
2024	Milhares de euros				
	0%	25%	50%	75%	100%
LAC DT	0	1 195	2 390	3 584	4 779
SCR	21 903	20 708	19 514	18 319	17 124
% SCR	155,4%	164,4%	174,5%	185,8%	198,8%

Da sua análise verifica-se que, num cenário extremo, em que nenhuma parte dos impostos diferidos originados pelo choque é recuperável, no final de 2025 o SCR estabelecer-se-ia nos 21,6 M€ e o rácio de solvência nos 170,7%, valor superior ao nível mínimo regulamentar e, inclusivamente, acima do valor objetivo da Companhia (135%). Em 2024, estes valores eram 21,9 M€ e 155,4%, respetivamente.

Em comparação com o período anterior verifica-se que, em 2025, o SCR incrementou 1,47%. Este aumento reflete principalmente o aumento do risco catastrófico de Vida e, em seguida, do risco de descontinuidade. Por sua vez, o valor dos fundos próprios elegíveis permaneceu num patamar muito próximo ao observado no ano transato.

Assim, o rácio de solvência no final de 2025 fixou-se nos 212,3%, o que traduz um acréscimo de 13,5 pontos percentuais face ao ano transato. Não obstante, o rácio mantém-se com margem considerável face ao nível objetivo de 135% do SCR.

Figura 15– Evolução do requisito de capital de solvência



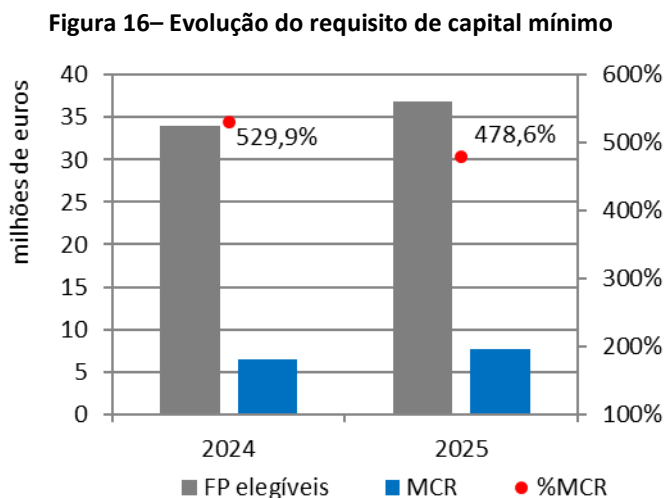
Requisito de capital mínimo

No que diz respeito ao MCR, o seu valor aumentou em 2025 para 7,7 M€ (6,4 M€ em 2024). As diferentes componentes do seu cálculo estão resumidas na tabela seguinte:

Quadro 41 – Componentes do MCR

Cálculo do MCR	Milhares de euros	
	2025	2024
MCR linear	7 706	6 425
Componente não vida	161	64
Componente vida	7 545	6 361
SCR	17 375	17 124
MCR máximo	7 819	7 706
MCR mínimo	4 344	4 281
MCR combinado	7 706	6 425
Mínimo absoluto MCR	4 000	4 000
MCR	7 706	6 425

O gráfico seguinte apresenta a comparação do montante total do MCR entre 31 de dezembro de 2025 e 2024:



O rácio MCR diminuiu de 529,9% em 2024 para 478,6% em 2025. Esta evolução decorreu do facto de, apesar de tanto o MCR como os fundos próprios elegíveis para a sua cobertura terem aumentado face ao período anterior, o acréscimo do MCR ter sido significativamente superior ao observado nos fundos próprios."

E.3. Utilização do submódulo de risco acionista baseado na duração para calcular o requisito de capital de solvência

A Companhia não calcula o requisito de capital de solvência relativo ao risco acionista com base na duração.

E.4. Diferença entre a fórmula-padrão e qualquer modelo interno utilizado

A Companhia determina o seu requisito de capital com base na fórmula-padrão.

E.5. Incumprimento do requisito de capital mínimo e incumprimento do requisito de capital de solvência

Durante o período abrangido pelo relatório a Companhia não sofreu qualquer incumprimento do MCR ou incumprimento do SCR.

E.6. Eventuais informações adicionais

A Companhia considera que não existem informações adicionais relevantes relativas à gestão de capital.

Anexo A – Templates de reportes quantitativos

S.02.01.02 – Balance sheet

2025	Thousands of euros	
	Solvency II value	
Assets		C0010
Intangible assets	R0030	-
Deferred tax assets	R0040	1 954
Pension benefit surplus	R0050	-
Property, plant & equipment held for own use	R0060	1 342
Investments (other than assets held for index-linked and unit-linked contracts)	R0070	108 876
Property (other than for own use)	R0080	-
Holdings in related undertakings, including participations	R0090	0,1
Equities	R0100	-
Equities - listed	R0110	-
Equities - unlisted	R0120	-
Bonds	R0130	108 876
Government Bonds	R0140	48 434
Corporate Bonds	R0150	60 442
Structured notes	R0160	-
Collateralised securities	R0170	-
Collective Investments Undertakings	R0180	-
Derivatives	R0190	-
Deposits other than cash equivalents	R0200	-
Other investments	R0210	-
Assets held for index-linked and unit-linked contracts	R0220	-
Loans and mortgages	R0230	-
Loans on policies	R0240	-
Loans and mortgages to individuals	R0250	-
Other loans and mortgages	R0260	-
Reinsurance recoverables from:	R0270	15 760
Non-life and health similar to non-life	R0280	3 442
Non-life excluding health	R0290	3 637
Health similar to non-life	R0300	-195
Life and health similar to life, excluding health and index-linked and unit-linked	R0310	12 317
Health similar to life	R0320	0
Life excluding health and index-linked and unit-linked	R0330	12 317
Life index-linked and unit-linked	R0340	-
Deposits to cedants	R0350	-
Insurance and intermediaries receivables	R0360	2 825
Reinsurance receivables	R0370	154
Receivables (trade, not insurance)	R0380	2 804
Own shares (held directly)	R0390	0
Amounts due in respect of own fund items or initial fund called up but not yet paid in	R0400	0
Cash and cash equivalents	R0410	2 138
Any other assets, not elsewhere shown	R0420	688
Total assets	R0500	136 541

2025	Thousands of euros	
	Solvency II value	
Liabilities		C0010
Technical provisions – non-life	R0510	4 044
Technical provisions – non-life (excluding health)	R0520	4 508
Technical provisions calculated as a whole	R0530	-
Best Estimate	R0540	4 504
Risk margin	R0550	4
Technical provisions - health (similar to non-life)	R0560	-464
Technical provisions calculated as a whole	R0570	-
Best Estimate	R0580	-472
Risk margin	R0590	8
Technical provisions - life (excluding index-linked and unit-linked)	R0600	53 036
Technical provisions - health (similar to life)	R0610	-
Technical provisions calculated as a whole	R0620	-
Best Estimate	R0630	-
Risk margin	R0640	-
Technical provisions – life (excluding health and index-linked and unit-linked)	R0650	53 036
Technical provisions calculated as a whole	R0660	-
Best Estimate	R0670	50 213
Risk margin	R0680	2 823
Technical provisions – index-linked and unit-linked	R0690	-
Technical provisions calculated as a whole	R0700	-
Best Estimate	R0710	-
Risk margin	R0720	-
Other technical provisions	R0730	-
Contingent liabilities	R0740	-
Provisions other than technical provisions	R0750	-
Pension benefit obligations	R0760	-
Deposits from reinsurers	R0770	4 093
Deferred tax liabilities	R0780	6 754
Derivatives	R0790	-
Debts owed to credit institutions	R0800	-
Financial liabilities other than debts owed to credit institutions	R0810	-
Insurance & intermediaries payables	R0820	4 883
Reinsurance payables	R0830	3 939
Payables (trade, not insurance)	R0840	287
Subordinated liabilities	R0850	-
Subordinated liabilities not in Basic Own Funds	R0860	-
Subordinated liabilities in Basic Own Funds	R0870	-
Any other liabilities, not elsewhere shown	R0880	3 554
Total liabilities	R0900	80 590
Excess of assets over liabilities	R1000	55 950

S.05.01.02 – Premiums, claims and expenses by line of business

	Line of Business for: life insurance obligations							Life reinsurance obligations		Total
	Health insurance	Insurance with profit participation	Index-linked and unit-linked insurance	Other life insurance	Annuities stemming from non-life insurance contracts and relating to health insurance obligations	Annuities stemming from non-life insurance contracts and relating to insurance obligations other than health insurance obligations	Health reinsurance	Life reinsurance		
	C0210	C0220	C0230	C0240	C0250	C0260	C0270	C0280	C0300	
2025										
Premiums written										
Gross	R1410	-	1 171	-	124 186	-	-	-	-	125 356
Reinsurers' share	R1420	-	1 112	-	23 406	-	-	-	-	24 518
Net	R1500	-	59	-	100 779	-	-	-	-	100 838
Premiums earned										
Gross	R1510	-	1 171	-	124 186	-	-	-	-	125 356
Reinsurers' share	R1520	-	1 112	-	23 406	-	-	-	-	24 518
Net	R1600	-	59	-	100 779	-	-	-	-	100 838
Claims incurred										
Gross	R1610	-	183	-	19 065	-	-	-	-	19 248
Reinsurers' share	R1620	-	172	-	8 221	-	-	-	-	8 393
Net	R1700	-	11	-	10 844	-	-	-	-	10 855
Expenses incurred	R1900	-	35	-	46 880	-	-	-	-	46 916
Balance - other technical expenses/income	R2510	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total technical expenses	R2600									46 916
Total amount of surrenders	R2700									-

S.12.01.02 – Life and Health SLT Technical Provisions

Thousands of euros																	
2025		Index-linked and unit-linked				Other life insurance		Annuities stemming from non-life insurance contracts and relating to insurance obligation other than health insurance obligations	Accepted reinsurance	Total (Life other than health insurance, incl. Unit-Linked)	Health insurance (direct business)		Annuities stemming from non-life insurance contracts and relating to health insurance obligations	Health reinsurance (reinsurance accepted)	Total (Health similar to life insurance)		
		Insurance with profit participation	Contracts without options and guarantees	Contracts with options or guarantees		Contracts without options and guarantees	Contracts with options or guarantees				Contracts without options and guarantees	Contracts with options or guarantees					
		C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0150	C0160	C0170	C0180	C0190	C0200	C0210
	Technical provisions calculated as a whole																
	Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default associated to TP calculated as a whole	R0010	-	-		-			-	-	-	-		-	-	-	-
		R0020	-	-		-			-	-	-	-		-	-	-	-
	Technical provisions calculated as a sum of BE and RM																
	Best Estimate																
	Gross Best Estimate	R0030	-699		-		50 912	-	-	-	50 213		-	-	-	-	-
	Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0080	-373		-		12 691	-	-	-	12 317		-	-	-	-	-
	Best estimate minus recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re - total	R0090	-326		-		38 221	-	-	-	37 895		-	-	-	-	-
	Risk Margin	R0100	54			2 768			-	-	2 823				-	-	-
	Technical provisions - total	R0200	-645			53 681			-	-	53 036				-	-	-

S.17.01.02 – Non-Life Technical Provisions

		Direct business and accepted proportional reinsurance											Accepted non-proportional reinsurance				Thousands of euros	
		Medical expense insurance	Income protection insurance	Workers' compensation insurance	Motor vehicle liability insurance	Other motor insurance	Marine, aviation and transport insurance	Fire and other damage to property insurance	General liability insurance	Credit and suretyship insurance	Legal expenses insurance	Assistance	Miscellaneous financial loss	Non-proportional health reinsurance	Non-proportional casualty reinsurance	Non-proportional marine, aviation and transport reinsurance	Non-proportional property reinsurance	Total Non-Life obligation
2025		C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110	C0120	C0130	C0140	C0150	C0160	C0170	C0180
	Technical provisions calculated as a whole	R0010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total Recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default associated to TP calculated as a whole	R0050	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Technical provisions calculated as a sum of BE and RM																	
	Best estimate																	
	Premium provisions																	
	Gross	R0060	-512	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4 130	-	-	-	-	3 617
	Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0140	-219	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3 263	-	-	-	-	3 044
	Net Best Estimate of Premium Provisions	R0150	-293	-	-	-	-	-	-	-	-	-	867	-	-	-	-	573
	Claims provisions																	
	Gross	R0160	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	374	-	-	-	-	414
	Total recoverable from reinsurance/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default	R0240	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	374	-	-	-	-	398
	Net Best Estimate of Claims Provisions	R0250	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-	-	16
	Total Best estimate - gross	R0260	-472	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4 504	-	-	-	-	4 031
	Total Best estimate - net	R0270	-277	-	-	-	-	-	-	-	-	-	867	-	-	-	-	589
	Risk margin	R0280	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	13
	Technical provisions - total																	
	Technical provisions - total	R0320	-464	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4 508	-	-	-	-	4 044
	Recoverable from reinsurance contract/SPV and Finite Re after the adjustment for expected losses due to counterparty default - total	R0330	-195	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3 637	-	-	-	-	3 442
	Technical provisions minus recoverables from reinsurance/SPV and Finite Re - total	R0340	-269	-	-	-	-	-	-	-	-	-	871	-	-	-	-	602

S.19.01.21 – Non-life Insurance Claims Information

Total Non-Life Business												Thousands of euros			
												2025			
Accident year / Underwriting year		Z0010			Underwriting year										
Gross Claims Paid (non-cumulative) (absolute amount)															
Year	Development year											In Current year	Sum of years (cumulative)		
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 & +			C0170	C0180
R0100	Prior														
R0150	N-10	490	454	18	11	2	0	0	0	0	0	0	0	0	975
R0160	N-9	587	414	22	15	2	1	0	13	1	0	0	0	0	1 055
R0170	N-8	469	492	26	3	3	1	0	0	0	0	0	0	0	995
R0180	N-7	500	481	31	19	21	15	17	158				158	1 242	
R0190	N-6	378	358	21	7	6	0	0					0	771	
R0200	N-5	523	325	45	12	2	11						11	919	
R0210	N-4	302	224	29	20	9							9	584	
R0220	N-3	230	232	37	15								15	514	
R0230	N-2	419	311	28									28	757	
R0240	N-1	341	331										331	673	
R0250	N	295											295	295	
R0260													Total	847	8 778

Gross undiscounted Best Estimate Claims Provision (absolute amount)														
Year	Development year											Year end (discounted data)		
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 & +		C0360	
R0100	Prior													
R0150	N-10	0	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
R0160	N-9	0	7	8	8	0	0	0	0	0	0	0	0	-
R0170	N-8	449	6	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
R0180	N-7	456	206	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
R0190	N-6	193	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
R0200	N-5	345	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
R0210	N-4	266	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
R0220	N-3	224	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
R0230	N-2	53	45	0										-
R0240	N-1	402	42											41
R0250	N	378												373
R0260													Total	414

S.23.01.02 – Own Funds

2025	Thousands of euros				
	Total	Tier 1 - unrestricted	Tier 1 - restricted	Tier 2	Tier 3
	C0010	C0020	C0030	C0040	C0050
Basic own funds before deduction for participations in other financial sector as foreseen in article 68 of Delegated Regulation 2015/35					
Ordinary share capital (gross of own shares)	R0010	7 500	7 500	-	-
Share premium account related to ordinary share capital	R0030	-	-	-	-
Initial funds, members' contributions or the equivalent basic own - fund item for mutual and mutual-type undertakings	R0040	-	-	-	-
Subordinated mutual member accounts	R0050	-	-	-	-
Surplus funds	R0070	-	-	-	-
Preference shares	R0090	-	-	-	-
Share premium account related to preference shares	R0110	-	-	-	-
Reconciliation reserve	R0130	29 380	29 380	-	-
Subordinated liabilities	R0140	-	-	-	-
An amount equal to the value of net deferred tax assets	R0160	-	-	-	-
Other own fund items approved by the supervisory authority as basic own funds not specified above	R0180	-	-	-	-
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds					
Own funds from the financial statements that should not be represented by the reconciliation reserve and do not meet the criteria to be classified as Solvency II own funds	R0220	-	-	-	-
Deductions					
Deductions for participations in financial and credit institutions	R0230	-	-	-	-
Total basic own funds after deductions	R0290	36 880	36 880	-	-
Ancillary own funds					
Unpaid and uncalled ordinary share capital callable on demand	R0300	-	-	-	-
Unpaid and uncalled initial funds, members' contributions or the equivalent basic own fund item for mutual and mutual - type undertakings, callable on demand	R0310	-	-	-	-
Unpaid and uncalled preference shares callable on demand	R0320	-	-	-	-
A legally binding commitment to subscribe and pay for subordinated liabilities on demand	R0330	-	-	-	-
Letters of credit and guarantees under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0340	-	-	-	-
Letters of credit and guarantees other than under Article 96(2) of the Directive 2009/138/EC	R0350	-	-	-	-
Supplementary members calls under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0360	-	-	-	-
Supplementary members calls - other than under first subparagraph of Article 96(3) of the Directive 2009/138/EC	R0370	-	-	-	-
Other ancillary own funds	R0390	-	-	-	-
Total ancillary own funds	R0400	-	-	-	-
Available and eligible own funds					
Total available own funds to meet the SCR	R0500	36 880	36 880	-	-
Total available own funds to meet the MCR	R0510	36 880	36 880	-	-
Total eligible own funds to meet the SCR	R0540	36 880	36 880	-	-
Total eligible own funds to meet the MCR	R0550	36 880	36 880	-	-
SCR	R0580	17 375	-	-	-
MCR	R0600	7 706	-	-	-
Ratio of Eligible own funds to SCR	R0620	212%	-	-	-
Ratio of Eligible own funds to MCR	R0640	479%	-	-	-

2025	Thousands of euros	
		Total
Reconciliation reserve		C0060
Excess of assets over liabilities	R0700	55 950
Own shares (held directly and indirectly)	R0710	-
Foreseeable dividends, distributions and charges	R0720	19 070
Other basic own fund items	R0730	7 500
Adjustment for restricted own fund items in respect of matching adjustment portfolios and ring fenced funds	R0740	-
Reconciliation reserve	R0760	29 380
Expected profits		
Expected profits included in future premiums (EPIFP) - Life business	R0770	10 237
Expected profits included in future premiums (EPIFP) - Non-life business	R0780	-
Total Expected profits included in future premiums (EPIFP)	R0790	10 237

S.25.01.21 – Solvency Capital Requirement – for undertaking on standard formula

		Thousands of euros		
2025		Net solvency capital requirement	Gross solvency capital requirement	Allocation from adjustments due to RFF and Matching adjustments portfolios
		C0030	C0040	C0050
Market risk	R0010	3 280	3 280	
Counterparty default risk	R0020	852	852	
Life underwriting risk	R0030	15 176	15 176	
Health underwriting risk	R0040	154	154	
Non-life underwriting risk	R0050	29	29	
Diversification	R0060	-2 874	-2 874	
Intangible asset risk	R0070	-	-	
Basic Solvency Capital Requirement	R0100	16 618	16 618	
Calculation of Solvency Capital Requirement		C0100		
Adjustment due to RFF/MAP nSCR aggregation	R0120	-		
Operational risk	R0130	4 985		
Loss-absorbing capacity of technical provisions	R0140			
Loss-absorbing capacity of deferred taxes	R0150	-4 228		
Capital requirement for business operated in accordance with Art. 4 of Directive 2003/41/EC	R0160			
Solvency capital requirement excluding capital add-on	R0200	17 375		
Capital add-on already set	R0210	0		
of which, capital add-ons already set - Article 37 (1) Type a	R0211			
of which, capital add-ons already set - Article 37 (1) Type b	R0212			
of which, capital add-ons already set - Article 37 (1) Type c	R0213			
of which, capital add-ons already set - Article 37 (1) Type d	R0214			
Solvency capital requirement	R0220	17 375		
Other information on SCR				
Capital requirement for duration-based equity risk sub-module	R0400	-		
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for remaining part	R0410	-		
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for ring fenced funds	R0420	-		
Total amount of Notional Solvency Capital Requirements for matching adjustment portfolios	R0430	-		
Diversification effects due to RFF nSCR aggregation for article 304	R0440	-		
Method used to calculate the adjustment due to RFF/MAP nSCR aggregation*	R0450	-		
Net future discretionary benefits	R0460	-		

2025		Yes/No
Approach to tax rate		C0109
Approach based on average tax rate*	R0590	0

2025		Before the shock	After the shock
Calculation of loss absorbing capacity of deferred taxes		C0110	C0120
DTA	R0600	1 954	-
DTA carry forward	R0610	-	-
DTA due to deductible temporary differences	R0620	1 954	-
DTL	R0630	6 754	-

2025		LAC DT
		C0130
LAC DT	R0640	-4 228
LAC DT justified by reversion of deferred tax liabilities	R0650	-
LAC DT justified by reference to probable future taxable economic profit	R0660	-4 228
LAC DT justified by carry back, current year	R0670	-
LAC DT justified by carry back, future years	R0680	-
Maximum LAC DT	R0690	-

S.28.01.01 – Minimum Capital Requirement – Only life or only non-life insurance or reinsurance activity

Thousands of euros

2025		
Linear formula component for non-life insurance and reinsurance obligations		
		C0010
MCRNL Result	R0010	161

Background information		Net (of reinsurance/SPV)	Net (of reinsurance)
		best estimate and TP calculated as a whole	written premiums in the last 12 months
		C0020	C0030
Medical expense insurance and proportional reinsurance	R0020	-	-
Income protection insurance and proportional reinsurance	R0030	-	-
Workers' compensation insurance and proportional reinsurance	R0040	-	-
Motor vehicle liability insurance and proportional reinsurance	R0050	-	-
Other motor insurance and proportional reinsurance	R0060	-	-
Marine, aviation and transport insurance and proportional reinsurance	R0070	-	-
Fire and other damage to property insurance and proportional reinsurance	R0080	-	-
General liability insurance and proportional reinsurance	R0090	-	-
Credit and suretyship insurance and proportional reinsurance	R0100	-	-
Legal expenses insurance and proportional reinsurance	R0110	-	-
Assistance and proportional reinsurance	R0120	-	-
Miscellaneous financial loss insurance and proportional reinsurance	R0130	867	-
Non-proportional health reinsurance	R0140	-	-
Non-proportional casualty reinsurance	R0150	-	-
Non-proportional marine, aviation and transport reinsurance	R0160	-	-
Non-proportional property reinsurance	R0170	-	-

Thousands of euros

2025		
Linear formula component for life insurance and reinsurance obligations		
		C0040
MCRL Result	R0200	7 545

Background information		Net (of reinsurance/SPV) best estimate and TP calculated as a whole	Net (of reinsurance/SPV) total capital at risk
		C0050	C0060
Obligations with profit participation - guaranteed benefits	R0210	-	
Obligations with profit participation - future discretionary benefits	R0220	-	
Index-linked and unit-linked insurance obligations	R0230	-	
Other life (re)insurance and health (re)insurance obligations	R0240	38 221	
Total capital at risk for all life (re)insurance obligations	R0250		9 631 767

Overall MCR calculation		
		C0070
Linear MCR	R0300	7 706
SCR	R0310	17 375
MCR cap	R0320	7 819
MCR floor	R0330	4 344
Combined MCR	R0340	7 706
Absolute floor of the MCR	R0350	4 000
Minimum Capital Requirement	R0400	7 706

Anexo B – Relatório de certificação atuarial



Paseo de la Castellana 93, Planta 11
28046, Madrid, SPAIN
Tel +34 91 5698 4077
milliman.com

7 de Abril de 2026

Relatório de Certificação Atuarial
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.

1. Introdução

Este *Relatório de Certificação Atuarial* (ou "*Relatório*") abrange os resultados de solvência da **Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.**, uma Seguradora portuguesa (ou "Companhia") regulamentada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

No âmbito do *Atuário Responsável* e tal como é definido pela regulamentação portuguesa, *Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março* (ou "NR"), a Milliman Consultants and Actuaries, S.L.U. (ou "Milliman") foi contratada pela Companhia para rever certos aspetos dos seus resultados de solvência em 31 de dezembro de 2025.

Os resultados de solvência da Companhia, obtidos em 31 de dezembro de 2025, apresentam-se no seu Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira ("SFCR"), são os seguintes:

- Provisões Técnicas de EUR 57.1 milhões, compostos por EUR 54.2 milhões da Melhor Estimativa do Passivo e EUR 2.9 milhões de Margem de Risco. As Provisões Técnicas da Companhia não incluem uma dedução transitória ou aplicação do ajustamento de volatilidade.
- Montantes Recuperáveis de Contratos de Resseguro de EUR (15.8) milhões.
- Fundos Próprios Elegíveis para a cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) de EUR 36.9 milhões e Fundos Próprios Elegíveis para a cobertura do Requisito de Capital Mínimo (MCR) de EUR 36.9 milhões.
- Capital de Solvência (SCR) de EUR 17.4 milhões e Requisito de Capital Mínimo (MCR) de EUR 7.7 milhões.



2. Âmbito

Este *Relatório* abrange a verificação da aplicação das especificações regulamentares e técnicas relacionadas com o Solvência II¹ no que respeita ao cálculo dos seguintes elementos:

- Das provisões técnicas.
- Dos montantes Recuperáveis de Contratos de Resseguro.
- Dos módulos de risco específico de seguros de vida, de risco específico de seguros não vida, de risco específico de seguros de acidentes e doença, divulgados no relatório sobre a solvência e a situação financeira (SFCR).

3. Responsabilidades

- Este *Relatório* foi elaborado nos termos da *Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março*.
- A responsabilidade da aprovação do SFCR é do órgão de administração ou governação da Companhia.
- O *Atuário Responsável* é o responsável por emitir um parecer independente de natureza atuarial sobre os itens estabelecidos no ponto anterior (Âmbito). No que respeita a este documento, a Milliman e o *Atuário(s) Responsável(s)* não pretendem favorecer nem assumem qualquer obrigação ou responsabilidade para com outras partes.
- As nossas conclusões tiveram em conta as conclusões do *Revisor Oficial de Contas* da Companhia.



4. Opinião

A nossa opinião baseia-se no âmbito do *Atuário Responsável* nos termos previstos na *Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março*. Verificámos que os seguintes pontos foram calculados pela Companhia em coerência com as especificações regulamentares e técnicas do Solvência II¹ e ficámos satisfeitos com o resultado da análise: Provisões Técnicas; Recuperáveis de Contratos de Resseguro; SCR do risco específico de seguros de vida; SCR do risco específico de seguros não vida; SCR de risco específico de seguros de acidentes e doença.

As nossas conclusões são baseadas, entre outras, em condições económicas, financeiras, bem como em obrigações para com os clientes existentes na Companhia em 31 de dezembro de 2025.

Estas conclusões não prevêem eventos futuros extraordinários que não sejam suficientemente representativos nos dados disponibilizados ou que não sejam ainda quantificáveis.

Os dados, parâmetros e pressupostos utilizados pela Companhia permitem-nos chegar aos mesmos resultados e as nossas conclusões não foram para isso ajustadas.

Baseámo-nos em dados e informações, quer verbais quer por escrito, no que se refere à metodologia e pressupostos, bem como no processo de validação utilizado pela Companhia para os elementos do âmbito do nosso trabalho.

Como resultado da sua opinião, a Milliman não pretende favorecer nem assumir qualquer obrigação ou responsabilidades para com outras partes.

Karol Maciejewski
Atuário Responsável, Vida

José Silveiro
Atuário Responsável, Não-Vida

¹ As especificações regulamentares e técnicas do Solvência II referem-se ao Nível 1 da Diretiva 2009/138/EC do Solvência 2, incluindo as modificações à Omnibus II tal como transpostas para a legislação portuguesa (*Lei n.º 147/2015 de 9 de setembro ("RJASR")*); bem como ao Nível 2 do Regulamento Delegado da Comissão 2015/35 de 10 de outubro de 2014, publicado no Jornal Oficial da União Europeia em 17 de janeiro de 2015 ("Atos Delegados").

² Idem

Anexo C – Relatório do revisor oficial de contas



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da Índia, 10 - Piso 1
1349-066 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Ao Conselho de Administração da
Aegon Santander Vida - Companhia de Seguros, S.A.

Introdução

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF") ("Norma Regulamentar"), fomos contratados pelo Conselho de Administração da Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros, S.A. ("Companhia") para a realização de um trabalho de garantia de fiabilidade sobre o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira ("Relatório"), previsto na alínea a) do artigo 26.º da Norma Regulamentar n.º 4/2023-R, de 11 de julho, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida no artigo 3.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2023/895, da Comissão, de 4 de abril de 2023 ("Informação quantitativa") da Companhia, com referência a 31 de dezembro de 2025.

O nosso relatório compreende o relato das seguintes matérias:

- A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo;
 - B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação; e
 - C. Relato sobre a restante informação divulgada no Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira, incluindo a Informação quantitativa conjuntamente divulgada.
- A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia o cálculo dos ajustamentos entre a respetiva demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo submetido à ASF, em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, na sua redação atual ("Regulamento Delegado").

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em emitir um relatório de garantia razoável de fiabilidade, profissional e independente, sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, baseado nos procedimentos realizados e especificados abaixo.



Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros, S.A.
Relatório do Revisor Oficial de Contas
31 de dezembro de 2025

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica - (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ("OROC"), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia razoável de fiabilidade sobre se os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Para tanto o referido trabalho consistiu nos seguintes procedimentos:

- (i) revisão da reconciliação da informação base utilizada para o cálculo dos ajustamentos do balanço para efeitos de solvência com os sistemas de informação da Companhia e a respetiva demonstração da posição financeira estatutária em 31 de dezembro de 2025 objeto de revisão legal de contas, e sobre a qual foi emitida Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, datada de 25 de março de 2026;
- (ii) revisão de acontecimentos subsequentes ocorridos entre a data da Certificação Legal das Contas e a data deste relatório;
- (iii) entendimento dos critérios adotados;
- (iv) recálculo dos ajustamentos efetuados pela Companhia entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, exceto os referidos no parágrafo seguinte que estão excluídos do âmbito do nosso trabalho;
- (v) a revisão, em base de amostragem, da correta classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios de acordo com os requisitos do Regulamento Delegado;
- (vi) revisão da reconciliação da informação base utilizada para os cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2025, com o balanço para efeitos de solvência, os registos contabilísticos e demais informação mantida nos sistemas da Companhia com referência à mesma data;
- (vii) revisão, em base de amostragem, da correta classificação e caracterização dos ativos de acordo com os requisitos do Regulamento Delegado;
- (viii) revisão dos cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2025, efetuados pela Companhia; e
- (ix) leitura da documentação preparada pela Companhia para dar cumprimento aos requisitos do Regulamento Delegado.

Conforme previsto no n.º 2 do artigo 3.º da Norma Regulamentar, o trabalho realizado não compreendeu a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis dos ajustamentos efetuados ao nível das provisões técnicas e dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, nem a verificação do cálculo dos requisitos de capital que, conforme definido no artigo 7.º da Norma Regulamentar, são incluídos no âmbito da certificação do atuário responsável da Companhia.

Relativamente aos ajustamentos efetuados pela Companhia ao nível de impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos acima referidos, o trabalho realizado apenas compreendeu a validação do impacto em impostos diferidos, tomando por base os referidos ajustamentos.

Os procedimentos efetuados dependem do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Na avaliação de risco tivemos em consideração o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, com o objetivo de planearmos e executarmos os procedimentos considerados apropriados nas circunstâncias.

Consideramos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.



Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros, S.A.
Relatório do Revisor Oficial de Contas
31 de dezembro de 2025

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da OROC.

Conclusão

A nossa conclusão foi formada com base nas matérias e sujeita aos termos descritos neste relatório.

Com base no trabalho efetuado, é nossa opinião que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, indicados no Relatório com referência a 31 de dezembro de 2025, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia:

- A preparação do Relatório e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 4/2023-R, de 11 de julho, da ASF; e
- A definição, aprovação, revisão periódica e documentação das principais políticas, estratégias e processos que definem e regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada, incluindo os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno ("Sistema de governação"), os quais devem ser descritos no capítulo B do Relatório, tendo em conta o previsto no artigo 294.º do Regulamento Delegado.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação, baseado nos procedimentos realizados e especificados abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica - (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade de que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o conteúdo do capítulo "Sistema de governação" do Relatório não reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

Para tanto o referido trabalho consistiu nos seguintes procedimentos:

- a apreciação da informação contida no Relatório, sobre o Sistema de governação da Companhia quanto aos seguintes principais aspetos: informações gerais; requisitos de qualificação e de idoneidade; sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência; sistema de controlo interno; função de auditoria interna; função atuarial; subcontratação e eventuais informações adicionais; e
- a leitura e apreciação da documentação que sustenta as principais políticas, estratégias e processos descritos no Relatório, que regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada e obtenção de prova corroborativa sobre a sua implementação.

Os procedimentos executados dependem do nosso conhecimento sobre o cumprimento com os requisitos estabelecidos pela Norma Regulamentar e pelo Regulamento Delegado e de outras circunstâncias relacionadas com o trabalho, e da consideração de áreas onde é provável que possam surgir distorções materialmente relevantes.



Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros, S.A.
Relatório do Revisor Oficial de Contas
31 de dezembro de 2025

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza, oportunidade e extensão, sendo mais limitados que aqueles executados num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.

Consideramos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da OROC.

Conclusão

A nossa conclusão foi formada com base nas matérias e sujeita aos termos descritos neste relatório.

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, o conteúdo do capítulo "Sistema de governação" do Relatório, não reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do Sistema de governação da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

C. Relato sobre a restante informação divulgada no relatório sobre a solvência e a situação financeira, incluindo a Informação quantitativa conjuntamente divulgada

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação do Relatório e a informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 4/2023-R, de 11 de julho, da ASF, incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida no artigo 3.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2023/895, da Comissão, de 4 de abril de 2023.

Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, sobre se a restante informação divulgada no Relatório, incluindo a Informação quantitativa conjuntamente divulgada, é concordante com a informação examinada e com o conhecimento obtido durante a realização do nosso trabalho baseado nos procedimentos realizados e especificados abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica - (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade de que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a restante informação divulgada no Relatório, incluindo a informação quantitativa conjuntamente divulgada, não está isenta, em todos os aspetos materialmente relevantes, de distorções face à informação examinada e ao conhecimento obtido durante a realização do nosso trabalho.

Para tanto, o referido trabalho consistiu na leitura integral do Relatório e na avaliação da concordância dos seus conteúdos com a informação examinada, descrita nas secções anteriores do nosso relatório.

Os procedimentos executados dependem do nosso conhecimento sobre o cumprimento com os requisitos estabelecidos pela Norma Regulamentar e pelo Regulamento Delegado e de outras circunstâncias relacionadas com o trabalho, e da consideração de áreas onde é provável que possam surgir distorções materialmente relevantes.



Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros, S.A.
Relatório do Revisor Oficial de Contas
31 de dezembro de 2025

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza, oportunidade e extensão, sendo mais limitados que aqueles executados num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.

Consideramos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da OROC.

Conclusão

A nossa conclusão foi formada com base nas matérias e sujeita aos termos descritos neste relatório.

Com base no trabalho realizado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a restante informação divulgada no Relatório, incluindo a informação quantitativa conjuntamente divulgada, não está isenta, em todos os aspetos materialmente relevantes, de distorções face à informação examinada e ao conhecimento obtido durante a realização do nosso trabalho.

D. Outras matérias

Tendo em conta a normal dinâmica de qualquer sistema de controlo interno, as conclusões apresentadas relativamente ao sistema de governação da Companhia não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção para períodos futuros, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados e no seu grau de eficácia. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao sistema de controlo interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem que sejam detetados.

Lisboa, 8 de abril de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por Ricardo
Nuno Lopes Pinto
2026-04-08

Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579
Registado na CMVM com o n.º 20161189

